



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 42ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**22/11/2012
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

Presidente: Senador Fernando Collor

Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**42ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 22/11/2012.**

42ª REUNIÃO, ORDINÁRIA
Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 67/2012 - Não Terminativo -	SEN. RANDOLFE RODRIGUES	11
2	MSF 72/2012 - Não Terminativo -	SEN. LUIZ HENRIQUE	44
3	MSF 98/2012 - Não Terminativo -	SEN. CRISTOVAM BUARQUE	89
4	PDS 523/2012 - Não Terminativo -	SEN. CIDINHO SANTOS	131
5	RQS 933/2012 - Não Terminativo -		147
6	RQS 934/2012 - Não Terminativo -		150

7	RQS 939/2012 - Não Terminativo -		153
8	RQS 942/2012 - Não Terminativo -		156
9	RQS 943/2012 - Não Terminativo -		158
10	RQS 944/2012 - Não Terminativo -		160
11	RQS 967/2012 - Não Terminativo -		171

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Anibal Diniz(PT)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(13)(15)	AM 6726	3 Lindbergh Farias(PT)(12)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Sérgio Souza(PMDB)(14)(17)(18)	PR (61) 3303-6271/ 6261	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(27)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(25)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	6 João Capiberibe(PSB)(24)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)			
Jarbas Vasconcelos(PMDB)	PE (61) 3303-3245	1 Lobão Filho(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2314
Luiz Henrique(PMDB)	SC (61) 3303-6446/6447	2 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2111 a 2117
Jader Barbalho(PMDB)(32)(33)(36)	PA (61) 3303.9831, 3303.9832	3 Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083/6084
Vital do Rêgo(PMDB)	PB (61) 3303-6747	4 Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624
Pedro Simon(PMDB)	RS (61) 3303-3232	5 Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590
Francisco Dornelles(PP)	RJ 3303-4229	6 VAGO(21)(22)(23)(30)(37)(41)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP 6063/6064	1 Aécio Neves(PSDB)	MG (61) 3303-6049/6050
Paulo Bauer(PSDB)(11)	SC (61) 3303-6529	2 Cyro Miranda(PSDB)	GO (61) 3303-1962
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 VAGO(19)(39)	
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)			
Fernando Collor(PTB)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Mozarildo Cavalcanti(PTB)	RR (61) 3303-4078 / 3315
Gim(PTB)(40)	DF (61) 3303-1161/3303-1547	2 Inácio Arruda(PC DO B)(9)	CE 5791/5793
Cidinho Santos(PR)(34)(35)	MT 3303-6170/3303-6167	3 João Ribeiro(PR)(28)(29)	TO (61) 3303-2163/2164
PSOL			
Randolfe Rodrigues	AP (61) 3303-6568	1 VAGO	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- (11) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (12) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (13) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (14) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (15) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (16) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (17) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (18) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (19) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

- (20) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
- (21) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (22) Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDb).
- (23) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (24) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (25) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (26) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (27) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (28) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (29) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (30) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (31) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (32) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (33) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDb nº 181/2012).
- (34) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDb nº 192/2012).
- (37) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDb nº 191/2012).
- (38) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (39) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (40) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (41) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS, ÀS 10H
 SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAÚJO SOUZA
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
 FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
 TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
 E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 22 de novembro de 2012
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA

42ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

Deliberativa	
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07

Relatório apresentado pelo Senador Cristovam Buarque à MSF 98/2012.

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

No dia 08/11/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

No dia 08/11/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 98, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 523, de 2012

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela aprovação

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 933, de 2012

Requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para integrar a Delegação que irá representar o Brasil na Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT), promovida pela União Internacional de Telecomunicações (ITU/UNO), à realizar-se no período de 3 a 14 de dezembro de 2012, em Dubai, nos Emirados Árabes.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 934, de 2012

Requer, nos termos do art. 39 combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT), como representante desta Casa, a realizar-se no período de 3 a 14 de dezembro de 2012, em Dubai, nos Emirados Árabes.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Textos disponíveis:

[Avulso de requerimento \(RQS 934/2012\)](#)

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 939, de 2012

Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal,

autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 29 de novembro a 9 de dezembro do corrente ano, quando participará como Relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas da COP 18 - Décima oitava sessão da Conferência das Nações Unidas para o Clima, que acontecerá no período de 26 de novembro a 7 de dezembro de 2012, em Doha, Qatar.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

ITEM 8

[REQUERIMENTO Nº 942, de 2012](#)

Requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 29 de novembro a 7 de dezembro de 2012, com vistas a participar, como membro da delegação oficial da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, da COP 18 - décima oitava sessão da Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), no Qatar.

Autoria: Senador Jorge Viana

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

ITEM 9

[REQUERIMENTO Nº 943, de 2012](#)

Requer, nos termos do art. 39 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, com ônus para a Casa, no período de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2012, para participar, na qualidade de membro do Grupo Brasileiro do Parlatino, da Assembléia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, que se realizará na cidade do Panamá, república do Panamá.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

ITEM 10

[REQUERIMENTO Nº 944, de 2012](#)

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2012, para participar da XXVIII Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, que se realizará na cidade do Panamá, na República do Panamá.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

ITEM 11

[REQUERIMENTO Nº 967, de 2012](#)

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com art. 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 10, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 29 de novembro a 8 de

dezembro de 2012, para participar da COP 18 - décima oitava sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), nos termos do requerimento aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Autoria: Senador Anibal Diniz

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

1

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 67, de 2012 (nº 365, de 15 de agosto de 2012, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui.*

RELATOR: Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em atendimento a preceito regimental, o indicado nasceu em 21 de março, em Picos/PI. É filho de Ataliba da Fonseca Nogueira Filho e Joana Lúcia Martins Nogueira.

Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Piauí em 1995. Participou, ainda, do programa de mestrado em Direito Internacional da Universidade de Georgetown no ano de 2006. Frequentou, também, o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco no ano de 2011, quando defendeu a tese intitulada “A diplomacia energética da Índia: desafios, condicionantes e perspectivas”.

Em 1997, titulou-se como Terceiro-Secretário na carreira diplomática. Tornou-se Segundo-Secretário em 2004 e Primeiro-Secretário em

2007. Foi a Conselheiro, por merecimento, em 2011.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Assistente na Divisão de América Meridional II (2003); Segundo-Secretário da Missão junto à Organização dos Estados Americanos (2004); Primeiro-Secretário na Embaixada em Nova Delhi (2007); Assessor no Gabinete do Ministro de Estado (2011); e Coordenador-Geral de Planejamento Político e Econômico da Secretaria de Planejamento Diplomático (2011).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República do Maláui. O documento, além de abordar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, bem como sua economia. Do texto oferecido, ocorreu-nos destacar o que segue.

As relações entre Brasil e Maláui ainda estão em fase de consolidação. Elas, no entanto, adquiriram novo ímpeto com a visita ao Brasil do então Presidente Bingu wa Mutharika em 2009. Na sequência da viagem presidencial, foram abertas embaixadas residentes do Maláui em Brasília e do Brasil em Lilongue. A vinda do Presidente Mutharika ao nosso país favoreceu entendimentos bilaterais no domínio da cooperação em diferentes áreas [p. ex. agricultura, esporte, saúde, turismo, mineração]. Nesse sentido, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países. Sobre isso, importa destacar que esta Casa já aprovou esse tratado.

O comércio bilateral, apesar de inexpressivo, tem boas possibilidades. Ele representa, em média, trocas anuais da ordem de US\$ 6 milhões (2007/2011). Nas exportações brasileiras, destacam-se produtos manufaturados (tratores, máquinas para tratamento de fumo e máquinas agrícolas). Importamos, fundamentalmente, fumo. Há, contudo, boas perspectivas futuras tendo em conta o comércio do Brasil com outros países da região. Some-se a isso o fato de a empresa mineradora Vale ter adquirido a concessão do governo moçambicano para desenvolver projeto de ferrovia interligando Zâmbia, Maláui e Moçambique. Cuida-se do chamado “Corredor de Nacala”. Com investimentos próximos a US\$ 8 bilhões, o Corredor visa escoar a produção mineral da região.

Convém registrar, por fim, que o Maláui integra a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e o Mercado Comum da África Oriental e Austral. Com isso, há relação de proximidade econômica, por meio de área de livre comércio, com mais de dez países. Some-se a esse dado o fato de o país estar crescendo a taxas importantes. Vislumbra-se, pois, boas perspectivas

futuras no tocante ao relacionamento comercial bilateral. Inobstante esse contexto favorável, o Maláui segue tendo 40% do seu orçamento proveniente de doações internacionais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 67, DE 2012
(nº 365/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui.

Os méritos do Senhor Gustavo Martins Nogueira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma traçada longa e decorativa no final.

EM nº 00216/2012 MRE

Brasília, 12 de Junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Maláui.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00216 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 12 de junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Maláui.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****CONSELHEIRO GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA**

CPF.: 470.836.033-91

ID.: 1200391 SSP-PI

1973 Filho de Ataliba da Fonseca Nogueira Filho e Joana Lúcia Martins Nogueira, nasce em 21 de março, em Picos/PI

Dados Acadêmicos:

1995 Direito pela Universidade Federal do Piauí
1996 Especialização em Relações Econômicas Internacionais. Tokai University, Kanagawa-ken, Japão
1999 PROFA-I - IRBr
2006 Master of Laws in International Legal Studies, pela Georgetown University, Washington-DC/EUA
2006 CAD - IRBr
2011 CAE - IRBr, "A Diplomacia Energética da Índia: Desafios, Condicionantes e Perspectivas"

Cargos:

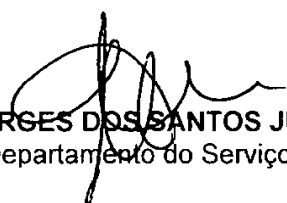
1997 Terceiro-Secretário
2004 Segundo-Secretário
2007 Primeiro-Secretário
2011 Conselheiro, por merecimento

Funções:

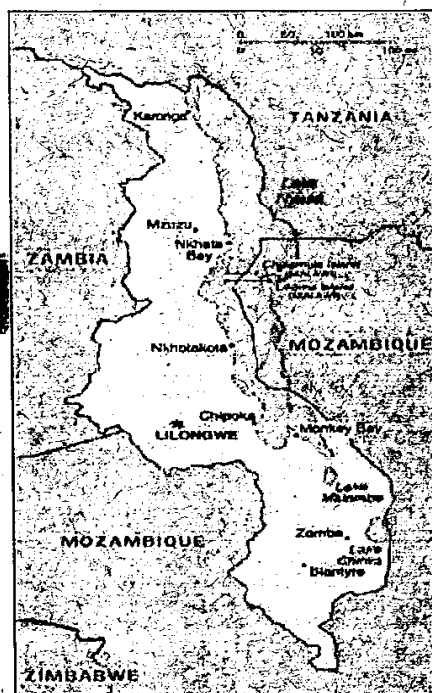
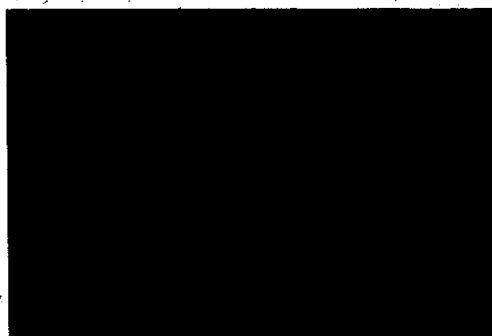
1999 Divisão de Programas de Divulgação Cultural, assistente
2000 Divisão do Pessoal, assistente
2002 Embaixada em Harare, Terceiro-Secretário em missão transitória
2003 Divisão da América Meridional II, assistente
2004 Missão Junto à OEA, Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
2007 Embaixada em Nova Delhi, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
2011 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2011 Secretaria de Planejamento Diplomático, Coordenador-Geral de Planejamento Político e Econômico

Publicação:

1996 The First WTO Appellate Body Review: United States – Standards for reformulated and conventional gasoline, in Journal of World Trade, 30/6, Genebra



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**República do Maláui**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
PERFIL BIOGRÁFICO	4
RELAÇÕES BILATERAIS.....	5
COMUNIDADE BRASILEIRA E ASSUNTOS CONSULARES	7
DÍVIDA EXTERNA	8
POLÍTICA INTERNA	8
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	11
POLÍTICA EXTERNA	15
ATOS BILATERAIS - MALÁUI	18
ANEXOS.....	19

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Maláui
GENTÍLICO	Malauiano
CAPITAL	Lilongue
ÁREA	118.484 km ² (pouco maior que o estado de Pernambuco)
POPULAÇÃO (ONU)	15,8 milhões (21º na África)
IDIOMAS	Inglês e chicheua (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES (Censo 2008)	Cristianismo (82,7%); islamismo (13%); outros (1,9%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Joyce Hilda Banda (desde abr/2012)
MIN. DE RELAÇÕES EXTERIORES	Ephraim Mganda Chiume (desde abr/2012)
PIB (2011, Banco Mundial)	US\$ 5,6 bi (Brasil: US\$ 2,49 trilhões)
PIB PPP (2011, Banco Mundial)	US\$ 13,78 bi (Brasil: US\$ 2,29 trilhões)
PIB <i>per capita</i> (2011, Banco Mundial)	US\$ 350 (Brasil: US\$ 12,788)
PIB <i>per capita</i> PPP (2010, Banco Mundial)	US\$ 863 (Brasil: US\$ 11,769)
VARIAÇÃO DO PIB (EIU)	5,3% (2011); 6,7% (2010); 9,4% (2009); 11,5% (2008); 11,2% (2007)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	74,5%
IDH (2011, PNUD)	0,400 (171º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011, PNUD)	54,2 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Kwacha malauiano (USD 1,00 = MWK 253,00 em 10/06/2012)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Não há registro oficial de brasileiros no Maláui
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Francis Moto (desde ago/2011)

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL ↔ MALÁUI	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 até maio
Intercâmbio	5.903	7.633	5.485	3.042	8.154	2.776	9.078	5.606	4.501	2.471
Exportações	3.317	4.214	1.004	870	3.495	2.516	4.344	2.363	2.356	649
Importações	2.585	3.419	4.481	2.172	4.659	259	4.734	3.243	2.145	1.821
Saldo	732	795	-3.477	-1.302	-1.163	2.256	-390	-879	210	-1.171

PERFIL BIOGRÁFICO**Joyce Hilda Banda***Presidenta*

Nascida em 12 de abril de 1951, Joyce Banda possui histórico de ativista dos direitos das mulheres e de educadora. Entre 2004 e 2006 foi Ministra do Gênero, da Infância e dos Serviços Comunitários. Foi Ministra dos Negócios Estrangeiros entre 2006 e 2009 e, de 2009 e 2012, Vice-Presidente do Maláui. Em dezembro de 2010 foi expulsa do Partido Popular Democrático (DPP), do Presidente Bingu wa Mutharika. Formou então, em 2011, seu próprio partido, o Partido Popular (PP).

Assumiu a presidência em 7 de abril de 2012, após a morte de seu antecessor. É a primeira mulher a ocupar o cargo e a segunda mulher a comandar um país africano (a primeira foi Ellen Johnson-Sirleaf, presidente da Libéria desde 2006).

Ephraim Mganda Chiume*Ministro de Relações Exteriores*

Nasceu em 1953. Bacharel em Arquitetura na University of South West, Reino Unido. Na iniciativa privada, trabalhou em sua área de competência no Reino Unido, na Zâmbia, Botsuana e Maláui. Filiado ao “Democratic Progressive Party” (DPP), foi eleito membro do Parlamento em maio de 2009 pela província de Nkhata Bay North. Secretário-Executivo (“Deputy Minister”) de Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente (2009-2011). Ministro da Justiça e Assuntos Constitucionais (2011-2012). Em abril de 2012, com a posse da Presidenta Joyce Banda, foi designado Ministro de Relações Exteriores.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais são incipientes, mas vêm ganhando impulso após a visita do Presidente Mutharika ao Brasil (set/2009) e abertura das Embaixadas residentes do Maláui em Brasília (em funcionamento desde 2010) e do Brasil em Lilongue (criada pelo Decreto nº 7.349, de 27 de outubro de 2010, deverá ter sua instalação iniciada em 2012).

Em setembro de 2009, durante visita do então Presidente Mutharika a Brasília, foram discutidas possibilidade de cooperação em agricultura, esportes e HIV/AIDS, bem como o potencial para investimentos brasileiros em infraestrutura, turismo, mineração, energia e comércio no Maláui. Além disso, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países (já ratificado pelo Brasil; no momento, aguarda-se ratificação pelo lado malauiano).

Em 2010, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançou, como parte da “Série Relações Diplomáticas”, selos que homenageiam o Maláui, apresentando imagens dos peixes Ciclídeos¹ do Lago Maláui.

Comércio e investimentos

A corrente de comércio Brasil-Maláui ainda é pequena, uma média de US\$ 6 milhões anuais entre 2007 e 2011. Ainda que o montante absoluto do intercâmbio bilateral seja baixo, cabe destacar os dados comerciais Brasil-Maláui do ano de 2009, quando, apesar do impacto da crise internacional, as exportações brasileiras cresceram 72% e as importações, 1780%. Em 2010, o intercâmbio total Brasil-Maláui atingiu a marca de US\$ 5,6 milhões. Em 2011, contudo, o montante total do comércio entre os dois países foi de US\$ 4,5 milhões, uma queda de aproximadamente 20% em relação ao ano anterior, representando apenas 0,2% do intercâmbio comercial global do Maláui.

As exportações brasileiras para o Maláui são integralmente de produtos manufaturados, com destaque para tratores, máquinas para o tratamento de fumo, e máquinas agrícolas. O Maláui, por sua vez, exporta principalmente fumo para o Brasil. O amplo potencial de crescimento do comércio bilateral pode ser aquilatado pelos dados da corrente de comércio do Brasil com os países vizinhos. Em 2011, enquanto a corrente de comércio do Brasil com o Maláui foi de US\$ 4,5 milhões, com a Zâmbia, foi de US\$ 11 milhões; com o Zimbábue, foi de US\$ 32 milhões; com a Tanzânia, foi de US\$ 66 milhões; e com Moçambique, foi de US\$ 85 milhões.

A Vale e o Corredor de Nacala

O Banco Central não tem registro de investimentos diretos brasileiros no Maláui. Não há, tampouco, registro de investimentos diretos do Maláui no Brasil.

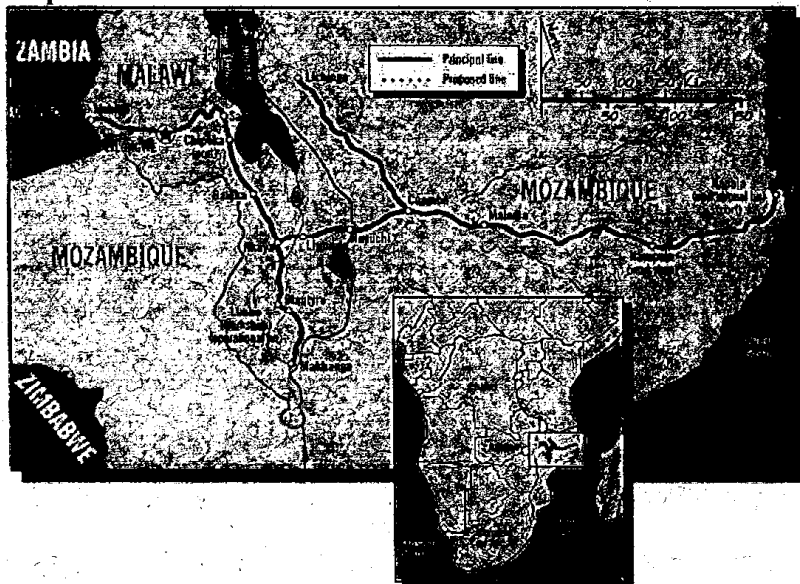
¹ Ciclídeos: peixes de água doce da ordem Perciformes, que compõe cerca de 105 gêneros e 1.900 espécies. Os Ciclídeos representam, em termos quantitativos, a maior família de peixes e cerca de 5% dos vertebrados existentes na Terra. Muitas dessas espécies são criadas e comercializadas como peixes ornamentais ou exploradas na pesca comercial e esportiva. A região africana do Vale do Rift (Lagos Maláui, Tanganica e Vitória) se destaca pela diversidade de espécies da família Ciclídeos, que se caracterizam pela exuberante coloração.

Entretanto, a presença brasileira no Maláui tenderá a elevar-se consideravelmente com os investimentos da empresa mineradora Vale em linhas férreas naquele país, no âmbito do plano de expansão da presença da empresa na região da África Austral. A Vale pretende interligar suas minas de cobre na Zâmbia aos complexos de produção e aos terminais de escoamento de minérios no litoral de Moçambique.

O envolvimento da Vale e a ativação de corredores de escoamento de produtos (minérios, e também produtos agrícolas) representará importante estímulo ao crescimento do intercâmbio comercial com o Maláui (e com a Zâmbia, via Maláui). No contexto de suas atividades em Moçambique, a Vale adquiriu, em setembro de 2010, concessão para desenvolver o "Corredor de Nacala". O projeto prevê a construção de ferrovia ligando as minas de carvão de Moatize, no norte de Moçambique, ao Porto de Nacala, naquele país, passando pelo território do Maláui. Um passo fundamental para a implementação do Corredor de Desenvolvimento de Nacala foi tomado em dezembro de 2011, quando a Vale assinou acordo com o Governo do Maláui sobre infraestrutura associada ao Corredor. O acordo prevê a construção de 138,5 km de novo trecho ferroviário e a reabilitação de 98,6 km de trecho existente.

Os planos de investimentos da Vale em infraestrutura de transporte no Maláui e em Moçambique alcançam aproximadamente US\$ 8 bilhões, montante superior ao PIB do Maláui (US\$ 5,6 bilhões em 2011, segundo o Banco Mundial).

Mapa do Corredor de Nacala



Cooperação Técnica

Como o PAC para o Brasil, o Projeto *Green Belt* – que tem por objetivo a exploração dos abundantes recursos hídricos, terras férteis e matérias-primas do setor primário na área próxima ao lago Maláui – representa para o Maláui uma prioridade

econômica e política. O projeto envolve a instalação de sistemas de irrigação em área de um milhão de hectares, diminuindo a ameaça à segurança alimentar em períodos de seca. O governo do Maláui tem manifestado interesse em estabelecer projetos de cooperação com o Governo brasileiro que permitam ao país explorar as oportunidades econômicas do cinturão agrícola que está sendo criado naquela região.

Em abril de 2011, esteve no Maláui missão de prospecção de projetos de cooperação técnica, integrada por representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Pesca Aquicultura, do Ministério da Saúde, da Embrapa, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A partir das possibilidades de cooperação levantadas durante a missão, foram realizadas as seguintes atividades:

- Em fevereiro de 2012, técnicos malauianos vieram ao Brasil conhecer a política de saúde pública brasileira em matéria de HIV/AIDS. O Ministério da Saúde deverá apresentar proposta de projeto de cooperação a ser realizado com a parte malauiana;
- Em março de 2012, foi realizada, no Brasil, atividade de capacitação para técnicos malauianos na área de produção, processamento e comercialização de tilápias, com o objetivo de aprimorar técnicas e manejos empregados na área da aquicultura no Maláui.

Além disso, estão sendo organizadas, em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), atividades de capacitação de técnicos malauianos para o desenvolvimento de políticas de apoio à inserção da produção agrícola familiar na alimentação escolar do Maláui. Planeja-se, ainda, oferecer a técnicos malauianos atividade de capacitação para sobre políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário na área de fortalecimento da agricultura familiar.

Assistência Humanitária

Em 2010, o Governo brasileiro, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), contribuiu com US\$ 30 mil para a assistência aos flagelados pelo terremoto em Karonga (dez/2009). Em outubro, o Brasil realizou nova contribuição ao PMA, no valor de US\$ 200 mil para o financiamento de programas de alimentação escolar no Maláui.

COMUNIDADE BRASILEIRA E ASSUNTOS CONSULARES

Não há registro oficial de brasileiros vivendo no Maláui atualmente. A presença brasileira naquele país, entretanto, vem-se ampliando consideravelmente em razão dos investimentos da VALE na África Austral e, em especial, do início das obras para construção do trecho da ferrovia que, cruzando o Maláui, ligará Tete (Moatize) ao Porto de Nacala.

Atualmente, o Setor Consular da Embaixada do Brasil em Harare é o responsável pelos assuntos de natureza consular relacionados ao Maláui, função que será assumida pela Embaixada em Lilongue, tão logo seja instalada.

Em 2009, acidente fatal vitimou explorador brasileiro nas montanhas de Parque Nacional no Maláui. As autoridades do país prestaram apoio aos familiares e representantes do Brasil enviados para acompanhar o caso.

DÍVIDA EXTERNA

Não há créditos do Maláui sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

POLÍTICA INTERNA

O Maláui tem atravessado período de consolidação de sua trajetória democrática, construída ao longo dos últimos vinte anos, que registraram quatro eleições presidenciais e três transferências de poder, sempre de modo pacífico.

A recente transição política, precipitada pelo falecimento do Presidente Bingu wa Mutharika, embora tenha registrado tentativa de subverter os preceitos constitucionais relativos à sucessão, não resultou em ruptura da ordem democrática, o que parece evidenciar o fortalecimento de instituições próprias de um estado democrático, como Poder Judiciário independente e Forças Armadas subordinadas ao poder civil, para além do dinamismo do setor privado e da sociedade civil.

Em 2014, haverá novo processo eleitoral para a Presidência da República e para escolha de membros do Parlamento.

As exigências próprias à gestão democrática do Estado, levada à prova no episódio da sucessão de Mutharika, têm assegurado benefícios de governabilidade e transparência que fazem do Maláui um dos países africanos com bom nível de avaliação, por exemplo, no *Ibrahim Index of African Governance*, considerado o principal índice de avaliação da governança em países africanos. Em 2011, de acordo com o índice, o Maláui estava no 17º lugar entre os 53 países do continente africano, com a sétima mais alta avaliação entre os 12 países da África Austral.

Contexto histórico

O Maláui (antiga Niassalândia) tornou-se independente do Reino Unido em 1964, sob a liderança de Hastings Kamuzu Banda, do *Malawi Congress Party* (MCP). Banda implantou um regime autoritário e unipartidário e permaneceu no poder até 1994, quando, sob forte pressão interna e internacional, autorizou o multipartidarismo e concordou com a realização de eleições.

A Constituição do Maláui, de 1995, estabeleceu sistema híbrido, com elementos presidencialistas e parlamentaristas, e garantiu sistema multipartidário. Eleições presidenciais são realizadas a cada 5 anos, permitida uma reeleição. O Presidente é Chefe de Estado e de Governo. O Parlamento, unicameral, é composto por 193 membros e o Presidente, eleitos por voto direto, simultaneamente às eleições presidenciais.

As primeiras eleições do Maláui foram vencidas por Bakili Muluzi, líder da Frente Democrática Unida (UDF), em 1994. Reeleito em 1999, Muluzi teve o mérito de ter restaurado a democracia no Maláui e iniciado reformas que levaram o país a crescimento econômico da ordem de 9% em alguns anos da década de 1990. Por outro lado, seu governo foi marcado por escândalos de corrupção, inclusive desvio de recursos de assistência humanitária destinados ao Maláui, razão pela qual o FMI e vários países doadores suspenderam a ajuda ao país em 2002.

As últimas eleições ocorreram em 2009, quando foi reeleito Bingu wa Mutharika, tendo Joyce Banda como sua vice.

Governo Bingu wa Mutharika

Bingu wa Mutharika foi eleito Presidente do Maláui em 2004, com 36% dos votos, pelo *United Democratic Front* (UDF). Em 2009, foi reeleito com 66% dos sufrágios pelo *Democratic People's Party* (DPP), partido que criou em fevereiro de 2005. John Tembo, do *Malawi Congress Party* (MCP), força política dominante nos 30 anos de governo de Hastings Kamuzu Banda (1964-1994), obteve o segundo lugar no escrutínio presidencial naquele ano, cabendo à UDF de Muluzi apenas o quarto lugar.

Em seu primeiro mandato, Mutharika deu prioridade ao saneamento financeiro do Estado e o combate à corrupção. O Maláui ocupa hoje a 85ª posição na lista do IPC (Índice de Percepção da Corrupção) da Transparência Internacional.

No campo econômico, o Governo Mutharika buscou estimular o crescimento do país, com destaque para o setor de fertilizantes, o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar. As recorrentes secas (2001-2002, 2005) causaram sérios problemas humanitários e penalizaram a população do Maláui. Nesse contexto, o programa de subsídios à compra de fertilizantes (sobretudo para o cultivo de milho, base da dieta alimentar da população do Maláui), aliado a condições climáticas favoráveis, logrou ampliar sensivelmente a produtividade agrícola do país.

No âmbito das relações externas, em 2011, o Presidente Mutharika passou a enfrentar fortes críticas, após crise diplomática com o Reino Unido. Em abril daquele ano, o Alto Comissário britânico para o Maláui foi declarado "persona non grata", em decorrência de referências negativas ao Presidente da República malauiano feitas em comunicação interna que veio a público. O episódio levou o Reino Unido, ex-metrópole colonial e país responsável pela maior parcela da assistência humanitária concedida ao Maláui, a suspender a ajuda prevista para esse ano, medida seguida pela maioria dos países doadores.

A retirada de recursos de doadores internacionais, aliada à queda no preço do tabaco, principal produto de exportação do país (55% do total das exportações em 2010), gerou situação de carência de moeda estrangeira e de consequente escassez de diversos produtos, sobretudo combustíveis. A oposição criticou a postura intransigente de Mutharika em relação aos doadores internacionais, sobretudo após o anúncio, em junho, da proposta "orçamento déficit zero", que excluía o montante correspondente à ajuda financeira internacional e previa redução de aproximadamente 40% da receita do país. Em julho, foram organizadas manifestações populares de protesto. Além de se oporem à proposta restritiva de orçamento, setores malauianos

apresentaram queixas quanto ao cerceamento da imprensa, restrições aos movimentos organizados e ingerência em atividades docentes. Os embates entre grupos pró e contra o Governo teriam causado, segundo dados divulgados na imprensa malauiiana, a morte de 18 pessoas e número significativo de feridos nas principais cidades do país.

Em meio à crise política, Mutharika dissolveu o Gabinete ministerial (ago/2011) e, em seguida, nomeou 32 novos Ministros (set/2011). Entre eles, nomeou seu irmão, Peter Mutharika, como Ministro de Relações Exteriores.

Governo Joyce Banda

Em 05 de abril de 2012 o Presidente Mutharika faleceu em Lilongue, vítima de ataque cardíaco. A então Vice-Presidenta Joyce Banda assumiu a Presidência em 07 de abril. Em 26 de abril, anunciou a formação de seu Gabinete, empossado em 30 de abril.

A Presidenta Joyce Banda tem pela frente o desafio de recuperar a confiança dos doadores internacionais. Em seus dois primeiros meses de gestão, Joyce Banda tem dado sinais encorajadores de empenho em fortalecer as relações com a comunidade internacional, tendo cumprido intensa agenda internacional, que incluíram visitas à África do Sul, à Libéria, a Moçambique, ao Reino Unido e aos Estados Unidos. Seu governo desistiu de sediar a Cúpula da União Africana, prevista para ter lugar em Lilongue, em julho próximo, em função da insistência da Comissão da UA em convidar o Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, condenado pelo Tribunal Penal Internacional por genocídio e crimes contra a humanidade.

Além do apoio internacional, a recuperação da economia malauiiana dependerá de medidas macroeconômicas austeras, como aquelas já anunciadas por Joyce Banda (desvalorização acentuada da moeda, venda do avião presidencial).

A Presidenta Joyce Banda confirmou presença no Segmento de Alto Nível da Conferência Rio+20 (Rio de Janeiro, 20-22 de junho corrente).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Maláui integra a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), juntamente com África do Sul, Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Integra também o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). No âmbito da COMESA, o Maláui integra área de livre comércio que inclui outros dez países (Burundi, Djibouti, Egito, Quênia, Madagascar, Ilhas Maurício, Ruanda, Sudão, Zâmbia e Zimbábue). O comércio com os demais membros da COMESA (Comoros, RD Congo, Eritreia, Etiópia, Líbia, Madagascar, Ilhas Seicheles, Suazilândia e Uganda) está sujeito a uma tarifa média de 4,3%. No âmbito da SADC, as importações da África do Sul são beneficiadas por tarifas reduzidas (média de 10,2%).

O país é beneficiário do *African Growth and Opportunity Act*, iniciativa do Governo norte-americano que prevê a diminuição de barreiras tarifárias para exportações provenientes de países africanos, com vistas a favorecer o ingresso de investimentos estrangeiros na região. Ao abrigo dessa iniciativa, produtos do Maláui, inclusive têxteis, têm acesso ao mercado norte-americano livres de tarifas ou quotas.

O Maláui é ainda beneficiário da iniciativa europeia "Everything-But-Arms", que prevê redução de barreiras tarifárias para exportações de países de menor desenvolvimento relativo.

O PIB do país tem crescido a taxas vigorosas, num contexto marcado por esforços de combate à pobreza. Cerca de 40% do orçamento nacional, no entanto, seguem oriundos de doações internacionais.

País de menor desenvolvimento relativo, o Maláui é o 153º entre os exportadores e 154º entre os importadores, o que corresponde a menos de 0,01% do comércio mundial em ambos os casos.

Embora estatísticas oficiais apontem que apenas 2,7% dos malauianos entre 15 e 24 anos estejam desempregados, o desemprego entre os jovens permanece um desafio. Os dados oficiais não refletem a real dimensão do problema (oficialmente, o cidadão que trabalhe pelo menos uma hora por semana é considerado empregado), sobretudo dadas as condições de sub-emprego e os baixos salários praticados. Analistas independentes estimam que o desemprego entre os jovens em 57%, chegando a 70% em áreas urbanas.

Em 2004, quando a taxa de prevalência do HIV alcançou 14% da população adulta e a expectativa de vida caiu para 36 anos, o Governo lançou programa de distribuição gratuita de antirretrovirais, o qual se expandiu rapidamente. Em 2009, a UNAIDS estimava que 11% da população adulta do país fosse portadora do vírus HIV.

Agricultura

A base da economia malauiana é a agricultura, responsável por 35% do PIB, 85% do emprego e 90% das exportações. Os produtos mais importantes são o milho,

base da alimentação da população, e o fumo, que representa em torno de 80% das exportações nacionais. O Maláui exporta ainda açúcar, chá e algodão.

A região sul é a mais densamente povoada do Maláui, contando também com maior desenvolvimento industrial e comercial. O norte é esparsamente povoado e, no centro, localizam-se as melhores terras do país.

O setor industrial ainda é pouco desenvolvido, mas o Maláui tem atraído a atenção de investidores por seu potencial na área de mineração. Recentemente, foram descobertas no país reservas de urânio, bauxita, ouro e metais pesados. Em 2011, empresa australiana começou a explorar reserva de urânio no norte do país.

Durante a Guerra Fria, o Maláui colheu os benefícios do alinhamento com o campo capitalista sob a forma de assistência financeira. Após a democratização do país, essa tendência refletiu-se em políticas liberalizantes. Um dos resultados dessa postura foi a instituição do *Malawi Investment Act*, norma que estabelece amplas garantias a investidores estrangeiros. O país não impõe qualquer obrigação de participação local nos investimentos estrangeiros e assegura amplo direito de repatriação de recursos.

A condução da política econômica do Maláui também é fortemente condicionada pelo alto grau de dependência das instituições financeiras internacionais, em particular o FMI e o Banco Mundial.

Diante da indisciplina fiscal e das acusações de corrupção do Governo Muluzi, o FMI interrompeu seus desembolsos entre 2000 e 2004. O início do Governo Mutharika mudou esse panorama, e, em 2006, o FMI e o Banco Mundial perdoaram US\$ 2,6 bilhões da dívida malauiana (cerca de 90% do total devido). O Governo lançou então um programa econômico, intitulado *Strategy for Malawi Growth and Development*.

Sob Mutharika, o Maláui logrou aumentar a arrecadação, o que, aliado à redução de investimentos, permitiu uma redução do déficit para menos de 2% do PIB nos últimos anos. Já a inflação, que poucas vezes ficou com menos de dois dígitos anuais nas últimas duas décadas, atingiu a marca de 8% em 2007, 8,7% em 2008 e 8,4% em 2009, voltando a cair para 8% em 2010, segundo estimativa do FMI.

Apesar da instabilidade gerada pela grande participação da agricultura não-irrigada no PIB, que implica variações anuais segundo as condições climáticas, o PIB do Maláui tem crescido constantemente nos últimos anos: 5,3% (2011); 6,7% (2010); 9,4% (2009); 11,5% (2008); 11,2% (2007).² A renda per capita passou, em menos de dez anos, de 200 para 350 dólares, e a pobreza extrema foi reduzida, no mesmo período, em cerca de 15%. Conforme dados do *Reserve Bank of Malawi*, em fevereiro do corrente ano, as reservas internacionais do Maláui montavam a US\$ 186,2 milhões, o equivalente a 1,4 mês de importações.

O Governo Mutharika buscou adotar medidas no sentido de transformar o perfil da economia malauiana, ora predominantemente importador/consumidor, para uma orientação exportadora/produtora. Para tanto, o país tem procurado agregar valor à produção tradicional (tabaco, chá), bem como explorar novas possibilidades econômicas (mineração, turismo).

² Dados da *Economist Intelligence Unit*.

Em 2005, a baixa produtividade agrícola, em decorrência da estiagem e da baixa qualidade dos nutrientes no solo, levou a população do Maláui a depender de ajuda alimentar emergencial. O governo Mutharika deu prioridade à modernização do sistema de produção agrícola do país através da mecanização, do fomento de sistemas de irrigação e dos subsídios em fertilizantes, sementes e adubos aos camponeses, através do *Farm Input Subsidy Programme*, com o objetivo de ampliar a produtividade agrícola e garantir segurança alimentar. O principal elemento da iniciativa consistiu em subsídios a fertilizantes (ureia, nitrogênio, fósforo e potássio) para o cultivo de milho por cerca de 1,5 milhão de pequenos agricultores. Também foram subsidiados fertilizantes para o plantio de tabaco, legumes e sementes, bem como pesticidas para o plantio de algodão. O programa teve resultados positivos imediatos. No primeiro ano, a produtividade média do milho passou de menos de uma tonelada por hectare para mais de duas toneladas por hectare. Em anos recentes, o programa tem sido co-financiado por doações internacionais.

Paralelamente, a União Europeia estabeleceu programa de longo prazo no valor de 45 milhões de euros para financiar a agricultura familiar, apoiar a silvicultura e atividades de irrigação, desenvolvendo também a infra-estrutura regional nos setores hidráulico, energético e de transportes.

A partir do segundo mandato de Mutharika, entretanto, e no contexto da crise de governabilidade que afetou as relações do Maláui com os principais países doadores, tornou-se mais difícil o diálogo entre o governo e o FMI. As divergências culminaram com a suspensão, em junho de 2011, por divergências quanto à condução da política econômica, do programa “*Extended Credit Facility*”, que envolvia o repasse escalonado de US\$ 79,4 milhões de contribuição ao equilíbrio das contas do país.

Política econômica do governo Joyce Banda

Desde que tomou posse, em 7 de abril de 2012, a Presidenta Joyce Banda tem envidado esforços para relançar as relações do Maláui com a comunidade de doadores internacionais, o Banco Mundial e o FMI, enviando sinais políticos importantes, seja em declarações à imprensa, seja em sua intensa agenda internacional, bem como demonstrando disposição em adotar medidas macroeconômicas austeras, em linha com as recomendações dos principais parceiros internacionais.

Em recente avaliação periódica do Maláui, em abril de 2012, técnicos do FMI concluíram que a severa escassez de moeda estrangeira contribuiu para uma redução da atividade econômica em 2011 (crescimento médio do PIB de 8,3% entre 2007 e 2010 foi reduzido para 4,5% em 2011). Segundo avaliaram os especialistas do FMI, a moeda sobrevalorizada teria contribuído para o crescimento das importações em ritmo mais acelerado que o das exportações, com níveis muito baixos de reservas internacionais, ressaltando a vulnerabilidade da economia a choques externos. As reservas internacionais do Maláui alcançavam apenas US\$ 186,2 milhões em fevereiro de 2012, o equivalente a 1,4 meses de importações. Entre as recomendações do FMI estava a de que fosse adotado regime de câmbio flutuante, como forma de sustar a contração da produção e das exportações e reduzir a pressão inflacionária.

Outros países africanos, incluindo Gana, Tanzânia e Uganda, teriam obtido resultados positivos com reformas centradas na liberalização do regime de taxas de câmbio, que desestimularam o mercado de câmbio paralelo. A missão recomendou ainda maior uso de políticas de juros para reduzir o excesso de liquidez no sistema financeiro e tornar o panorama econômico mais favorável ao controle inflacionário.

Em abril, de acordo com as recomendações do FMI, e apenas dias após ter assumido o cargo, a Presidenta Joyce Banda desvalorizou o kwacha em 49% e instituiu regime de câmbio flutuante. As negociações para garantir novos repasses do FMI foram retomadas. Nova missão do FMI, em maio, registrou os avanços alcançados, sobretudo na questão cambial, e indicou a retomada das negociações de novos repasses, no âmbito da *External Credit Facility*, da ordem de US\$ 157 milhões.

Transportes

País sem acesso ao mar, o Maláui depende dos países vizinhos para realizar seu comércio exterior. Cerca de 60% das exportações do Maláui são escoadas por via rodoviária pelo porto moçambicano da Beira e, em menor medida, pelo porto sul-africano de Durban. Atualmente, embora a opção de menor custo seja o escoamento por via ferroviária pelo Porto de Nacala, a imprevisibilidade do período de trânsito e de conclusão dos trâmites portuários faz com que essa alternativa seja menos utilizada pelos exportadores.¹

O Governo malauiano está construindo rodovia entre Blantyre e Nsanje, bem como porto fluvial nesta última localidade, a um custo de US\$ 20.5 milhões.

Comércio exterior

Em 2011, a corrente de comércio exterior do Maláui chegou a US\$ 2,6 bilhões, com déficit de US\$ 623 milhões. O destino das exportações do Maláui é bem diversificado. Em 2011, o Canadá foi o principal destino dos embarques do Maláui, respondendo por 12% das exportações do país. Outros destinos principais foram a África do Sul (9%), o Zimbábue (9%) e a Alemanha (8,7%). As importações são mais concentradas, e têm como origem, sobretudo, a África do Sul (40% em 2011). Destacam-se ainda entre os países que mais venderam ao Maláui em 2011: Índia (8%), Zâmbia (8%) e China (8%).

Biocombustíveis

O Maláui desenvolve experiências na área de biocombustíveis desde a década de 1970. Em 1982 passou a produzir etanol. Hoje, 90% da produção é destinada ao setor de transporte, dos quais metade é absorvida pelo restrito mercado local e o restante exportado para outros países africanos, como Tanzânia, Quênia, Uganda, Moçambique, Zâmbia e Botsuana. Os crescentes gastos com a importação de combustíveis derivados do petróleo são uma das preocupações do Governo malauiano.

Atualmente, o Maláui produz cerca de 18 milhões de litros de etanol ao ano. As companhias ETHCO e Presscane têm capacidade futura de aumentar a produção para

32 milhões de litros ao ano, com potencial para expansão do plantio de cana-de-açúcar, sobretudo nas regiões de Dwangwa, Kasinthula e Nchalo.

POLÍTICA EXTERNA

Durante o governo de Hastings Kamuzu Banda, o Maláui se notabilizou por sua proximidade da África do Sul aparteísta. O país estabeleceu relações oficiais com o regime do apartheid em 1967, e o Presidente Banda foi o único Chefe de Estado africano a realizar visita oficial à África do Sul naquele período. Ademais, Banda desenvolveu política de boa vizinhança com Portugal, entre 1964 e 1974, a fim de garantir acesso aos portos moçambicanos, fundamentais para o escoamento de seus produtos e a importação de combustíveis. Essas questões contribuíram para isolar o Maláui no contexto africano até o início da democratização, em 1994.

Hoje, o Maláui mantém boas relações com seus vizinhos e é membro da União Africana (Mutharika ocupou a presidência de turno da UA em 2010), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). As relações são naturalmente mais intensas com os vizinhos Zâmbia, Zimbábue e Moçambique, além da importante relação com a África do Sul, o maior parceiro comercial do país (9% das exportações e 40,8% das importações malauianas em 2011).

China

Por 41 anos, o Maláui privilegiou o reconhecimento de Taiwan,³ reflexo da política de alinhamento malauiana com o bloco capitalista durante a Guerra Fria, o que gerou fluxo considerável de capital norte-americano e europeu desde a independência do país. Em 2008, o Maláui estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China, abrindo caminho para investimentos chineses no país, sobretudo em infra-estrutura e agricultura. A nova sede do Parlamento do Maláui, recém-inaugurada, foi construída por empresa chinesa. A China investe ainda na produção de algodão no Maláui.

Moçambique

Com o fim da Guerra Fria e o êxito do processo de paz em Moçambique, as relações entre os dois países melhoraram. O Presidente Guebuza compareceu à posse de Mutharika (2009) e este, em visita a Maputo (ago/2009), discutiu diversos projetos de interconexão entre os dois países.

O acesso ao mar e o suprimento de combustível para o Maláui permanecem temas sensíveis da agenda bilateral. Em setembro de 2010, repercutiu na imprensa moçambicana a declaração do Ministro da Informação e Educação Cívica do Maláui, Symon Vuwa Kaunda, de que a demora na reabilitação da ponte Samora Machel em Tete seria “uma sabotagem à economia do Maláui”. A ponte é um dos principais gargalos no transporte de combustíveis dos portos moçambicanos ao Maláui. Em julho do mesmo ano, repercutiu igualmente mal em Moçambique a suspensão, pelo

³ A mais importante missão diplomática de Taiwan no continente africano está em Uagadugu, Burkina Faso. Taiwan mantém ainda Embaixadas em Banjul, São Tomé e Mbabane (Suazilândia), e Escritórios de Ligação ou de Representação na África do Sul, Líbia e Nigéria.

Presidente Mutharika, da negociação para importação de energia elétrica da hidrelétrica moçambicana de Cahora Bassa.⁴

A Comissão Mista Moçambique-Maláui (14/10/2010) não logrou mitigar a tensão diplomática entre os dois países, e novos incidentes relacionados à questão da navegabilidade dos rios Chire e Zambeze (hidrovia Nsanje – Chinde) ocasionaram escalada de declarações entre autoridades dos dois países. O lançamento do projeto do porto fluvial de Nsanje, logo em seguida à Comista (23/10), foi marcado por controvérsias: o PR de Moçambique, Armando Guebuza, não compareceu à cerimônia (o lado moçambicano afirma que Guebuza não teria sido convidado formalmente), e a polícia moçambicana interceptou a embarcação malauiense que deveria chegar a Nsanje após navegar todo o trajeto da hidrovia. Além da hidrovia Nsanje-Chinde, o Maláui teria anunciado, unilateralmente, os projetos de construção de oleoduto entre o porto da Beira e Nsanje, e de uma linha férrea entre Lilongue e Harare, a qual atravessaria território moçambicano.

Na questão da hidrovia Nsanje-Chinde, Moçambique recebe o apoio de associações ambientalistas, contrárias ao uso dos rios Chire e Zambeze como rota comercial. Em termos econômicos, a hidrovia representa riscos consideráveis para Moçambique, na medida em que o corredor fluvial poderia desviar tráfego do Corredor de Nacala (ligação ferroviária entre Moatize e Nacala). Haveria, ademais, considerável risco ambiental, bem como possibilidade de menor controle sobre o transporte de carga e passageiros, o que poderia resultar em incremento no tráfico ilegal de bens e pessoas. O Maláui, por sua vez, teria o apoio dos demais países mediterrâneos da África Austral, da SADC e do COMESA.

Moçambique, por seu turno, depende da colaboração do Maláui para viabilizar o Corredor de Nacala, projeto do qual a VALE participa como sócia majoritária. A nova conexão ferroviária será vital para o comércio do Maláui e de Moçambique e poderá constituir oportunidade para encaminhar uma solução à questão que está na raiz das desconfianças recíprocas. Trata-se, portanto, de oportunidade para que os dois países africanos superem diferenças históricas, tornando-se sócios e beneficiários de um projeto de desenvolvimento regional.

Em maio de 2012, a Presidenta Joyce Banda realizou visita a Moçambique, no marco de um esforço de relançamento das relações bilaterais após a mudança de governo no Maláui. Na ocasião, foram firmados acordos nas áreas de energia e de consultas político-diplomáticas. Os Presidentes Joyce Banda e Armando Guebuza comprometeram-se a retomar entendimentos para a importação, pelo Maláui, de energia elétrica produzida pela hidrelétrica de Cahora Bassa.

Zimbábue

O Maláui manteve postura discreta durante o desenrolar da crise zimbabuana, participando das reuniões da SADC sobre o tema, mas evitando manifestar qualquer opinião isoladamente. O Presidente Robert Mugabe participou das duas cerimônias de posse de Bingu Wa Mutharika, em 2004 e em 2009.

⁴ Embora já estivesse em fase avançada de negociação, e contasse inclusive com garantia de financiamento do Banco Mundial e outras instituições, o projeto foi rejeitado por Mutharika, que considerou abusivas as condições oferecidas para fornecimento ao Maláui de energia elétrica de Cahora Bassa, as quais incluíam compromisso de pagamento mínimo de US\$ 1 milhão mensais à estatal moçambicana que opera a hidrelétrica, independentemente do consumo elétrico. Especialistas salientaram, contudo, que seriam bem mais significativas as perdas em termos de produtividade industrial do Maláui decorrentes da escassez de energia elétrica disponível no país.

Atos Bilaterais - Maláui

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui.	16/09/2009	09/12/2011	Decreto Legislativo 289, de 15/09/2011. Nota malauiese recebida em 08/11/2011. Em processo de promulgação.

ANEXOS

Cronologia das Relações Bilaterais

- 1991: Decreto de criação da Embaixada do Brasil no Maláui, inicialmente cumulativa com Embaixada do Brasil em Lusaca.
- 1998: O Embaixador do Maláui em Washington, Willie Chokani, solicita cooperação brasileira em saúde, esporte, mineração e tabaco.
- 2000: O Ministro da Agricultura e Irrigação do Maláui, Leonard K. Mangulana, visita o Brasil a convite da Associação de Fumicultores de Santa Cruz do Sul.
- 2004: Embaixada não-residente do Brasil no Maláui passa a ser cumulativa com Embaixada do Brasil em Harare.
- 2005: O Presidente Mutharika recebe as credenciais do Embaixador George Ney Fernandes, residente em Harare.
- 2008: O Presidente Mutharika recebe as credenciais do Embaixador Raul de Taunay, residente em Harare.
- 2009: Visita oficial do Presidente Mutharika ao Brasil; assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Maláui (ratificado pelo Brasil; aguardando ratificação pela parte malauiana).
- 2010: Abertura da Embaixada do Maláui em Brasília.
- 2010: Decreto de criação da Embaixada residente do Brasil em Lilongue (Decreto 7.349, de 27 de outubro).
- 2011: Cerimônia de apresentação de credenciais do Embaixador Francis Moto (ago).

Cronologia Histórica

- 1891: Reino Unido estabelece o protetorado da Niassalândia.
- 1915: Revolta contra o domínio britânico é reprimida.
- 1944: Criação do partido nacionalista *Nyasaland African Congress*, depois rebatizado *Malawi Congress Party* (MCP).
- 1953: Criação da Federação Centro-Africana, unindo os atuais Maláui, Zâmbia e Zimbábue.
- 1959: Hastings Banda torna-se líder do MCP.
- 1961: O MCP recebe 94% dos votos em eleições legislativas.
- 1963: A Federação Centro-Africana é dissolvida e o Maláui recebe autonomia.
- 1964: Independência do Maláui, sob a liderança de Banda.
- 1966: Constituição estabelece Estado unipartidário.
- 1971: Banda é designado presidente vitalício.
- 1978: Primeiras eleições do Maláui independente, mas só com candidatos do MCP pessoalmente aprovados por Banda.
- 1992: A Igreja Católica condena o Governo de Banda; organização da oposição e começo da abertura.
- 1993: Referendo rejeita Estado unipartidário.
- 1994: Primeiras eleições democráticas; Bakili Muluzi (UDF) eleito.
- 1997: Morte de Hastings Banda.
- 1999: Bakili Muluzi reeleito.
- 2004: Bingu Wa Mutharika (UDF) eleito Presidente.
- 2005: Mutharika funda novo partido, o *Democratic Progress Party* (DPP).
- 2009: Mutharika é reeleito Presidente pelo DPP.
- 2010: A Vice-Presidente Joyce Banda rompe com o Presidente Mutharika e funda novo partido, o *People's Party* (PP).
- 2012: Morte do Presidente Mutharika. Joyce Banda assume a presidência. (abril)

Dados Econômico-Comerciais

MALAUI: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República de Malaui
Superfície	118.484 Km ²
Localização	Sudeste da África
Capital	Lilongwe
Principais cidades	Lilongwe, Blantyre, Mzuzu, Zomba
Idiomas oficiais	Chichewa, Inglês (oficial)
Moeda	Malawi kwacha (MK)
População (2011)	16,1 milhões de habitantes

Malaui está localizado no continente africano, ao leste de Zâmbia e ao norte de Moçambique. A população total de cerca de 16,1 milhões habitantes está distribuída em uma extensão de 118 mil Km².

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2011)

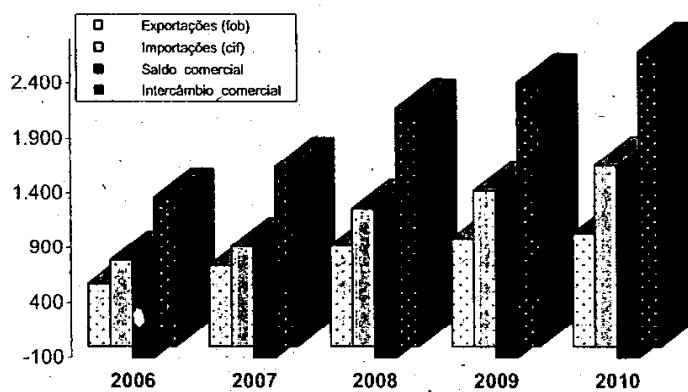
PIB Nominal	US\$ 5,9 bilhões
Crescimento real do PIB	5,3%
PIB Nominal "per capita"	US\$ 370
PIB PPP	US\$ 15,5 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 963
Inflação	9,8%
Reservas internacionais	US\$ 263 milhões
Dívida externa	US\$ 1,3 bilhões
Câmbio (MK / US\$)	165,50

Com PIB Nominal de aproximadamente US\$ 5,9 bilhões e crescimento de 5,3% em 2011, a economia de Malaui é predominante agrícola com 80% da população localizada na área rural. No ranking do PIB/FMI Malaui posicionou-se como 144ª economia mundial.

MALAUÍ: COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	573	734	914	983	1.032
Importações (cif)	785	906	1.256	1.421	1.655
Saldo comercial	-211	-172	-342	-438	-623
Intercâmbio comercial	1.358	1.640	2.170	2.404	2.687

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Integridade Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, April 2012

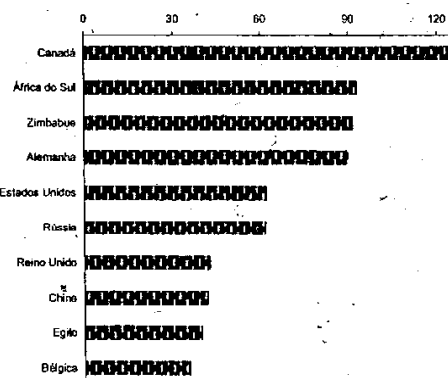


O comércio exterior de Malawi apresentou, em 2011, variação de 98% em relação a 2007, passando de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 2,7 bilhões. No ranking do FMI de 2011, Malawi figurou como o 158º principal mercado mundial, sendo 157º na exportação e 145º na importação.

MALAUÍ: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
Canadá -	71,1	7,2%	127	12,3%
África do Sul	83,2	8,5%	93	9,0%
Zimbábue	81,8	8,3%	92	8,9%
Alemanha	107,1	10,9%	90	8,7%
Estados Unidos	69,1	7,0%	62	6,0%
Rússia	73,9	7,5%	62	6,0%
Reino Unido	38,2	3,9%	43	4,1%
China	28,6	2,9%	42	4,1%
Egito	35,6	3,6%	40	3,9%
Bélgica	21,4	2,2%	36	3,5%
...				
Brasil	3,2	0,3%	2,1	0,2%
Subtotal	613,0	62,4%	687,8	66,6%
Outros países	370,0	37,6%	344,2	33,4%
Total	983,0	100,0%	1.032,0	100,0%



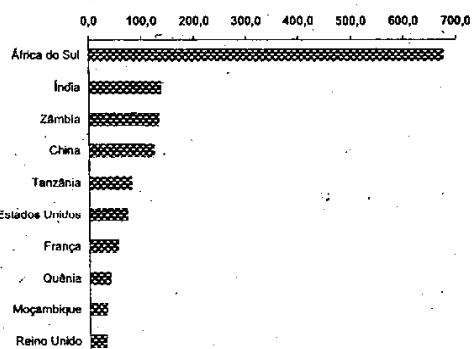
Extrairado pelo MRE/DPR/DIC - Direção de Integridade Comercial - 2011 base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, April 2012

O destino das exportações do país é bem diversificado. O Canadá obteve 12% da pauta em 2011, seguido da África do Sul (9%); Zimbábue (9%); Alemanha (9%); Estados Unidos (6%); e Rússia (6%). O Brasil obteve o 47º lugar entre os principais compradores em 2010, participando com 0,2% do total.

MALAUÍ: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011	% no total
África do Sul	603,2	42,4%	675,6	40,8%
Índia	101,0	7,1%	137,4	8,3%
Zâmbia	112,9	7,9%	133,6	8,1%
China	88,1	6,2%	124,4	7,5%
Tanzânia	72,2	5,1%	80,9	4,9%
Estados Unidos	40,8	2,9%	72,8	4,4%
França	64,2	4,5%	55,2	3,3%
Quênia	35,0	2,5%	39,2	2,4%
Moçambique	29,7	2,1%	33,2	2,0%
Reino Unido	28,6	2,0%	31,7	1,9%
...				
Brasil	2,6	0,2%	2,6	0,2%
Subtotal	1.178,3	82,9%	1.386,6	83,8%
Outros países	242,7	17,1%	268,4	16,2%
Total	1.421,0	100,0%	1.655,0	100,0%



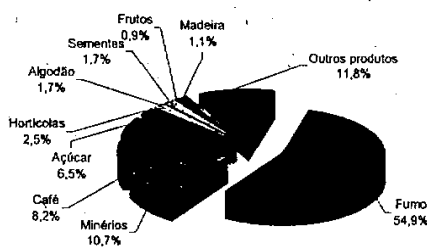
Extrairado pelo MRE/DPR/DIC - Direção de Integridade Comercial - 2011 base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, April 2012

A África do Sul é o principal vendedor para Malaui. Em 2011 representou 41% da pauta. Destacaram-se também a Índia (8%); Zâmbia (8%); e China (8%). O Brasil obteve o 30º lugar, com 0,2% do total.

MALAUI: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2010 - em US\$ Milhões

Descrição	2010	% no total
Fumo	0,59	54,9%
Minérios	0,11	10,7%
Café	0,09	8,2%
Açúcar	0,07	6,5%
Hortícolas	0,03	2,5%
Algodão	0,02	1,7%
Sementes	0,02	1,7%
Frutos	0,01	0,9%
Madeira	0,01	1,1%
Subtotal	0,94	88,2%
Outros produtos	0,13	11,8%
Total	1,07	100,0%

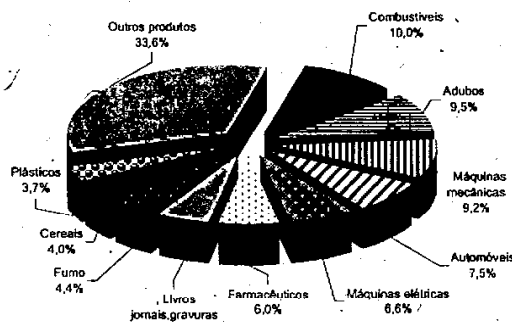


Fumo é o principal produto da pauta de exportação e respondeu por aproximadamente 55% do total em 2010. Em seguida destacaram-se os minérios (11%); café (8%); açúcar (7%) e hortícolas (3%).

MALAUI: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2010 - em US\$ Milhões

Descrição	2010	% no total
Combustíveis	0,2	10,0%
Adubos	0,2	9,5%
Máquinas mecânicas	0,2	9,2%
Automóveis	0,2	7,5%
Máquinas elétricas	0,1	6,6%
Farmacêuticos	0,1	6,0%
Livros, jornais, gravuras	0,1	5,4%
Fumo	0,1	4,4%
Cereais	0,1	4,0%
Plásticos	0,1	3,7%
Subtotal	1,4	66,4%
Outros produtos	0,7	33,6%
Total	2,2	100,0%



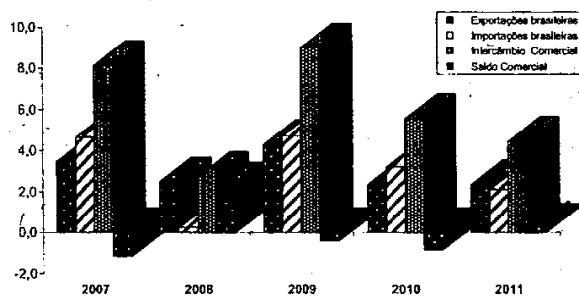
As importações de Malaui foram bem diversificada, cuja participação registraram destaque em três grupos de produtos (combustíveis, adubos e máquinas mecânicas) que juntos representaram 29% das compras. Na sequência foram: automóveis (8%), máquinas elétricas (7%); farmacêuticos (6%); livros, jornais, gravuras (5%); e fumo (4%).

BRASIL-MALAUÍ: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-mar)	2012 (jan-mar)
Exportações brasileiras	3,5	2,5	4,3	2,4	2,4	0,1	0,6
Variação em relação ao ano anterior	301,1%	-28,4%	72,0%	-45,1%	-0,4%	-99,8%	370,3%
Importações brasileiras	4,7	0,3	4,7	3,2	2,1	0,0	1,8
Variação em relação ao ano anterior	114,3%	-94,6%	1780,0%	-31,9%	-34,1%	-99,9%	179900,0%
Intercâmbio Comercial	8,1	2,8	9,0	5,6	4,5	0,1	2,4
Variação em relação ao ano anterior	167,8%	-66,2%	227,3%	-38,2%	-19,8%	-99,8%	1661,9%
Saldo Comercial	-1,2	2,3	-0,4	-0,8	0,2	0,1	-1,2

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Intelligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Ancceweb

No ranking do comércio exterior brasileiro Malaui figurou como o 178º parceiro comercial. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país registrou decréscimo da ordem de 45%, passando de US\$ 8 milhões em 2007, para US\$ 4,5 milhões em 2011. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil no último ano do quinquênio analisado, registrou superávit de 0,2 milhões em 2011.

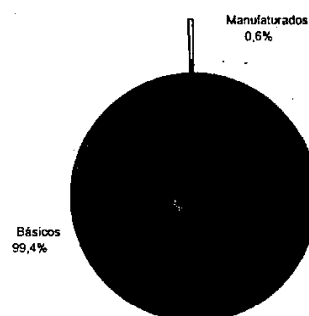
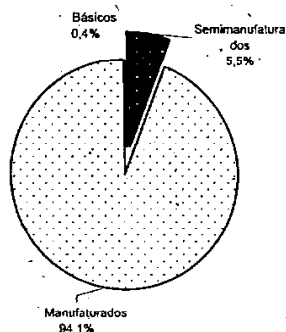


BRASIL-MALAUÍ: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2011

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	0,0	0,4%	2,1	99,5%
Semimanufaturados	0,1	5,5%	0,0	0,0%
Manufaturados	2,2	94,5%	0,01	0,6%
Transações especiais	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	2,4	100,0%	2,11	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para Malauí são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 95% das vendas em 2011, com destaque para automóveis. Em seguida estão os semimanufaturados com 5,5 % e os básicos 0,4%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos representados pelo fumo equivalem quase a totalidade da pauta com 99,5%.



BRASIL-MALAUÍ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para Malauí, 2011
			Valor	% no total	
Automóveis	1,1	1,2	1,2	50,9%	
Máquinas mecânicas	2,6	0,3	0,5	20,9%	
Borracha	0,4	0,3	0,3	10,6%	
Farmacêuticos	0,2	0,1	0,2	6,6%	
Gomas vegetais	0,0	0,0	0,1	4,3%	
Subtotal	4,3	1,9	2,2	93,1%	
Outros produtos	0,0	0,4	0,2	6,9%	
Total	4,3	2,4	2,4	100,0%	

Automóveis representam mais da metade dos itens brasileiros exportados para Malauí, ou seja, 51% da pauta. Em seguida destacaram-se: máquinas mecânicas (21%); borracha (11%); produtos farmacêuticos (7%) e gomas vegetais (4%).

BRASIL-MALAUI: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias do Malaui, 2011
			Valor	% no total	
Fumo	2,1	3,2	2,1	99,4%	
Subtotal	2,1	3,2	2,1	99,4%	
Outros produtos	2,6	0,0	0,0	0,6%	
Total	4,7	3,2	2,1	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DIN/DIC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AL-eweb.

As importações brasileiras originárias de Malaui apresentaram alta grau de concentração, sendo fumo 99,9 % das compras em 2011.

BRASIL-MALAUI: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan-mar)	2012(jan-mar)		Exportações brasileiras para Malaui em 2012 (jan-mar)
		Valor	% no total	
Exportações				
Máquinas mecânicas	0,10	0,59	90,4%	
Borracha	0,00	0,04	6,1%	
Subtotal	0,10	0,63	96,6%	
Outros produtos	0,04	0,02	3,4%	
Total	0,14	0,65	100,0%	
Importações				
Fumo	0,00	1,80	100,0%	
Subtotal	0,00	1,80	100,3%	
Outros produtos	0,00	0,00	-0,3%	
Total	0,00	1,80	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DIN/DIC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AL-eweb.

Aviso nº 712 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

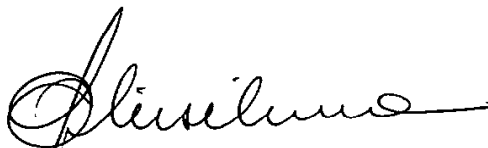
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

. (À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 22/08/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
OS:13958/2012

2

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 72, de 2012 (nº 370, de 15 de agosto de 2012, na origem), da Presidenta da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.*

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado nasceu em 24 de setembro de 1966.

Graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestre em Cultura Comparada e Relações Internacionais pela Universidade de Sophia, de Tóquio, ingressou na carreira diplomática em 1994 e tornou-se Conselheiro, por merecimento, em 2008. Concluiu o curso de Altos Estudos do

Instituto Rio Branco em 2011.

Entre as funções desempenhadas no Ministério de Relações Exteriores destacam-se a de Conselheiro na Embaixada em Beirute (2006), Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Riade (2009), Conselheiro no Consulado-Geral de Nova York (2011). Ademais, foi Assessor Internacional do Governo do Distrito Federal (1999 e 2001).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Democrática do Congo, cumprindo, inclusive, o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a *relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado*. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse País, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil, além de nomear os acordos por nós celebrados.

A República Democrática do Congo, cujo sistema de governo é semipresidencialista bicameral, tem desde 2001 como Presidente Joseph Kabila Kabange e como Primeiro-Ministro Augustin Matata Ponyo, desde abril de 2012.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Congo em 1968 e fixamos nossa Embaixada em Kinshasa em 1972, enquanto o então chamado Zaire abria Embaixada em Brasília em 1974. Nessa época, firmamos acordos de cooperação técnica e científica, de cooperação cultural, comercial e para estabelecimento de serviços aéreos. O setor de minérios também gerou interesse recíproco, como o protocolo de exploração da mina de ouro de D7 Kanga, em 1988, e, mais recentemente, o memorando de entendimentos para avaliar as jazidas petrolíferas no Centro-Norte do País. Nesse intermédio, entre 1997 e 2004, a Embaixada brasileira foi fechada, em razão do agravamento da situação interna da República Democrática do Congo, a começar pela chamada II Guerra do Congo, que teria vitimado cerca de 5 milhões de pessoas.

Importa registrar, enfim, que o primeiro julgamento do Tribunal Penal Internacional, que ocorreu este ano, foi o do ex-comandante da Força Patriótica de Libertação do Congo, Thomas Lubanga Dyilo, considerado culpado por crimes de guerra, notadamente pelo alistamento e recrutamento de

crianças menores de 15 anos entre 2002 e 2003.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 72, DE 2012** **(nº 370/2012, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o § 2º do art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Os méritos do Senhor Paulo Uchôa Ribeiro Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.

Assinatura manuscrita de Dilma Rousseff, com o nome 'D. Russeff' claramente legível.

EM nº 00246/2012 MRE

Brasília, 16 de Julho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República Democrática do Congo.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº00246 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

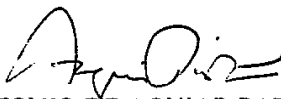
Brasília, 16 de julho de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República Democrática do Congo.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

CONSELHEIRO PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO

CPF.: 371.521.731-68

ID.: 11152 MRE

1966 Filho de Paulo Uchoa Ribeiro e Maria Izabel Rolim Ribeiro, nasce em 24 de setembro, em Brasília/DF

Dados Acadêmicos:

1988 Relações Internacionais pela Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília/DF
1989 Instituto de Relações Internacionais da Universidade Sophia, Tóquio/Japão, Pesquisador
Tese de mestrado, "United Nations: Japan's quest for autonomy and search for security in an interdependent world"; Mestrado em Cultura Comparada e Relações Internacionais pela Escola de Cultura Comparada da Universidade Sophia, Tóquio/Japão
1992
1994 CPCD - IRBr
2003 CAD - IRBr
2011 CAE - IRBR, "Relações Brasil - Arábia Saudita: Novas Perspectivas"

Cargos:

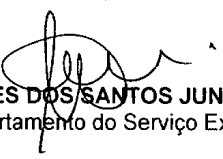
1995 Terceiro-Secretário
2001 Segundo-Secretário
2006 Primeiro-Secretário, por merecimento
2008 Conselheiro, por merecimento

Funções:

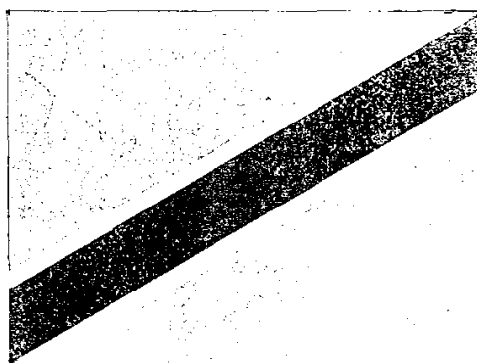
1996 Departamento da Europa
1996 Divisão da Europa I, assistente
1997 Embaixada em Oslo, Terceiro-Secretário e Encarregado de Negócios em missão transitória
1999 Governo do Distrito Federal, Assessor Internacional e Chefe do Cerimonial
2000 Organização das Nações Unidas, Conselho Consultivo do Timor Leste, Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste, Departamento Político, Assessor Especial
2001 Governo do Distrito Federal, Assessor Internacional e Chefe do Cerimonial
2002 Embaixada em Paris, Segundo-Secretário
2005 Embaixada em Riade, Segundo-Secretário, Conselheiro comissionado e Encarregado de Negócios
2006 Embaixada em Amã, Núcleo Iraque, Encarregado de Negócios em missão transitória
2006 Embaixada em Bagdá, Encarregado de Negócios em missão transitória
2006 Embaixada em Beirute, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2007 Embaixada em Doha, Encarregado de Negócios em missão transitória
2007 Escritório de Representação em Ramalá, Encarregado de Negócios em missão transitória
2008 Embaixada em Riade, Encarregado de Negócios em missão transitória
2008 Consulado-Geral em Beirute, Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
2009 Embaixada em Bagdá, Conselheiro em missão transitória
2009 Embaixada em Riade, Conselheiro e Encarregado de Negócios
2010 Embaixada em Roseau, Encarregado de Negócios em missão transitória
2011 Consulado-Geral em Nova York, Conselheiro

Condecorações:

1999 Ordem do Mérito Brasília, Governo do Distrito Federal, Brasil, Grã-Cruz
1999 Ordem Dannebrog, Dinamarca, Cavaleiro
1999 Mérito D. Pedro II, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasil, Medalha
1999 Mérito Alvorada, Governo do Distrito Federal, Brasil, Medalha
1999 Mérito Buriti, Governo do Distrito Federal, Brasil, Medalha
1999 Ordem do Mérito Cultural, Governo do Distrito Federal, Brasil, Comendador
1999 Mérito Fu Shingkan, Taiwan, Medalha
2000 Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
2000 Mérito Tiradentes, Polícia Militar do Distrito Federal, Medalha


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC)



OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Julho de 2012

NOME OFICIAL	República Democrática do Congo
GENTÍLICO	Congolês
CAPITAL	Kinshasa
ÁREA	2.344.858 km² (1,5 vez o Estado do Amazonas)
POPULAÇÃO (2011)	74,7 milhões de habitantes (est. FMI 2012)
IDIOMAS	Francês (oficial); lingala, quicongo, kituba, suaíli e tshiluba ("línguas nacionais")
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (50%), Evangélicas (20%), Islã (10%), Religiões autóctones (20%)
SISTEMA DE GOVERNO	Semipresidencialismo bicameral
PODER LEGISLATIVO	Bicameral Câmara Baixa: Assembleia Nacional Câmara Alta: Senado
CHEFE DE ESTADO	Presidente Joseph Kabila Kabange (desde jan/2001)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Augustin Matata Ponyo (desde abril/2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Raymond Tshibanda (desde maio/2012)
PIB nominal (2011)¹	US\$ 15,668 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 trilhões)
PIB PPP (2011)¹	US\$ 23,135 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
PIB nominal per capita (2011)¹	US\$ 185,841 (Brasil: US\$ 12.788)
PIB PPP per capita (2011)¹	US\$ 328,346 (Brasil: US\$ 11.769)
VARIAÇÃO DO PIB (%)¹	6,7 (est. 2013); 6,4 (est. 2012); 6,9 (2011); 7,0 (2010); -2,8 (2009); 6,1 (2008); 6,2 (2007)
IDH^{2,3}	0,286 (187º de 187 países);
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER^{2,3}	48,4 anos (2011) (Brasil: 73,5; mundo: 69,8)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO³	66,8% (2009) (Brasil: 90%; mundo:)
ÍNDICE DE DESEMPREGO⁴	8,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Congolês (FC) –1 US\$ = 922,75 FC
EMBAIXADOR NA RDC	A ser designado
EMBAIXADOR NO BRASIL	A ser designado
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2011)	64 brasileiros

(1) Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/weosemgr.aspx>

(2) Disponível em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Table1.pdf

(3) Disponível em <http://hdr.undp.org/en/data/profiles/>

(4) Disponível em <http://fic.wharton.upenn.edu/fic/afrika/Dem%20Rep%20Congo%20Final.pdf>

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) –Fonte: MDIC (junho de 2012)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	9,39	13,40	17,10	150,96	209,89	57,28	58,56	41,68	188,61	121,66	21,7
Exportação	9,17	13,03	16,88	18,52	35,13	53,43	53,78	31,50	81,47	25,86	15,9
Importação	0,22	0,36	0,22	132,43	174,75	3,84	4,783	10,18	104,14	95,77	5,76
Saldo	8,95	12,66	16,66	-113,91	-139,62	49,59	49,00	21,31	-25,55	69,94	10,23

JOSEPH KABILA KABANGE
Presidente

Joseph Kabila Kabange nasceu em 04/06/1971, em Fizi, Província do Kivu do Sul, situada no leste da RDC. Devido às atividades políticas de seu pai, Laurent Kabila, que combatia o regime de Mobutu Sese Seko, cursou o ensino médio no Liceu Francês de Dar-es-Salaam, Tanzânia, onde também passou por treinamento militar.

Lutou ao lado do pai na guerra de 1996-97 contra o regime Mobutu, que tombaria em maio de 1997, quando Laurent Kabila assume o poder. Em 1998, fez estágio militar na Universidade de Defesa de Pequim. No mesmo ano, retornou à RDC e foi nomeado General e Subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Em 2000, assumiu a Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas. Em janeiro de 2001, aos 29 anos de idade, assumiu a Presidência da República após o assassinato de seu pai. Em outubro de 2006, foi eleito Presidente da República para um mandato de cinco anos, no segundo turno das primeiras eleições presidenciais diretas realizadas no país.

Em dezembro de 2011, foi reeleito Presidente no primeiro turno, para novo mandato de cinco anos. A organização do pleito foi contestada por parte da comunidade internacional.

AUGUSTIN MATATA PONYO MAPON
Primeiro-Ministro

Augustin Matata Ponyo Mapon nasceu em 05/06/1964, em Kindu, Província de Manieba, centro-leste da RDC. Formou-se em Economia pela Universidade de Kinshasa, onde lecionou entre 1988 e 2000. Trabalhou no Banco Central do Congo (1990 a 2003) e no Ministério das Finanças (2001 a 2003). De 2003 a 2010, foi Diretor-Geral do Escritório Central de Coordenação, órgão do governo congolês criado para atuar em concerto com os principais provedores de cooperação ao país. Em fevereiro de 2010, foi nomeado Ministro das Finanças. Em abril de 2012, foi designado Primeiro-Ministro pelo Presidente Joseph Kabila.

Avalia-se que a escolha de Ponyo refletiria a preocupação do Presidente Kabila em enviar mensagem aos investidores externos de que o Governo dará prioridade ao aprimoramento do ambiente de negócios na RDC. Ao nomear Ponyo, Kabila buscava, ainda, dar orientação gerencial ao cargo de Primeiro-Ministro e concentrar em suas mãos a condução de temas essencialmente políticos.

RAYMOND TSHIBANDA N'TUNGAMULONGO
Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Francofonia

Nascido em Lomela, na província do Kasai Oriental, em 20 de novembro de 1950, Raymond Tshibanda N'tungamulongo licenciou-se em Ciências Políticas e Administrativas pela Universidade do Zaire, em 1977. Entre 1979 e 1982, cursou pós-graduação em Relações Internacionais, Economia do Desenvolvimento e Administração Pública pela Universidade de Pittsburgh, EUA. De 1988 a 1991, trabalhou no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Tshibanda retornou à RDC em 1991, quando foi nomeado Diretor de Gabinete Adjunto do Primeiro-Ministro. Participou ativamente da organização da Conferência Nacional Soberana e, em 1994, assumiu papel de destaque nas negociações que levariam ao fim do regime de Mobutu. Atuou, entre 1994 e 1996, como presidente e porta-voz da oposição. Em 1996, foi nomeado Ministro do Meio-Ambiente, Conservação da Natureza e Turismo.

Foi Vice-Ministro do Planejamento de 2003 a 2006. Em 2006, foi coordenador da campanha de Joseph Kabila à presidência e Chefe de Gabinete do Presidente, entre 2007 e 2008. Em 2008, assumiu o cargo de Ministro da Cooperação Internacional e da Francofonia. Conduziu as negociações de paz que levaram à assinatura dos Acordos de Goma em março de 2009, pelo qual o Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), grupo armado que atuava no leste do país, abandonou oficialmente as atividades rebeldes. Na condição de Ministro da Cooperação, representou a RDC em diversos eventos internacionais, como a sessão do Conselho Segurança das Nações Unidas (CSNU) em que foi renovado o mandato da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) em junho de 2011.

Em abril de 2012, com a composição do novo governo do Presidente Kabila, assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Francofonia.

Vale ressaltar que Tshibanda esteve no Brasil em agosto de 2011, como chefe da delegação congoleza que integrou a III Sessão da Comissão Mista Brasil – RDC.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a RDC, então Zaire, em 1968. As relações bilaterais experimentaram forte impulso em abril de 1972, com a criação da Embaixada do Brasil em Kinshasa. Em novembro do mesmo ano, visitou aquela capital o Chanceler Mario Gibson Barboza, ocasião em que os primeiros atos bilaterais foram assinados: a “Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural” e uma Declaração Conjunta. No ano seguinte, visitaria Brasília o Ministro dos Negócios Estrangeiros congolês, Nguza Bond, que assinou junto com sua contraparte brasileira cinco acordos, dentre os quais um “Acordo de Cooperação Técnica e Científica”, um “Acordo Comercial” e um “Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos”.

A RDC estabeleceu Embaixada em Brasília em 1974. Em 1980, após um período de pouco dinamismo das relações bilaterais, seria realizada em Brasília I Sessão da Comissão Mista Bilateral. Sete anos mais tarde, missão oficial de autoridades congoleesas resultaria na assinatura de três atos bilaterais, dentre os quais um Acordo no setor de transportes e um Protocolo complementar sobre a exploração da mina de ouro de D7 Kanga. A II Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC ocorreu um ano depois (1988).

Durante os anos seguintes, a instabilidade do país, ainda sob a liderança de Mobutu, restringiu as possibilidades de estreitamento das relações entre os dois países. A Embaixada do Brasil em Kinshasa foi desativada em 1997 em razão da II Guerra do Congo, e seria reaberta apenas em 2004.

Em março de 2005, Jean-Pierre Bemba, à época um dos quatro Vice-Presidentes do Governo de transição encabeçado por Laurent Kabila, visitou o Brasil, onde foi recebido pelo então Vice-Presidente José Alencar e pelos titulares das pastas do MDIC e do MME. Durante a visita, discutiram-se oportunidades comerciais e perspectivas de cooperação bilateral. A então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, aventou a negociação de memorandos de entendimento entre empresas dos setores de energia elétrica e mineração de ambos os países.

Em outubro de 2006, teve início a missão do Exército Brasileiro na RDC, destinada a manter a segurança da Embaixada do Brasil em Kinshasa. Desde então, a missão vem sendo periodicamente renovada, uma vez que a situação no país ainda inspira cuidados. Regularmente, os militares brasileiros expõem à comunidade brasileira local as medidas a serem tomadas na hipótese de novos conflitos de maiores proporções atingirem Kinshasa.

Em 2007, o Ministro dos Hidrocarbonetos da RDC visitou o Brasil com o objetivo de estabelecer contato com empresas brasileiras do setor de petróleo. Resultado da sua visita foi a assinatura, em 2008, de memorando de entendimentos

entre a empresa brasileira HRT ("High Resolution Technology") - Petroleum e o Ministério dos Hidrocarbonetos, visando à avaliação de jazidas petrolíferas existentes no Centro-Norte do país, na região conhecida como "Cuvette Centrale".

Em maio de 2009, o então Ministro da Defesa Nelson Jobim visitou Kinshasa, ocasião em que manteve reuniões de trabalho com o Ministro da Defesa Nacional e dos Antigos Combatentes e com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, ademais de ser recebido em audiência pelo Primeiro-Ministro Adolphe Muzito. Foram discutidos, entre outros temas, as possibilidades de cooperação militar bilateral e oportunidades de comércio de material bélico. Naquele mesmo mês, visitou o Brasil o Vice-Ministro das Minas da RDC, Victor Kasongo, chefiando delegação integrada por altos funcionários e técnicos do Ministério das Minas. O objetivo da missão foi visitar diferentes instalações da VALE, buscando diversificar as opções estratégicas para o setor de mineração do país.

Novo salto qualitativo nas relações bilaterais deu-se com a visita do Ministro Celso Amorim a Kinshasa, em novembro de 2010. A visita deu-se no contexto do anúncio da contribuição brasileira de US\$ 1 milhão para mecanismos de reparação e acesso à justiça para vítimas de violência sexual na RDC. Além de manter encontro bilateral com seu contraparte, o Ministro Alexis Thambwe Mwamba, o Ministro Celso Amorim avistou-se com o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU na RDC, Roger Meece, o Diretor do Escritório de Direitos Humanos da ONU, Jean-Luc Max, e a Representante Adjunta da Agência da ONU para Refugiados, Ndeye Ndour. Durante o encontro com o Ministro Mwamba, discutiram-se temas da agenda africana e regional, com ênfase na situação na região dos Grandes Lagos e leste da RDC, e decidiu-se reativar a Comissão Mista Bilateral.

Em agosto de 2011, realizou-se em Brasília a III Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC, que se revestiu de caráter histórico, uma vez que a última edição do evento havia corrido em 1988. O evento relançou a cooperação entre os dois países, por meio de iniciativas em diversas áreas. As delegações brasileira e congoleza foram chefiadas, respectivamente, pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, e pelo então Ministro da Cooperação Internacional e Regional, Senhor Raymond Tshibanda N'Tungamulongo (atual Chanceler). Além de temas que já integram a agenda Brasil-RDC, como educação, comércio e investimentos e cooperação humanitária, as delegações brasileira e congoleza valeram-se da ocasião para compartilhar informações e discutir novas iniciativas em áreas como saúde, agricultura familiar, agroecologia, formação profissional, rádio e televisão e normalização. Ao final do evento, foram assinados Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica nas áreas de agroecologia, agricultura familiar, formação de recursos humanos do setor público de comunicação e normalização.

Foi assinado, também, Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores da RDC, instrumento bilateral que possibilitará o ingresso, ainda no segundo semestre de 2012, do primeiro diplomata da RDC no Curso de Formação oferecido pelo Instituto.

Ressalte-se, por fim, que, no plano bilateral, permanece o interesse de ambos os lados em estabelecer mecanismo de consultas políticas bilaterais periódicas. Por sua dimensão territorial e populacional, bem como por sua posição geográfica central no continente africano, o país, em processo de gradual estabilização, deverá desempenhar, no futuro, papel mais relevante no contexto regional.

Cooperação eleitoral

Em novembro de 2005, o então Subsecretário de Assuntos Políticos-II do Itamaraty visitou a RDC, ocasião em que examinou com o Presidente da Comissão Eleitoral Independente (CEI), Abade Apollinaire Malumalu, a possibilidade de desenvolver-se programa de cooperação eleitoral. A partir de então, iniciou-se uma série de iniciativas de parte a parte, as quais resultaram em sensível incremento das relações bilaterais. Com o importante apoio de órgãos da Justiça Eleitoral brasileira, foram enviados observadores ao referendo constitucional congolês de dezembro de 2005 e promoveu-se a ida de Juiz do TRE-MG a Kinshasa, em abril de 2006, a fim de ministrar curso sobre contencioso eleitoral a Ministros da Suprema Corte, outros magistrados e membros e agentes da CEI. O mesmo Juiz visitaria a RDC por mais duas vezes, em missão de observador internacional às eleições gerais de 2006.

Em cerimônia realizada em 30 de outubro daquele ano, com ampla cobertura de imprensa, fez-se a entrega oficial de 2.950 urnas de lona doadas pelo Governo brasileiro. Na ocasião, o Brasil foi publicamente reconhecido como um dos países que mais vinham contribuindo para o êxito do processo eleitoral na RDC. Do lado congolês, duas missões chefiadas pelo Presidente da CEI visitaram o Brasil: em outubro de 2006 (por ocasião do 1º turno das eleições gerais brasileiras) e em maio de 2007.

Cooperação técnica

Em novembro de 2009, técnico da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) visitou Kinshasa a fim de discutir o relançamento da cooperação técnica com a RDC. Na ocasião, estiveram presentes representantes do Ministério de Relações Exteriores, do Ministério da Saúde Pública e do Ministério da Agricultura da RDC que destacaram interesse em realizar cooperação na área da saúde, em especial na prevenção e combate à AIDS e à malária. Manifestaram, ainda, preocupação com a segurança alimentar do país e com a necessidade de

capacitação de pequenos agricultores na produção de mandioca, banana, milho e arroz. Ao término da visita, os representantes da RDC comprometeram-se a apresentar formalmente suas demandas, a fim de que fossem submetidas à apreciação da ABC e das instituições brasileiras.

No segundo semestre de 2010, a RDC solicitou cooperação técnica na área de transporte marítimo, agricultura e segurança alimentar, bem como capacitação dos profissionais da Radio Televisão Nacional Congoleza e apoio ao Instituto Nacional de Preparação Profissional.

Ainda em 2010, técnicos congolezes participaram dos cursos realizados no âmbito do Diálogo Brasil-África sobre Agricultura e Desenvolvimento Rural, que visavam a apresentar o trabalho das diversas instituições brasileiras (Embrapa, SENAR, Ministérios) na área de agricultura, pecuária e segurança alimentar.

Em fevereiro de 2011, a ABC realizou missão de prospecção a Kinshasa. A delegação foi composta por representantes do SENAI, da Embrapa, da União Planetária, da Universidade Federal de Lavras (UFL) e da Marinha do Brasil. A missão resultou na negociação de cinco projetos de cooperação técnica, dos quais três seriam assinados por ocasião da III Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC, realizada em agosto de 2011, em Brasília: "Formação de recursos humanos do setor público de comunicação da RDC", a ser executado pela União Planetária; "Apoio ao Cultivo do Café Kivu na República Democrática do Congo, no âmbito da Agroecologia, tendo-se como Referência, as Ações Extensionistas Participativas para Agricultura Familiar Desenvolvidas no Projeto Carrancas", já em fase de implementação pela UFL; e "Capacitação em agroecologia e agricultura familiar, para a produção de alimentos básicos e fundamentais, no viés da segurança alimentar e suas correlações econômicas e socioambientais". Os outros dois projetos, na área de biocombustíveis e formação profissional, encontram-se em fase de elaboração, respectivamente, pela Embrapa e pelo SENAI.

Está prevista para julho de 2012 nova missão de prospecção da ABC à RDC, que deverá contemplar as áreas de normatização, em parceria com a ABNT, de formação profissional, em parceria com o SENAI, e de redução de emissões de carbono por desmatamento e degradação (REDD+), em parceria com o MMA.

Cooperação educacional

Desde 2007, o Brasil tem sido o país que mais concede vagas universitárias a estudantes congolezes (331 alunos desde então), no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). A RDC é, ademais, após Cabo Verde, o país com maior número de beneficiados pelo Bolsa Mérito, programa que concede bolsas mensais a estudantes-convênio de graduação que demonstrem aproveitamento acadêmico excepcional. Desde a criação do programa, em 2006, 57 congolezes já foram agraciados com o benefício.

Assistência humanitária

Em 2009, US\$ 35 mil foram alocados à Embaixada em Kinshasa para aquisição, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar local, para assistência às vítimas de enchentes que atingiram a região do Kasai Oriental.

Em 2011, o Brasil transferiu US\$ 1 milhão ao Escritório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (EACDH) com vistas a contribuir com mecanismos de reparação e acesso à justiça para vítimas de violência sexual no país, bem como US\$ 200 mil ao PMA, em apoio a programa destinado a deslocados internos e crianças autóctones do Distrito de Likouala,

Está prevista ainda para 2012 doação de cerca de 7,17 mil toneladas de arroz à RDC.

Assuntos consulares

A rede consular brasileira na RDC é composta unicamente pela Embaixada em Kinshasa. O Brasil não dispõe de consulados honorários no país. Segundo dados de 2011, 65 brasileiros viveriam na RDC, dos quais 54 estariam matriculados no setor consular da Embaixada em Kinshasa. Não há Conselho de Representantes no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

A dívida da RDC com o Brasil é de US\$ 1.596.929,53, posição em 18.11.2011, sendo cerca de US\$ 1,3 milhão em atrasados e US\$ 285 mil em vencimentos, decorrente de financiamento de exportações realizadas em 1975 por meio do FINEX.

No âmbito do Clube de Paris, a RDC atingiu o Ponto de Conclusão da Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) em 30 de junho de 2011. O Brasil assinou a Ata de Entendimentos, com a ressalva de que esperava receber os valores devidos, uma vez que a dívida brasileira correspondia a créditos de curto prazo, não negociados pelo Clube.

O Brasil reuniu-se com representantes da RDC em novembro de 2011, em Paris, para negociar a implementação bilateral da ata do Clube. Durante a reunião, as partes acordaram um cronograma de pagamento da dívida em 6 parcelas, com início um mês após a aprovação do contrato de reestruturação de dívida pelo Senado Federal. Os termos da negociação foram aprovados pelo Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE) em janeiro de 2012 e a minuta do contrato está sendo feita pelo Ministério da Fazenda brasileiro para posterior envio às autoridades congolenses.

POLÍTICA INTERNA

Sistema Político

De acordo com a Constituição adotada em 2005, a RDC é um Estado unitário. O sistema de governo é semipresidencialista: o Presidente designa um Primeiro-Ministro que aponta os integrantes do gabinete ministerial. Na prática, porém, o Primeiro-Ministro submete-se ao Presidente, atuando principalmente como um gestor de governo. Cabe ao Presidente definir as linhas de ação governamental e tomar as decisões políticas mais importantes.

O atual Presidente, Joseph Kabila, foi reeleito em novembro de 2011 para mais um mandato de 5 anos. O Primeiro-Ministro Matata Ponyo foi designado pelo Presidente Kabila em março de 2012, após três meses de complexas negociações com os partidos da base governista.

A RDC conta com um poder legislativo bicameral. A Assembleia Nacional, com 500 assentos, constitui a câmara baixa e o Senado, com 108 assentos, a câmara alta. Os atuais Senadores foram eleitos em janeiro de 2006 pelas Assembleias provinciais para um mandato de 7 anos. As próximas eleições para o Senado estão previstas para 2013. Já os atuais representantes da Assembleia Nacional foram eleitos pela eleição geral de novembro de 2011, para um mandato de 5 anos.

A política congoleza é extremamente fragmentada. Atualmente, mais de 100 partidos estão representados na Assembleia Nacional. 20 partidos compõem a coalizão de governo, com destaque para o Partido do Povo pela Reconstrução e a Democracia (PPRD), do Presidente Kabila, o Movimento Social pela Renovação (MSR) e o Partido Lumumbista Unificado (PALU). Na oposição, figuram a União para a Democracia e o Progresso Social (UDPS), do proeminente político Étienne Tshisekedi, o Movimento de Liberação do Congo (MLC) e a União pela Nação Congoleza (UNC).

Independência

A RDC tornou-se independente do Reino da Bélgica em junho de 1960, após quase um século de exploração colonial. A frente do movimento de independência destacou-se Patrice Lumumba, carismático líder do Movimento Nacional Congolês (MNC). Por decisão do incipiente Parlamento nacional, Lumumba desempenharia o cargo de Primeiro-Ministro da nova Nação, ao lado do líder da Aliança dos Bakongo (ABAKO), Joseph Kasavubu, como Presidente.

Um mês após a declaração de independência, dissidências ideológicas e movimentos secessionistas nas províncias de Katanga e Kasai Sul dão início a um período de tensão crescente. De modo a proteger seus cidadãos e defender os interesses das grandes mineradoras, a Bélgica envia tropas à sua ex-colônia, no que é secundada pela ONU dias depois.

A crise se agrava quando o Presidente Kasavubu decide demitir Lumumba de seu cargo, que por sua vez reage declarando a inconstitucionalidade dos atos de Kasavubu perante o Parlamento. Acirram-se os ânimos entre os simpatizantes das duas principais figuras políticas do país. Aproveitando-se da circunstância, o recém-nomeado Comandante do Exército Nacional Congolês, Joseph Mobutu, lidera um golpe de estado, com o apoio dos EUA e da Bélgica. Lumumba seria preso e posteriormente assassinado, ao passo que o Presidente Kasavubu se tornaria refém da trama tecida por Mobutu: em 1965, seria deposto juntamente com o Primeiro-Ministro Tshombe, ex-líder separatista da Província de Katanga. Instituiu-se o regime de partido único sobre o país, que passa a denominar-se Zaire a partir de 1971.

Era Mobutu

A Era Mobutu foi marcada pela corrupção em larga escala. As riquezas afluentes das imensas jazidas minerais e o suporte concedido pelos EUA, que viam em sua figura um paladino anticomunista no coração da África, permitiram a Mobutu exercer completo domínio sobre as Forças Armadas e a economia congoleza.

No entanto, o declínio econômico do país em fins da década de 1980 e atritos com os principais prestadores de ajuda externa começaram a erodir as bases de sustentação do regime Mobutu. Em uma manobra voltada a assegurar seu domínio sobre o país, Mobutu promove algumas reformas políticas superficiais e anuncia um governo de transição. A tensão escala em meio às Forças Armadas e tornam-se frequentes confrontos entre militantes contra e a favor do regime.

Em 1996, rebeldes tutsis apoiados por Ruanda assumem o controle do leste país. Mobutu, tradicional aliado dos hutus, busca angariar forças para repelir o assédio tutsi, sem sucesso. Com a saúde debilitada, Mobutu vê-se impelido a fugir do país, à medida que forças rebeldes comandadas por Laurent-Desiré Kabila dirigem-se em direção a Kinshasa. Seria o fim do regime ditatorial de Mobutu. O país passa a denominar-se República Democrática do Congo.

II Guerra do Congo e Ascensão de Joseph Kabila

Desconfianças entre Kabila e as lideranças tutsis, temidas por Kinshasa em razão de suas intrínsecas ligações com os vizinhos Ruanda e Uganda, fizeram ressurgir a tensão no leste do país. Tutsis apoiados por Ruanda criam então a Assembléia Congoleza pela Democracia (ACD), destinada a fazer frente ao Presidente Kabila. Ciosa da interferência ruandesa na RDC, Uganda incitará a criação do Movimento pela Liberação do Congo (MLC), liderado por Jean-Pierre Bemba. O conflito armado ultrapassa as fronteiras do país, envolvendo além dos vizinhos Uganda e Ruanda, tropas de Angola, Zimbábue e Namíbia. A II Guerra do Congo tornar-se-ia uma das maiores tragédias do século XX, tirando a vida de mais de 5 milhões de pessoas.

O cessar-fogo assinado em Lusaka, em 1999, resultou em acordo que propiciou a criação, no mesmo ano, da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC). O envio da MONUC não bastou, todavia, para estabilizar a RDC, uma vez que o Acordo de Lusaka foi objeto de intermitentes violações.

Em 2001, o Presidente Laurent Kabila foi assassinado e sucedido pelo filho e então Comandante das Forças Armadas, Joseph Kabila. Teria início um Governo de transição, reconhecido pelo Acordo de Sun City (África do Sul), celebrado em 2002. Em fevereiro de 2006, é promulgada a nova Constituição do país, aprovada dois meses antes por referendo popular. No mês seguinte, promulga-se a lei eleitoral e aprova-se oficialmente o calendário das eleições pela Comissão Eleitoral Independente (CEI).

Em julho de 2006, a RDC realiza suas primeiras eleições presidenciais livres em mais de 40 anos como nação independente. Joseph Kabila vence o pleito em segundo turno, à frente de uma coalizão de partidos intitulada "Aliança pela Maioria Presidencial" (AMP), contra 42% dos votos registrados pelo MLC de Jean-Pierre Bemba, que ocupava na ocasião uma das quatro Vice-Presidências do Governo de transição. Com a derrota, o MLC mergulha em crise e Bemba decide confrontar abertamente o Presidente eleito, contestando os resultados oficiais das urnas e dando início, em seguida, a violentos enfrentamentos com as forças governamentais em Kinshasa.

Bemba não teria outra escolha a não ser recorrer ao exílio em Portugal para evitar a ordem de prisão decretada por Kabila. Em maio de 2008, Bemba é preso em Bruxelas e transferido para a Haia, onde aguarda até hoje sentença do Tribunal Penal Internacional (TPI), sob a acusação de crimes de guerra cometidos entre 2002 e 2003, quando teria prestado apoio a rebeldes em golpe de estado na vizinha República Centro-Africana.

Embora a guerra civil tenha terminado oficialmente em 2002, a insegurança persiste no Leste do país, principalmente nas províncias do Kivu Norte e Sul, cercadas pelos Grandes Lagos e vizinhas a Ruanda, Uganda, Burundi. Os principais atores envolvidos são o Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), movimento rebelde de origem tutsi liderado pelo General congolês dissidente Laurent Nkunda, e as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR), facção controlada por tropas rebeldes hutus emigradas de Ruanda após o genocídio de 1994 contra a população tutsi.

Acrescente-se às tensões nos Grandes Lagos o terror provocado pelas milícias do "Exército de Resistência do Senhor" (LRA, acrônimo em inglês), lideradas pelo rebelde Joseph Kony, que vagueiam pelos territórios de Sudão, Uganda e RDC, saqueando vilas e perpetrando ataques à população civil.

Até fins de fevereiro de 2009, forças oficiais ruandesas realizaram sucessivas incursões em território congolês com o objetivo de combater integrantes das FDLR. Especula-se que Kinshasa teria consentido com as operações militares comandadas por Kigali em troca da captura do General Nkunda (CNDP), em janeiro de 2009.

A reaproximação entre os governos da RDC e Ruanda provocou uma reconfiguração de forças na política congoleza: em março de 2009, o Deputado Vital Kamerhé, contrário ao estreitamento das relações com Ruanda, demitiu-se do cargo de Presidente da Assembléia Nacional, pressionado pela coligação dos partidos da situação e ameaçado de moção de censura.

Outro desdobramento da reaproximação entre Kinshasa e Kigali foi a subscrição, também em março, de acordo de paz entre o Governo da RDC e os rebeldes tutsis do CNDP, intermediado pelo Presidente nigeriano Olusegun Obasanjo. O acordo estipulava, entre outras disposições, a futura transformação do CNDP em partido político e a integração de seus dirigentes na vida política congoleza; o retorno de pessoas deslocadas internamente e de refugiados ligados ao CNDP; a libertação de membros do movimento que ainda estiverem detidos; a promulgação de uma lei de anistia; e a integração dos ex-rebeldes nos quadros das forças armadas e policiais congolezas.

Em decorrência sobretudo da pressão exercida sobre o Governo Kabila por políticos descontentes com a aproximação com Kigali, as tropas de Ruanda deixaram o território da RDC em fevereiro de 2009. Entretanto, o “vácuo de poder” causado pela retirada ruandesa terminou por estimular a retomada de ações do FDLR tanto no Kivu do Norte quanto no Kivu do Sul.

Estabilização do País (MONUC e MONUSCO)

Em 2010, a RDC comemorou o cinquentenário de sua independência. O Governo Kabila aproveitou a oportunidade para promover uma campanha de exacerbado teor nacionalista junto à população, exaltando as realizações de seu governo com vistas às eleições gerais de 2011.

Nesse contexto, foi lançada a operação militar “Amani Leo” (“Paz Hoje”, em swahili), destinada a debelar os focos de tensão no Leste do país. Favorecida pelo suporte logístico da MONUC, a “Amani Leo” logrou tolher sensivelmente os ataques de grupos rebeldes em seus primeiros meses de atividades. Entretanto, o relativo sucesso da operação deu-se às custas de abusos contra os Direitos Humanos pelos próprios integrantes das Forças Armadas da RDC (FARDC), segundo relatos da população local, OnGs humanitárias e membros do próprio Departamento de Operação de Paz das Nações Unidas (DPKO).

O descontentamento com as críticas feitas pelas principais potências ocidentais ao seu Governo e a condução das operações das FARDC teria motivado

Kabila, segundo analistas, a buscar pôr a MONUC em descrédito frente à sociedade congoleza e exercer pressão nas Nações Unidas contra a renovação do mandato da Missão. Após intensas negociações entre o CSNU e a RDC, das quais o Brasil tomou parte ativamente, decidiu-se, em junho de 2010, pela reconfiguração da MONUC, de modo a abarcar as demandas do Governo da RDC e evitar novos conflitos em um país ainda instável. A MONUC então passou a chamar-se MONUSCO, dotada de um menor contingente e foco sobre o leste do país, que tem apresentado maior ocorrência de conflitos. Ademais da proteção a civis, que segue como prioridade da missão, a MONUSCO tem como foco atividades de estabilização e consolidação da paz, relacionadas basicamente à reforma dos setores de segurança e justiça, que não avançaram satisfatoriamente nos últimos anos.

As Eleições Gerais de 2011

Em agosto de 2010, a Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI) divulgou, após longo período de indecisões, o calendário para as eleições gerais. O documento foi alvo de duras críticas por parte de setores da oposição e da sociedade civil, que alegaram que as previsões determinadas pela CENI favoreciam o Governo Kabila. Não obstante, as eleições realizaram-se no período previsto, de 28 a 30 de novembro de 2011. Postulante à reeleição, o Presidente Kabila concorreu contra 10 outros candidatos, entre os quais o veterano Étienne Tshisekedi, principal figura da oposição, envolvido na política congoleza desde a independência do país e duas vezes Primeiro-Ministro. Tratou-se da segunda eleição no país após o fim da última guerra civil.

Em função da magnitude dos desafios logísticos (em particular o processo de cadastramento de eleitores e a distribuição tempestiva das cédulas eleitorais), permaneciam até a véspera do pleito dúvidas quanto à sua efetiva realização. Em 9 de dezembro de 2012, após sucessivos adiamentos, a CENI publicou o resultado da eleição presidencial. De acordo com os dados divulgados, reelegeu-se o Presidente Kabila, com 48,9% dos votos, seguido por Étienne Tshisekedi (32,3%), Vital Kamerhe (7,7%) e Nzanga Mobutu, filho do ex-ditador Mobutu (1,5%). A diferença de votos entre Kabila e Tshisekedi foi de cerca de três milhões.

Em entrevista concedida logo após o anúncio do resultado da eleição presidencial pela CENI, Étienne Tshisekedi rejeitou os resultados e se declarou Presidente eleito. No mesmo dia, ocorreram enfrentamentos violentos em diversos bairros de Kinshasa. As manifestações prosseguiram no dia seguinte. Houve registros de manifestantes mortos e acusações de arbitrariedades por parte da Polícia Nacional Congoleza. No entanto, após uma semana praticamente paralisada, a capital retornou à normalidade.

Parte das missões internacionais de observação eleitoral apontaram falhas na condução das eleições gerais na RDC. O Carter Center questionou a credibilidade dos resultados divulgados pela CENI e a MONUSCO manifestou apreensão quanto às alegações de irregularidades no processo de apuração dos votos levantadas pelas missões de observação eleitoral acreditadas no país. Os EUA e a missão de observação da UE apontaram a falta de transparência no processo eleitoral e as irregularidades na apuração dos votos, sem se pronunciar, contudo, em favor da anulação do pleito.

No entanto, países africanos, em particular a África do Sul, ressaltaram o contraste entre as avaliações dos EUA e das missões da UE e do Carter Center, de um lado, e de organismos regionais africanos (União Africana e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, especialmente), cujas missões emitiram declaração conjunta louvando os esforços empreendidos pela CENI na organização das eleições congoleesas.

As eleições legislativas (câmara baixa), realizadas junto com o pleito presidencial, resultaram em uma Assembleia Nacional extremamente fragmentada, composta por mais de cem partidos. Embora a MP ("Majorité Présidentielle"), coalizão que apoia o Presidente Joseph Kabila, tenha mantido seu predomínio na Assembleia, muitos de seus principais integrantes, como o PPRD, do próprio Kabila, e o tradicional PALU perderam espaço para partidos menores. O PPRD, apesar de continuar a deter o maior número de cadeiras na Assembleia, teve a sua bancada reduzida de 111 para 63 deputados. A bancada do PALU, apontado como o grande perdedor das eleições, passou de 32 para 17 deputados.

No campo da oposição, a principal mudança foi a volta da UDPS ("Union pour la Démocratie et le Progrès Social") à Assembleia Nacional. Partido de Étienne Tshisekedi, a UDPS havia boicotado as eleições legislativas de 2006, porém logrou eleger 41 deputados no último escrutínio, firmando-se como a maior bancada da oposição, seguida pelo MLC, partido do ex-Vice-Presidente Jean-Pierre Bemba, com 19 deputados.

Em abril último, após cerca de três meses de difíceis negociações com os partidos integrantes da Assembleia, Joseph Kabila nomeou Augustin Matata Ponyo, ex-Ministro das Finanças, como Primeiro-Ministro. No início de maio, Matata Ponyo divulgou a composição do novo gabinete, reduzido de 48 para 38 Ministérios, com perfil mais técnico e praticamente sem integrantes da oposição.

Analistas locais apontaram a inexistência de políticos de relevo no novo governo. O Presidente Kabila teria optado, por um lado, em prosseguir com a formação de um gabinete com perfil mais técnico do que político, iniciada com a indicação de Matata Ponyo. Por outro lado, ao preterir membros da oposição e reduzir o número de cargos no gabinete, Kabila estaria, segundo os mesmos analistas dando demonstração de força aos que apostavam em uma presidência fraca após as diversas denúncias de fraude nas eleições de novembro de 2011.

Situação de Segurança – Desdobramentos Recentes

A situação de segurança deteriorou-se no leste da RDC, na província do Kivu do Norte, tradicional reduto do CNDP, após a deserção, no início de abril, do ex-General das FARDC, Bosco Ntaganda, acompanhado de contingente que chegou a cerca de 800 pessoas. Ntaganda era o vice-comandante da operação Amani Leo ("Paz Agora", em swahili), composta majoritariamente por ex-integrantes do CNDP. Apesar da existência de mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional (TPI) expedido em 2006, Bosco vivia livremente em Goma, capital do Kivu do Norte, a alguns metros da fronteira com Ruanda. Sua integração ao exército congolês deu-se a partir do Acordo de Goma, assinado em 23 de março de 2009 entre o Governo da RDC e o CNDP, o qual previa a transformação do grupo armado em partido político e a integração de seus combatentes na polícia e nas FARDC.

Passado o período de relativa distensão no leste da RDC durante as eleições presidenciais de novembro de 2011, o Presidente Kabila iniciou série de medidas com o objetivo de enfraquecer a estrutura paralela de poder que o CNDP ainda vinha mantendo nos Kivus. Em fevereiro de 2012, Kabila suspendeu a operação "Amani Leo" e iniciou movimentação desses militares, particularmente daqueles leais a Bosco, para outras regiões do país.

Diversos integrantes do próprio CNDP, possivelmente motivados pelas lucrativas minas e rotas de evacuação de minérios sob o controle de Bosco, anunciaram a formação de nova facção denominada "Movimento 23 de março" (M23), em referência à data de assinatura, em 2009, do Acordo de Goma entre o CNDP e o Governo congolês. Com efetivos estimados entre 300 e 800 indivíduos, o M23 é relativamente pequeno quando comparado ao total de cerca 6.000 militares do CNDP integrados às FARDC em 2009.

Ciente das divergências internas entre Ntaganda e a cúpula do CNDP e na tentativa de melhorar sua imagem internacional após as denúncias de fraude nas últimas eleições, Kabila decidiu manifestar apoio à prisão de Bosco, que se dirigiu para a região de Masisi com seu contingente, o qual vem se reduzindo gradualmente com as ofensivas das FARDC e as constantes defecções em favor de tropas leais a Kinshasa. A cúpula do CNDP, por sua vez, busca desvincular a rebelião da imagem de Bosco e atribui-la ao descontentamento com as tentativas de Kinshasa em enfraquecer o CNDP nos Kivus.

Estima-se que a rebelião liderada por Ntaganda tenha resultado em cerca de seis mil novos refugiados em acampamentos ruandeses e levado ao surgimento de mais de vinte mil deslocados internos. Nesse contexto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu, em 3 de maio de 2012, declaração à imprensa na qual condena os ataques perpetrados pelo CNDP e, entre outras recomendações e encoraja os países a cooperarem para que os responsáveis por crimes de guerra sejam julgados, inclusive por meio de cooperação com o TPI.

Enquanto os confrontos entre as FARDC e os integrantes do Movimento M23 continuam ocorrendo, enfrentamentos entre elementos da FDLR e da milícia Raia Mutomboki ("povo revoltado", em swahili), tem provocado mortes e deslocamentos populacionais na região mais austral do Kivu do Norte e no vizinho Kivu do Sul. O reposicionamento de tropas das FARDC do Kivu do Sul em direção ao Kivu do Norte para apoiarem no esforço contra o M23 contribuiu para que os enfrentamentos entre a FDLR e o Raia Mutomboki aumentassem nos últimos meses.

O Raia Mutomboki distingui-se da maioria das outras milícias conhecidas como "Mai-Mai". As milícias "Mai-Mai" nasceram como grupos de autodefesa das comunidades locais, porém posteriormente desvirtuaram, em sua maioria, para o banditismo. São em geral centrados em sua região de origem e costumam levar o nome de seu líder. O Raia Mutomboki, contudo, não seguiria esse padrão, cobrindo uma área maior e sendo aparentemente composto por grupos que, apesar de não possuírem comando central, compartilhariam do mesmo nome. A união entre esses grupos estaria fundada no profundo sentimento anti-Ruanda e no antagonismo em relação ao FDLR, que consideram invasores. Os embates visam não apenas combatentes, mas também familiares, o que configuraria uma espiral de violência a agravar o já complicado quadro de violações de direitos humanos no país.

O último relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU) sobre a situação na RDC e as atividades da MONUSCO, que cobre o período de 26 de janeiro a 10 de maio de 2012, manifesta preocupação com a situação de segurança no leste do país. O número de deslocados internos teria passado de 1,7 milhão em dezembro de 2011 para 2 milhões em março de 2012. Apenas o Kivu do Sul contaria com 865 mil deslocados internos. O número de refugiados congolese teria igualmente aumentado em decorrência da violência no leste da RDC: aproximadamente 5,5 mil novos refugiados congolese foram registrados em Uganda e 5,6 mil em Ruanda.

POLÍTICA EXTERNA

A RDC é um país de grande importância geopolítica, em função de seu tamanho e população, suas riquezas naturais (minérios, recursos hídricos, florestas) e sua posição estratégica no centro da África.

Entorno Regional

A política externa da RDC é vinculada de forma intrínseca à complexa instabilidade da política interna do país. A instabilidade interna causada pela presença de rebeldes ugandenses, burundineses e, sobretudo, ruandeses no leste do país tem levado o país a coordenar-se com os seus vizinhos na tentativa de debelar os insurgentes.

Embora a RDC e Uganda tenham-se esforçado para estabelecer uma agenda bilateral positiva, há ainda muitas divergências pendentes entre os dois países, com destaque para o diferendo sobre a exploração de hidrocarbonetos no Lago Albert e a presença de grupos rebeldes ugandenses nas províncias do Kivu do Norte e Oriente. Suspeita-se, ainda, do envolvimento de Uganda no contrabando de ouro e outros minerais explorados ilegalmente em território congolês.

Nos últimos anos, RDC e Ruanda buscaram aproximar-se e relançar as relações desgastadas devido aos recorrentes conflitos envolvendo hutus e tutsis ruandeses nas províncias do leste congolês. Em 2009, ambos os países reabriram suas respectivas embaixadas em Kigali e Kinshasa, desativadas desde agosto de 1998, e decidiram retomar as atividades da Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL). A reaproximação entre a RDC e Ruanda fora fundamental para o processo de integração às FARDC dos rebeldes ligados ao CNDP, de composição étnica tutsi, retribuído pelo compromisso da RDC com o combate à FDLR, milícia hutu acusada de tentar derrubar o regime de Kigali.

Em abril de 2012, no entanto, o relacionamento bilateral voltou a deteriorar-se após a deserção de Bosco Ntaganda, ex-líder do CNDP, das FARDC, acompanhado de cerca de 800 militares sob o seu comando. Após adotar tônica contemporizadora em relação às denúncias de que Ruanda estaria apoiando o M23, movimento rebelde liderado por Bosco Ntaganda, Kinshasa decidiu lançar ofensiva diplomática com vistas a obter apoio dos países vizinhos e dos membros do CSNU e tolher qualquer ação desestabilizadora provinda de Kigali. No início de junho de 2012, o Primeiro-Ministro Matata Ponyo visita a Goma, capital do Kivu do Norte, para avaliar a situação securitária no leste do país. Na ocasião, o porta-voz do governo da RDC e Ministro das Comunicações, Lambert Mende, declarou ter provas de que entre 200 a 300 integrantes do bando de Ntaganda haviam sido recrutados e treinados em Ruanda.

Na semana seguinte, o governo congolês enviou o Chanceler Raymond Tshibanda a Tanzânia, Burundi, Angola e Uganda. O objetivo do périplo seria

angariar apoio regional e, eventualmente, convocar reunião da CEPGL para tratar das denúncias contra Ruanda.

Kigali, de sua parte, vem negando veementemente as acusações de apoio a grupos insurgentes em território congolês. Em reação à ofensiva da RDC, a Ministra dos Negócios Estrangeiros de Ruanda, Louise Mishikiwabo, visitou Kinshasa em 19/6 para se encontrar com seu homólogo congolês. A Ministra também foi recebida pelo Presidente Joseph Kabila. Ao final da visita, os dois países expediram comunicado conjunto reafirmando o comprometimento com o entendimento mútuo e a paz na região. As boas relações entre Kinshasa e Kigali são elemento chave para a estabilização da RDC e a paz regional.

As relações com Angola, embora densas, são marcadas por tensões relativas à presença de refugiados angolanos e congoleses que deixaram seu países de origem para viver no país vizinho em razão dos conflitos civis que assolaram a região. Fruto do recrudescimento da repressão angolana sobre imigrantes congoleses, cerca de 170 mil nacionais da RDC foram expulsos de Angola entre 2007 e 2009. Em setembro de 2009, Kinshasa, em retaliação, expulsou cerca de 50 mil angolanos da RDC. Angola, em reação, chegou a suspender os vôos da TAAG para seu vizinho. O Brasil chegou a doar US\$ 100 mil e US\$ 50 mil a Angola e à RDC, respectivamente, com vistas a contribuir para mitigação dos efeitos da crise humanitária causada pelas expulsões.

As relações RDC-Angola têm sido também marcadas por tensões relativas à demarcação da fronteira marítima e terrestre entre os dois países. No que tange à questão marítima, assinala-se que a RDC tem solicitado a extensão de suas águas territoriais nos termos da Convenção de Montego Bay sobre Direito do Mar, o que poderá resultar na redefinição das fronteiras marítimas entre os dois países e ter consequências sobre a jurisdição da produção "offshore" do enclave angolano de Cabinda.

Nas relações bilaterais com a República do Congo (Brazzaville), destaca-se a questão do grande número de refugiados e imigrantes provenientes da RDC. Brazzaville acompanha com preocupação qualquer desdobramento que possa afetar a estabilidade em seu vizinho. O antigo projeto de uma ponte ligando as duas capitais, por exemplo, desejável do ponto de vista econômico, tem sido sucessivamente adiado por razões de segurança.

Países Desenvolvidos

O relacionamento com as grandes potências constitui a outra vertente da política externa da RDC, sobretudo em razão da necessidade de obter assistência financeira e humanitária, investimentos diretos que possam alavancar o seu crescimento econômico e mercado para suas exportações.

A **China** tem expandido rapidamente a sua atuação na RDC nos últimos anos. Cerca de metade das exportações congoleesas tem como destino a China, hoje o principal parceiro comercial da RDC. Cerca de 90% dos minérios extraídos das ricas jazidas da região de Katanga são destinados ao mercado chinês. Por outro lado, os chineses têm investido maciçamente em infraestrutura, em especial em facilidades ligadas à produção e escoamento dos minerais extraídos em território congolês, a exemplo de estradas, ferrovias e portos, seguindo o padrão de cooperação econômica adotado pela China nos demais países africanos. Registre-se que ambos os Governos mantêm discussões sobre uma possível cooperação militar, o que tem gerado desconfiança em meio aos países vizinhos.

Além da China, têm crescente presença na RDC empresas sul-africanas, coreanas e australianas com interesse nos recursos minerais do país, ademais de grupos industriais indianos, como a Tata, do setor automobilístico.

Embora tenham perdido espaço no país para a China nos últimos anos, os **EUA**, que foram um dos principais aliados de Mobutu, ainda mantêm forte presença na RDC. Muitas das mineradoras em atividade na RDC são estadunidenses, entre elas a Freeport McMoran, que opera a maior mina do país no depósito de cobre e cobalto chamado Tenke Fungurume, na província de Katanga, sul do país. Ademais, há um relevante contingente do AFRICOM em território congolês, que presta treinamento militar às FARDC. A cooperação militar entre os dois deverá ser reforçada com a decisão do governo estadunidense, tomada em outubro de 2011, de enviar um contingente adicional de 100 militares para auxiliar o governo congolês no combate ao "Exército de Resistência do Senhor" (LRA), milícia comandada pelo líder rebelde Joseph Kony.

Digno de nota foi o fato de o Presidente Barack Obama ter sancionado, em 2010, uma lei obrigando as empresas americanas a esclarecerem a origem dos minerais utilizados em produtos por elas comercializadas, de forma a contribuir ao combate ao tráfico ilícito dos "minerais de sangue" que sustentam os grupos armados atuantes na RDC, uma das principais causas da instabilidade no país.

Também com notável presença no setor de mineração congolês, o Canadá tem se indisposto com o Governo Kabila, em razão de contencioso jurídico sobre a exploração das minas de Loshi e Frontier, outrora concedidas à mineradora canadense KMT-First Quantum.

Embora sigam densas, as tradicionais relações com a **Bélgica e a França** vêm perdendo terreno para outros importantes atores internacionais, nomeadamente a China e os EUA. O relacionamento com os países europeus sofreu, ademais, grande desgaste devido às acusações de irregularidades nas eleições de novembro de 2011, para a qual haviam contribuído financeiramente.

Não obstante, Kinshasa sediará a XIV Cúpula da Francofonia, a ser realizada em outubro de 2012. A RDC, maior país francófono do mundo, tem conferido prioridade ao relacionamento com outros países de língua francesa, europeus e africanos.

Temas Multilaterais – MONUSCO e TPI

Tropas das Nações Unidas estão presentes ininterruptamente na RDC desde 1999, quando foi criada a Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC), com o objetivo inicial de garantir o cumprimento do acordo de cessar-fogo assinado em Lusaka, naquele mesmo ano, entre a RDC, Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda, Zimbábue e os grupos rebeldes Movimento pela Libertação do Congo (MLC) e Agremiação Congoleza pela Democracia (RCD). Nos anos seguintes, a MONUC teve seus quadros gradualmente expandidos pelo Conselho de Segurança (CSNU). Paralelamente, seu mandato foi estendido para abarcar, entre outras atividades, a manutenção da segurança da população civil e do pessoal a serviço das Nações Unidas, a promoção do desarmamento, desmobilização e reintegração, bem como o auxílio à organização de eleições na RDC.

Em outubro de 2008, manifestantes descontentes com a suposta passividade dos “capacetes azuis” frente ao avanço de rebeldes na província de Kivu Norte, leste do país, atacaram com pedras escritórios da ONU em Goma, capital da província. Esse episódio conduziu à aprovação, pelo CSNU, da Resolução 1843, de que autorizou o desdobramento temporário de tropas adicionais para reforçar a capacidade da MONUC. Em fins de 2008, além de estender o mandato da MONUC, o CSNU solicitou que a missão abordasse prioritariamente a crise na região de Kivu, concentrando sua atuação progressivamente no leste do país. A partir de 2009, a MONUC passou a colaborar nas operações conjuntas entre Ruanda e RDC, desempenhando papel mais ativo na proteção de civis na região.

A Resolução 1925 (2010), por sua vez, determinou a criação, a partir de 1º de julho de 2010, da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO). A Resolução, além de autorizar a retirada imediata de 2 mil efetivos militares das áreas mais estáveis (províncias na região oeste e sul), incumbiu a Missão de mandato mais estrito, centrado na proteção de civis, no fortalecimento da autoridade do Estado e na reforma do setor de segurança. A MONUSCO é atualmente a segunda maior operação de manutenção da paz das Nações Unidas, com mais de 19.000 militares e policiais e cerca de 4.400 civis, e um orçamento de US\$ 1.489.390.500. O Brasil não participa da Missão, embora tenha participado ativamente das negociações que levaram à criação da MONUSCO.

Em junho de 2012, o CSNU adotou a Resolução 2053, que renova, até junho de 2013, o mandato da MONUSCO. Nos termos da Resolução 2053, a prioridade do mandato da MONUSCO continuará sendo a proteção de civis. A Missão teve seu papel reforçado no apoio à reforma do setor de segurança, em resposta aos recorrentes problemas na efetiva integração de ex-grupos rebeldes às FARDC. Prevê-se, igualmente, o apoio técnico e logístico da MONUSCO às eleições locais a serem realizadas em 2013.

Em março de 2012, o Tribunal Penal Internacional (TPI) julgou, por unanimidade, o ex-comandante da “Force Patriotique pour la Libération du Congo” Thomas Lubanga Dyilo culpado de crimes de guerra e recrutamento militar de crianças menores de 15 anos, entre 2002 e 2003. A decisão foi saudada pela comunidade internacional como medida fundamental no combate à impunidade na RDC. Além de Lubanga, encontra-se em julgamento pelo TPI o ex-Vice Presidente da RDC Jean-Pierre Bemba (acusado de crimes cometidos na República Centro-Africana).

Há também um mandado de prisão contra Bosco Ntaganda, expedido em 2006, ao qual o promotor do TPI tem pedido que se dê cumprimento. Ntaganda, que fora chefe militar do Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP), milícia armada da Província do Kivu do Norte, havia sido integrado às Forças Armadas da RDC (FARDC) como parte dos acordos para a desmobilização dos grupos armados após a guerra civil. No entanto, a decisão do Presidente Kabila de detê-lo e julgá-lo na própria RDC, após o pedido do TPI, levou à deserção de Bosco das FARDC em abril de 2012, junto com cerca de outros 800 militares fiéis ao CNDP, o que desencadeou a uma nova escalada de tensão. O CNDP teria assumido o controle da região de Masisi, naquela província.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo maior país africano em extensão territorial, atrás apenas da Argélia, a RDC é riquíssima em recursos naturais, especialmente em minérios de alto valor, como cobalto, cobre, ouro e diamante. O país conta com 50% de toda a extensão florestal da África e, pelo seu potencial hídrico, tem capacidade para tornar-se exportador líquido de energia elétrica para os países do continente.

A agricultura e o extrativismo vegetal ainda são, contudo, as principais atividades econômicas da RDC, responsáveis por 38% do PIB e fonte de emprego para cerca de 75% da população economicamente ativa. O setor de serviços responde por 28% do PIB congolês, seguido do setor industrial (incluindo o setor de mineração), com 27%.

Anos de conflitos internos deterioraram gravemente a economia e os padrões de vida do país. Hoje, a RDC situa-se entre os países mais pobres do mundo, figurando na 187ª posição no ranking de IDH das Nações Unidas, a pior colocação. Com uma população estimada em cerca de 74,7 milhões, a RDC possui um PIB nominal de apenas US\$ 15,66 bilhões e renda per capita de US\$ 185. Além da instabilidade política, instituições pouco eficientes, elevadas taxas de impostos e a precária infraestrutura constituem sérios entraves ao desenvolvimento econômico. Tampouco contribui para a melhora desse quadro a exploração e o comércio ilegais de recursos naturais, particularmente na instável região leste do país.

Não obstante, a economia congoleza vem crescendo significativamente, a índices superiores a 6% nos últimos anos, com exceção de 2009, ano marcado pela crise financeira mundial. Os principais responsáveis pelas seguidas taxas de crescimento econômico tem sido a expansão da produção e exportação de minérios e o aumento da produtividade do setor agrícola.

A RDC tem-se comprometido com a implementação de amplo programa de reformas macroeconômicas recomendado pelo FMI, o que lhe tem garantido maior facilidade de acesso a créditos daquela instituição. Por ter seguido as diretrizes de política econômica recomendadas pelo FMI, o país logrou obter, em junho de 2011, o perdão de parte de sua dívida com o Clube de Paris, na condição de "país altamente endividado" ("Highly Indebted Poor Country" – HIPC). Segmentos do governo congolês tem manifestado ressalvas quanto à continuidade de políticas fiscais e monetárias restritivas, face às prementes necessidades de investimentos em infraestrutura e serviços básicos. A fim de cumprir as recomendações do FMI e, ao mesmo tempo, garantir os investimentos indispensáveis ao crescimento econômico sustentável e à melhoria dos padrões de vida da população, o governo congolês tem buscado aumentar suas receitas pelo corte de isenções tributárias, elevação de impostos sobre o setor minerador e a melhoria dos serviços aduaneiro e fiscal.

Por outro lado, as crescentes exportações de minérios vem sendo acompanhadas por massivos investimentos em infraestrutura, oriundos principalmente da China e Coréia do Sul. A RDC já tem acesso a linha de crédito multibilionária do "China's Export-Import (Exim) Bank" e assinou recentemente contrato no valor de 1 US\$ bilhão com empresas sul-coreanas para obras de saneamento básico e infraestrutura portuária. Vale ressaltar, contudo, que grande parte dos financiamentos e investimentos externos, em particular os provenientes da China, estão vinculados à ampliação da capacidade de extração mineral do país. Ademais, jazidas de minérios tem sido empenhadas pelo governo congolês como garantia aos investidores estrangeiros.

Em 2011, as exportações cresceram 31%, passando de US\$ 4,7 bilhões no ano anterior para US\$ 6 bilhões. As exportações de cobre dominaram a pauta de exportações, correspondendo a 31,5% do total. O seguido crescimento das exportações tem resultado, desde 2010, em superávit na balança comercial. Em 2011, a balança comercial da RDC registrou saldo positivo de US\$ 400 milhões.

Os principais destinos das exportações da RDC em 2011 foram a China (48,3%), Zâmbia (21,7%), EUA (9,4%) e Bélgica (5,4%). Por sua vez, os principais provedores da RDC foram África do Sul (21,4%), China (16,3%), Bélgica (8,5%) e Zâmbia (7,1%).

Comércio e Investimentos Bilaterais

O intercâmbio comercial entre Brasil e RDC cresceu significativamente a partir de 2006. Em 2007, o comércio entre os dois países atingiu valor recorde, de US\$ 209,89 milhões, dos quais US\$ 174,75 milhões corresponderam às importações provenientes da RDC. Nos três anos seguintes o intercâmbio comercial foi relativamente menor, em função da drástica queda das exportações congoleesas. Contudo, a recuperação das vendas congoleesas e o contínuo crescimento das exportações brasileiras para o país africano resultou em uma significativa corrente de comércio entre os dois países em 2011, de US\$ 188,54 milhões.

Segundo os dados de 2011, as exportações brasileiras para a RDC constituíram-se principalmente de açúcar (53,9% do total exportado), carnes (19,3%) e automóveis (6,9%). Por sua vez, as exportações da RDC ao Brasil constituíram-se basicamente de combustíveis (84,1% do total), seguidos de químicos inorgânicos (11,5%) e metais comuns (4,2%).

No que diz respeito a investimentos bilaterais, a VALE conta com subsidiária na RDC para atuar nos setores de cobre, níquel e ferro com sede em Lubumbashi, capital de Katanga, a principal área de mineração do país. As atividades da empresa ainda se encontram no nível da prospecção mineral de cobre.

A Petrobras, por sua vez, enviou missão de prospecção à RDC em outubro de 2011, com vistas a avaliar jazidas petrolíferas existentes no Centro-Norte do país, na região conhecida como "*Cuvette Centrale*" (bacia central do Congo, região de floresta equatorial com características similares à Amazônia brasileira), e no Lago Tanganika. Há grande interesse do governo congolês em estabelecer parceria com a Petrobras para a exploração da "*Cuvette Centrale*".

ATOS BILATERAIS

Título	Data da celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U)
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	28/02/1973	19/06/1976	20/07/1976
Acordo de Cooperação Cultural	28/02/1973	19/06/1976	31/07/1976
Acordo Comercial	28/02/1973	19/06/1976	23/07/1976
Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos	28/02/1973	28/02/1973	28/03/1976

ANEXOS

Cronologia das Relações Bilaterais

1968: Brasil estabelece relações diplomáticas com a RDC.
Abr/1972: Brasil instala Embaixada em Kinshasa.
Nov/1972: Visita a RDC do Chanceler Mario Gibson Barboza.
Nov/1972: Assinatura da Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural.
Fev/1973: Visita à Brasília do Chanceler Nguza Bond.
Fev/1973: Assinatura do Acordo Comercial.
Fev/1973: Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica e Científica.
Fev/1973: Assinatura do Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos.
1974: RDC instala Embaixada em Brasília.
1980: Realização da I Reunião da Comissão Mista Bilateral, em Brasília.
Fev/1987: Missão de autoridades da RDC ao Brasil.
Fev/1987: Assinatura do Protocolo Complementar à Convenção Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural pertinente à Abertura e Exploração da Mina de Ouro D7 Katanga do "Office des Mines d'Or de Kilo-Moto".
1997: Brasil desativa sua Embaixada em Kinshasa.

2004: Brasil reabre sua Embaixada em Kinshasa.
2005: Visita ao Brasil do Vice-Presidente Jean-Pierre Bemba.
Dez/2005: Brasil envia missão de observadores ao referendo constitucional congolês.
Nov/2005: Visita à RDC do Sr. SGAP-II.
Abr/2006: Visita à Kinshasa de Juiz do TRE-MG a fim de ministrar curso sobre contenciosos eleitorais.
Jul/2006: Brasil envia observador às eleições gerais na RDC (Juiz do TRE-MG).
Out/2006: Tem início a missão do Exército Brasileiro junto à RDC, destinada a prover segurança à Embaixada brasileira.
Out/2006: Brasil doa 2950 urnas de lona ao governo da RDC.
Out/2006: Visita ao Brasil do Presidente da Comissão Eleitoral Independente (CEI) por ocasião do 1º turno das eleições gerais brasileiras.
Mai/2007: Visita ao Brasil do Presidente da CEI.
Ago/2007: Visita à RDC do Coordenador do Escritório da EMBRAPA na África, Dr. Cláudio Bragantini, com o objetivo de prospectar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área agrícola.
Set/2007: Missão à RDC de equipe da ABC, com o objetivo de prospectar possibilidades de cooperação técnica bilateral.
Jul/2008: Missão ao Brasil de três técnicos congolese da área de saúde, com o objetivo de receber treinamento na área de vigilância epidemiológica em malária.
Mai/2009: Visita à RDC do Ministro da Defesa, Nelson Jobim.
Mai/2009: Visita ao Brasil do Ministro das Minas da RDC, Victor Kasongo.
Nov/2009: Técnica da ABC realiza visita à Kinshasa a fim de discutir retomada da cooperação técnica com a RDC.
Jun/2010: Nova missão da ABC à RDC, em que há o compromisso de integrar técnicos congolese da área de saúde nas atividades referentes ao “Projeto de Combate à Doença Falciforme”.
Set/2010: Ministro Celso Amorim mantém encontro com Ministro dos Negócios Estrangeiros da RDC, Alexis Mwamba, à margem da 65ª abertura da AGNU.
Out/2010: Governo brasileiro decide alocar US\$ 1 milhão, por meio do Escritório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, para o apoio de atividades relacionadas ao reforço dos mecanismos de reparação e de acesso à justiça para as vítimas de violência sexual na RDC.
Nov/2010: Visita do Ministro Celso Amorim a Kinshasa.
Ago/2011: Realização da III Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC, em Brasília.

Cronologia Histórica

Jun/1960: RDC torna-se independente do Reino da Bélgica, adotando o nome oficial de República do Congo.
Jul/1960: Bélgica envia tropas a sua ex-colônia com o objetivo de proteger seus cidadãos e os interesses das companhias mineradoras. CSNU aprova envio de tropas ao país no mesmo mês.
1961: Assassinato de Patrice Lumumba.
1965: Mobutu depõe o Presidente Joseph Kasavubu e instala-se no poder.
1971: Congo passa a denominar-se Zaire. Inicia-se a Era Mobutu, marcada pela corrupção.
1990: Mobutu compromete-se com reformas políticas e anuncia o fim do regime de partido único.
1994 - Mobutu concorda com a nomeação de Kengo Wa Dondo, um defensor da austeridade e reformas de livre mercado, como Primeiro-Ministro.
1996: Tensões provenientes dos vizinhos Ruanda e Uganda disseminam-se pelo leste do país.
Mai/1997: Mobutu é impelido a deixar o país enquanto tropas rebeldes assumem o controle de Kinshasa. Laurent-Desiré Kabila torna-se o novo Presidente da nação, agora chamada República Democrática do Congo.
1998: Tem início a II Guerra do Congo.
1999: Assinado o Acordo de Lusaka, que prevê o cessar-fogo entre os seis países beligerantes na guerra.
2000: Missão das Nações Unidas para a República Democrática do Congo inicia suas operações no país.
2001: Assassinato de Laurent Kabila. Seu filho, Joseph Kabila, então Comandante das Forças Armadas, assume a presidência.
2002: Presidentes da República Democrática do Congo e Ruanda assinam um acordo de paz em que Ruanda deve retirar tropas do leste do Congo e a RDC desarmar e prender militantes hutus ruandeses acusados de assassinato da minoria tutsi no genocídio de Ruanda de 1994.
2003: Presidente Kabila assina uma constituição de transição, em que um governo interino governaria até as eleições. No mesmo ano é inaugurado um parlamento interino.
2005: Nova Constituição, com texto aprovado pelos ex-beligerantes, é aprovado pelo Parlamento. Os eleitores apóiam a Constituição, abrindo, assim, caminho para eleições em 2006.
2006: Thomas Lubanga se torna o primeiro suspeito de crimes de guerra a enfrentar as acusações no TPI, em Haia. Ele é acusado de forçar crianças a combater.
Jul/2006: Eleições parlamentares e presidenciais são realizadas - as primeiras eleições livres em quatro décadas. Joseph Kabila é proclamado vencedor em segundo turno das eleições presidenciais. O pleito conta com a aprovação dos observadores internacionais.

2007: RDC, Ruanda e Burundi relançam o bloco regional “Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos”, conhecido pela sua sigla CEPGL.
2008: Fortes confrontos irrompem novamente no leste do país entre as tropas do Exército e combatentes leais ao líder rebelde Laurent Nkunda, resultando em nova onda de refugiados.
2008: Uganda, o Governo do Sul do Sudão e RDC lançam ataque conjunto sobre as bases ugandenses do Exército de Resistência do Senhor, no nordeste da RDC. Centenas de civis são mortos em ataques.
2009: TPI indicia o ex-vice-presidente Jean-Pierre Bemba por acusações de crimes de guerra durante as ações de suas tropas, na RCA, entre 2002 e 2003.
2010: Governo pressiona as forças de paz das Nações Unidas para sair antes das eleições de 2011.
Mai/2010: Resolução 1925 (2010), do CSNU, renova o mandato da MONUC até 30/06/2010 e determina a subsequente criação, a partir de 1º de julho de 2010, da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO), com mandato de 12 meses.
Jun/2010: Comemorações marcam os 50 anos de independência.
Out/2010: a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos divulga relatório, o qual relata 617 casos de graves violações a direitos humanos cometidas na RDC entre 1993 e 2003, envolvendo grupos armados congolese e estrangeiros que atuaram no país.
Nov/2011: Realizam-se eleições gerais na RDC. Joseph Kabila reelege-se Presidente no primeiro-turno para mais um mandato de cinco anos, com 48,9% dos votos. O processo eleitoral é criticado por grande parte da comunidade internacional.
Dez/2011: Oposicionistas ligados à UDPS, de Étienne Tshisekedi, protestam nas ruas de Kinshasa. Tshisekedi chega a se autoproclamar Presidente eleito. As manifestações são rapidamente sufocadas pelas forças policiais congolese.
Mar/2012: O Tribunal Penal Internacional julga, por unanimidade, o ex-comandante da “Force Patriotique pour la Libération du Congo”, Thomas Lubanga Dyilo, culpado de crimes de guerra e recrutamento militar de crianças menores de 15 anos, entre 2002 e 2003.
Abr/2012: Após longas negociações com os partidos integrantes da base governista, Joseph Kabila designa Augustin Matata Ponyo para o cargo de Primeiro-Ministro.
Abr/2012: Bosco Ntaganda, um dos líderes do CNDP, deserta das FARDC acompanhado de cerca de 800 seguidores e funda o movimento rebelde M23. A situação de segurança deteriora-se nas províncias do Kivu do Norte e Kivu do Sul.
Jun/2012: O Conselho de Segurança das Nações Unidas adota a Resolução 2053, que renova, até junho de 2013, o mandato da MONUSCO. A prioridade do mandato continua sendo a proteção de civis.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2011)

PIB Nominal	US\$ 15,3 bilhões
Crescimento real do PIB	6,5%
PIB Nominal "per capita"	US\$ 220
PIB PPP	US\$ 25,2 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 300
Inflação	15,5%
Reservas internacionais	US\$ 726 milhões
Dívida externa	US\$ 14,8 bilhões
Câmbio (FC / US\$)	899

Com PIB Nominal de aproximadamente US\$ 15 bilhões e crescimento de 6,5% em 2011, a RDC posicionou-se como a 113ª economia mundial. O setor agrícola é o principal ramo de atividade e respondeu por 38% do PIB, seguido de serviços com 35% e industrial com 27%. Dispõe dos seguintes recursos naturais: cobre, cobalto, nióbio, tântalo, petróleo, gemas, ouro, prata, zinco, manganês, estanho, urânio, carvão, energia elétrica e madeira.

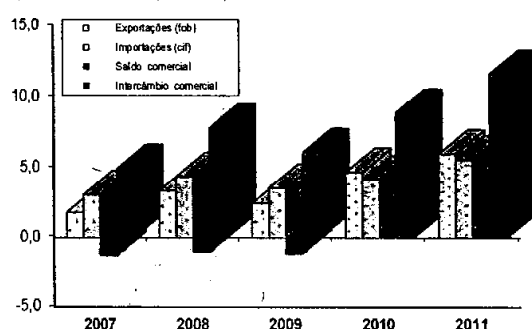
Fonte: Banco Mundial, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2012, The Economist Intelligence Unit, Quarterly Bulletin, e outras fontes disponíveis.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: COMÉRCIO EXTERIOR

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	1,9	3,4	2,5	4,7	6,0
Importações (cif)	3,1	4,4	3,6	4,2	5,6
Saldo comercial	-1,3	1,0	-1,1	0,5	0,4
Intercâmbio comercial	5,0	7,8	6,1	8,9	11,6

Saldo comercial: (Exportações fob) - (Importações cif); Intercâmbio comercial: (Exportações fob) + (Importações cif).

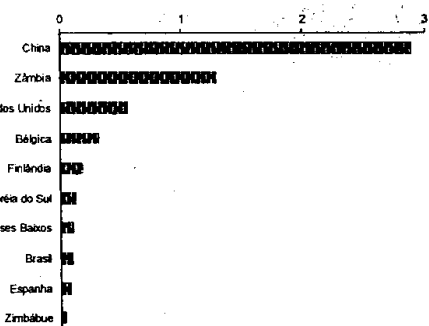


O comércio exterior da RDC apresentou, em 2011, variação de 134% em relação a 2007, passando de US\$ 5 bilhões para US\$ 12 bilhões. No ranking do FMI de 2011, a RDC figurou como o 113º mercado mundial, sendo 102º na exportação e 124º na importação. O saldo da balança comercial apresentou-se desfavorável ao país nos três primeiros anos do período em análise, seguindo superávit em 2010 e 2011.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2010	% no total	2011	% no total
China	2,20	46,8%	2,90	48,3%
Zâmbia	1,10	23,4%	1,30	21,7%
Estados Unidos	0,50	10,6%	0,57	9,4%
Bélgica	0,20	4,3%	0,32	5,4%
Finlândia	0,12	2,5%	0,20	3,3%
Coreia do Sul	0,09	1,9%	0,14	2,3%
Países Baixos	0,05	1,1%	0,12	2,0%
Brasil	0,13	2,8%	0,11	1,8%
Espanha	0,00	0,0%	0,09	1,5%
Zimbábue	0,05	1,0%	0,05	0,9%
Subtotal	4,44	94,4%	5,79	96,5%
Outros países	0,26	5,6%	0,21	3,5%
Total	4,70	100,0%	6,00	100,0%



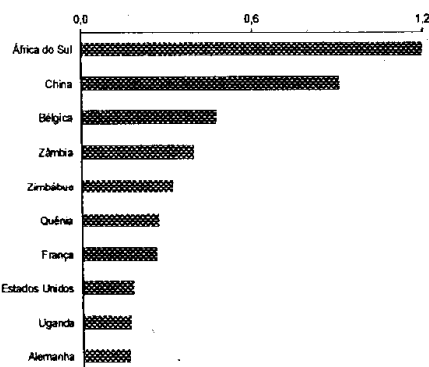
Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial e Comércio Exterior do MRE - Direction of Trade Statistics, June 2012

As exportações do país são destinadas em grande parte aos países emergentes e em desenvolvimento, que responderam por 74% do total de 2011. A China é a principal vendedora ao país, representando quase a metade das compras da RDC. Em 2011, respondeu por 48% do total, seguida da Zâmbia (22%); Estados Unidos (9%); Bélgica (5%); e Finlândia (3%). O Brasil obteve o 8º lugar entre os principais compradores em 2011, participando com 1,8% da demanda da RDC.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2010	% no total	2011	% no total
África do Sul	0,80	19,0%	1,20	21,4%
China	0,52	12,4%	0,91	16,3%
Bélgica	0,39	9,3%	0,48	8,5%
Zâmbia	0,37	8,7%	0,40	7,1%
Zimbábue	0,29	6,8%	0,32	5,8%
Quênia	0,24	5,8%	0,27	4,8%
França	0,24	5,8%	0,26	4,7%
Estados Unidos	0,10	2,5%	0,18	3,3%
Uganda	0,15	3,6%	0,17	3,1%
Alemanha	0,13	3,2%	0,17	3,0%
...				
Brasil	0,06	1,3%	0,09	1,6%
Subtotal	3,29	78,4%	4,45	79,5%
Outros países	0,91	21,6%	1,15	20,5%
Total	4,20	100,0%	5,60	100,0%

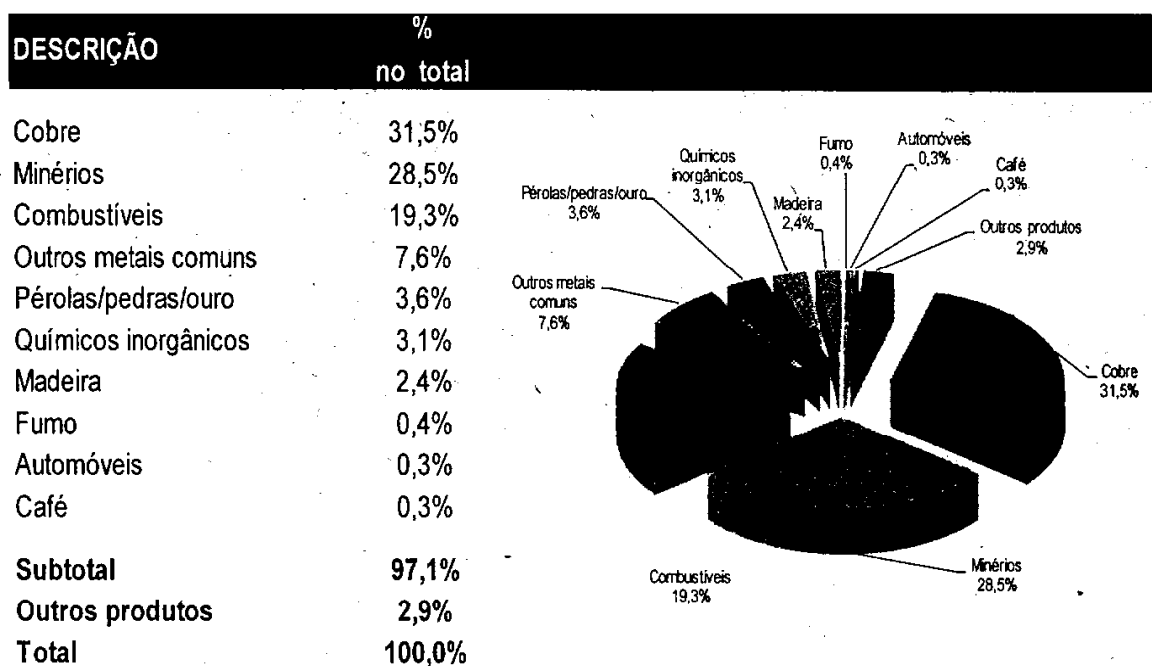


Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial e Comércio Exterior do MRE - Direction of Trade Statistics, June 2012

Quase metade das importações da RDC são originárias dos vizinhos do continente. Em 2011, 47% das compras da RDC foram originárias da África e 25% da União Europeia. Individualmente a África do Sul foi o principal comprador dos produtos da RDC, com 21% do total em 2011. Seguiram-se: China (16%); Bélgica (9%); Zâmbia (7%); e Zimbábue (6%). O Brasil obteve o 14º lugar entre os principais exportadores para o país, com 1,6% do total.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011⁽¹⁾ - Em %

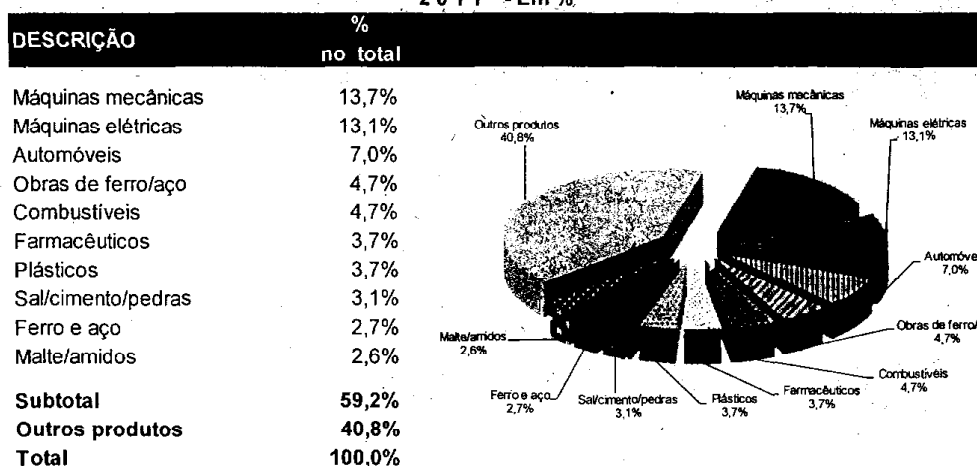


Elaborado pelo MRE/DFI-DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados da UNCTAD/ITC Trade Map

(1) A República Democrática do Congo não informou as exportações UNCTAD/ITC Trade Map. Portanto, as exportações são baseadas em informações dos membros da UNCTAD/ITC Trade Map.

A pauta de exportações da República Democrática do Congo é bastante concentrada. Cobre (cobre refinado e ligas de cobre, em formas brutas; cobre não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; etc), minérios (minérios de cobre e seus concentrados; minérios de cobalto e seus concentrados; etc) e combustíveis (óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos; óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; etc) somaram 79% do total exportado em 2011. Seguiram-se outros metais comuns (8%); pérolas/pedras/ouro (4%); e químicos inorgânicos (3%).

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011⁽¹⁾ - Em %

Elaborado pelo INEDEC/REDCO - D. A partir dos dados da Comissão de Comércio com o Brasil (CCECB) e do INEDEC/REDCO.

(1) A República Democrática do Congo não possui estatísticas oficiais de importações e exportações. Os dados são baseados em informações das empresas locais.

Máquinas, automóveis, obras de ferro ou aço e combustíveis foram os principais grupos de produtos importados pela República Democrática do Congo. Em 2011 esses itens somaram 43% do total, seguidos de farmacêuticos (4%); plásticos (4%); sal/cimento/pedra (3%); ferro e aço (3%); e malte/amidos (3%).

BRASIL-RDCONGO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-mai)	2012 (jan-mai)
Exportações brasileiras	35,1	53,4	53,8	50,8	81,5	25,9	16,0
Variação em relação ao ano anterior	89,7%	52,1%	0,7%	-5,5%	60,3%	111,1%	-38,2%
Importações brasileiras	174,8	3,8	4,8	13,3	107,1	95,8	5,8
Variação em relação ao ano anterior	32,0%	-97,8%	24,4%	178,5%	704,0%	1587,6%	-94,0%
Intercâmbio Comercial	209,9	57,3	58,6	64,1	188,5	121,7	21,8
Variação em relação ao ano anterior	39,0%	-72,7%	2,2%	9,5%	194,0%	578,3%	-82,1%
Saldo Comercial	-139,6	49,6	49,0	37,5	-25,6	-69,9	10,2

Elaborado pelo INEDEC/REDCO - D. A partir dos dados da Comissão de Comércio com o Brasil (CCECB) e do INEDEC/REDCO.

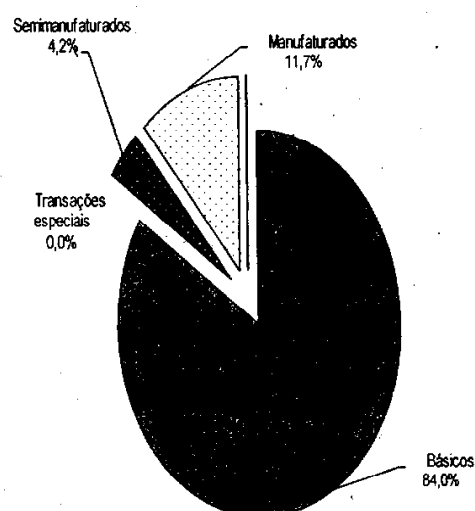
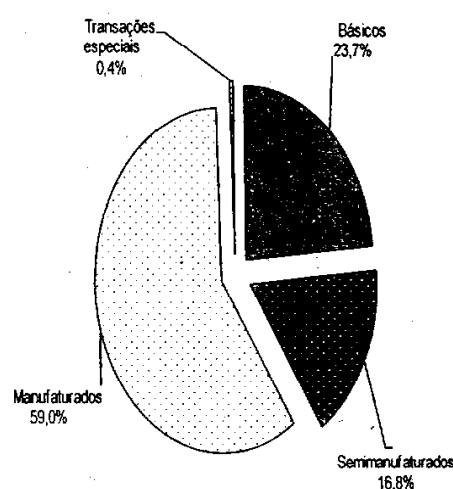
No ranking do comércio exterior brasileiro a República Democrática do Congo figurou como o 95º parceiro comercial. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou declínio de cerca de 10%, devido, sobretudo, ao decréscimo apresentado nas importações brasileiras originárias daquele país, de 39%, no período analisado. Contudo as vendas brasileiras apresentaram forte incremento de 132%, para o mesmo período. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 210 milhões em 2007, para US\$ 189 milhões em 2011. O saldo da balança comercial registrou déficit de US\$ 26 milhões em 2011.

BRASIL-RDCONGO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2011

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	19,3	23,7%	90,0	84,1%
Semimanufaturados	13,7	16,8%	4,5	4,2%
Manufaturados	48,1	59,0%	12,6	11,8%
Transações especiais	0,4	0,4%	0,0	0,0%
Total	81,5	100,0%	107,1	100,0%

Elaboração do MRE/PRDIO-D, sobre informações da Comércio e Indústria em dados do I/O-D

As exportações brasileiras para a República Democrática do Congo são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 59% das vendas em 2011, com destaque para outros açúcares de cana ou beterraba e sacarose quimicamente pura em estado sólido e carnes congeladas de galos/perus. Em seguida posicionaram-se os básicos, com 24%, com destaque para açúcar de cana em bruto e os semimanufaturados com 17%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos representaram 84% da pauta, com destaque para óleos brutos de petróleo, seguido de manufaturados, com 12% e semimanufaturados, representando 4% do total em 2011.



BRASIL-RDCONGO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para a RD Congo. 2011
			Valor	% no total	
Açúcar	27,8	22,9	43,9	53,9%	
Carnes	14,7	11,1	15,7	19,3%	
Automóveis	2,9	4,9	5,6	6,9%	
Preparações de carne	1,6	3,0	4,5	5,5%	
Ferramentas	1,1	1,5	1,9	2,3%	
Animais vivos	0,0	0,0	1,9	2,3%	
Máquinas mecânicas	0,2	0,9	1,8	2,2%	
Preparações de cereais	0,3	0,6	1,3	1,6%	
Cacau	0,2	0,6	1,1	1,4%	
Papel	0,1	0,5	0,8	0,9%	
Subtotal	48,9	46,0	78,5	96,3%	
Outros produtos	4,9	4,8	3,0	3,7%	
Total	53,8	50,8	81,5	100,0%	

Base: dados do MERCOSUL, do IBGE e do Ministério da Economia, Indústria e Comércio do Brasil e do MINEC da RD Congo.

Os bens manufaturados predominaram na pauta de exportações brasileiras para a República Democrática do Congo. Açúcar (outros açúcares de cana ou beterraba e sacarose quimicamente pura em estado sólido) e carnes (carnes congeladas galos/perus), somaram participação de 51% no total de 2011. Seguiram-se os automóveis (7%); preparações de carne (6%); e ferramentas (2%).

BRASIL-RDCONGO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias da RD Congo. 2011
			Valor	% no total	
Combustíveis	0,0	0,0	90,0	84,1%	
Químicos inorgânicos	4,7	7,9	12,3	11,5%	
Outros metais comuns	0,0	1,6	4,5	4,2%	
Cobre	0,0	3,6	0,0	0,0%	
Subtotal	4,7	13,1	106,9	99,8%	
Outros produtos	0,1	0,2	0,2	0,2%	
Total	4,8	13,3	107,1	100,0%	

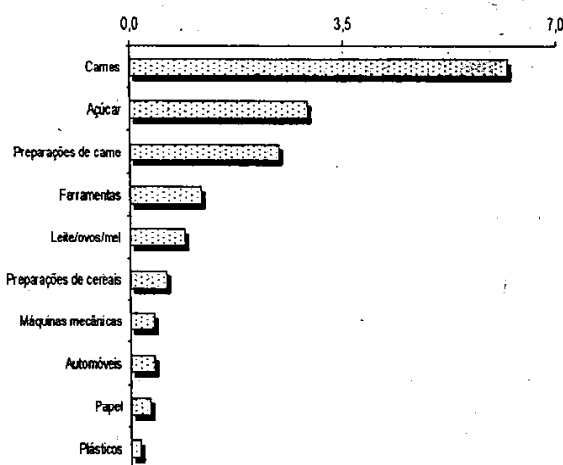
Base: dados do MINEC da RD Congo e do Ministério da Economia, Indústria e Comércio do Brasil e do MINEC da RD Congo.

A pauta das importações brasileiras originárias da República Democrática do Congo apresentou alto grau de concentração. Combustíveis (óleos brutos de petróleo), foram os principais produtos congolezes importados pelo Brasil e somaram 84% do total em 2011. Químicos inorgânicos (outros óxidos e hidróxidos de cobalto, inclusive os comerciais e sulfato de níquel) representaram 12% do total e outros metais comuns (cobalto em formas brutas) foram responsáveis por 4% do total.

BRASIL-RDCONGO: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

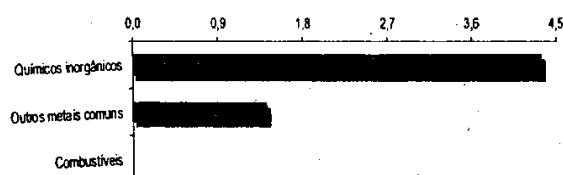
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan-mai)	2012(jan-mai) Valor	% no total	Exportações bras. para a RDCongo. 2012 (jan-mai)
Exportações				
Carnes	4,3	6,2	38,8%	6,2
Açúcar	12,7	2,9	18,2%	2,9
Preparações de carne	0,8	2,4	15,3%	2,4
Ferramentas	0,7	1,1	7,2%	1,1
Leite/ovos/mel	0,3	0,9	5,6%	0,9
Preparações de cereais	0,5	0,6	3,7%	0,6
Máquinas mecânicas	1,1	0,4	2,3%	0,4
Automóveis	2,8	0,4	2,3%	0,4
Papel	0,2	0,3	1,9%	0,3
Plásticos	0,0	0,1	0,9%	0,1
Subtotal	23,4	15,4	96,1%	
Outros produtos	2,5	0,6	3,9%	
Total	25,9	16,0	100,0%	



Importações			
Químicos inorgânicos	3,5	4,3	75,4%
Outros metais comuns	2,2	1,4	24,6%
Combustíveis	90,0	0,0	0,0%
Subtotal	95,8	5,8	100,0%
Outros produtos	0,0	0,0	0,0%
Total	95,8	5,8	100,0%

Importações bras. originárias da RDCongo, 2012 (jan-mai)



Base de dados: VAREXPRD - Divisão de Relações Comerciais, elaborada em outubro de 2012. S307X4.xls.xls

Aviso nº 717 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

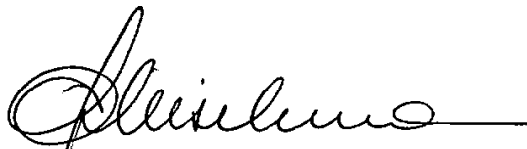
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 22/08/2012.

3



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 98, DE 2012** **(nº 497/2012, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Os méritos do Senhor Luiz Alberto Figueiredo Machado que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de novembro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial 'L' muito grande e decorativa, seguida pelo nome 'Luiz Alberto Figueiredo Machado'.

EM Nº00321 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

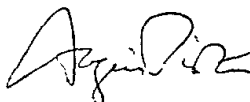
Brasília, 30 de outubro de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

EM nº 00321/2012 MRE

Brasília, 30 de Outubro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO

CPF.: 599.872.197-72

ID.: 7754 MRE

1955 Filho de Renato Machado e Zilda Machado, nasce em 17 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1977 Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 1979 CPCD - IRBr
 1982 Direito do Mar e Direito Econômico Internacional, Academia de Direito Internacional da Haia
 1986 CAD - IRBr
 2000 CAE - IRBR, A Plataforma Continental Brasileira e o Direito do Mar: Considerações para uma Ação Política

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário em 2 de setembro
 1982 Segundo-Secretário em 22 de dezembro
 1989 Primeiro-Secretário, por merecimento, em 30 de junho
 1995 Conselheiro, por merecimento, em 25 de dezembro
 2003 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 25 de junho
 2009 Ministro de Primeira Classe em 28 de dezembro

Funções:

1980 Divisão das Nações Unidas, assistente
 1981 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
 1983 Instituto Rio Branco, Professor assistente de Direito Constitucional
 1985 Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, assistente
 1986 Missão junto à ONU, Nova York, Segundo-Secretário
 1989 Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro-Secretário
 1992 Departamento do Meio Ambiente, assessor
 1993 XIV Reunião do Comitê Científico da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, Hobart, Chefe de delegação
 1993 XIV Sessão da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, Hobart, Chefe de delegação
 1995 Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, Chefe
 1996 Embaixada em Washington, Conselheiro
 1999 Embaixada em Ottawa, Conselheiro
 2001 29ª Sessão do Comitê de Rotulagem de Alimentos do Codex Alimentarius, Chefe de delegação
 2002 Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Chefe
 2004 Delegação Permanente junto à UNESCO, Paris, Ministro-Conselheiro
 2005 III Agenda Comum Brasil - Canadá sobre Meio Ambiente, Ottawa, Chefe de delegação
 2005 Departamento do Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor
 2005 IV Reunião sobre Ações Futuras na Área de Mudança do Clima, Co-Presidente e Chefe de delegação
 2005 6ª Conferência das Partes da UNFCCC e 1ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto, Montreal, Chefe da Delegação Negociadora
 2005 11ª Reunião do Órgão Subsidiário de Assessoramento Técnico, Científico e Tecnológico da Convenção sobre Diversidade Biológica, Montreal, Chefe de delegação
 2005 VI Reunião da Junta Diretiva do Centro Regional para Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para América Latina e Caribe (RECTEALC), Chefe de delegação
 2006 VI Sessão do Foro das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF-VI), Chefe de delegação
 2006 24ª Sessão dos Órgãos Subsidiários de Implementação (SBI 24) e de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA) da UNFCCC, Bonn, Chefe de delegação

2006	Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, Vice-Presidente da 14ª e 15ª Sessões (biênio)
2006	III Assembleia o GEF e Reunião Extraordinária do Conselho do GEF, Cidade do Cabo, Chefe de delegação
2006	I Reunião do Diálogo Brasil - União Européia sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima, Bruxelas, Chefe de delegação
2007	V Reunião sobre Ações Futuras na área de Mudança do Clima, Tóquio, Chefe de delegação
2007	II Reunião da Agenda Comum sobre Temas Ambientais, Tóquio, Chefe de delegação
2007	10ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior entre Brasil e Argentina, Buenos Aires, Chefe de delegação
2007	Diálogo de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável Brasil - Reino Unido, Londres, Chefe de delegação
2008	Presidente do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Ações Cooperativas de Longo Prazo no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)
2008	VIII Reunião do Conselho Diretor do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para América Latina e Caribe, Cidade do México, Chefe de delegação
2008	Reunião Brasil - Argentina sobre Usos Pacíficos do Espaço Exterior, Buenos Aires, Chefe de delegação
2008	VI Reunião sobre Ações Futuras na área de Mudança do Clima, Tóquio, Chefe de delegação
2008	1ª Sessão do AWG-LCA e 5ª Sessão do AWG-KP da UNFCCC, Bangkok, Chefe de delegação
2008	Coordenador do Grupo de Trabalho Brasil - França na área de Tecnologias Espaciais e suas Aplicações Industriais e Cooperação Científica no Setor Espacial
2008	2ª Sessão do AWG-LCA e Sessão do AWG-KP, Bonn, Chefe de delegação
2008	3ª Sessão do AWG-LCA e 6ª Sessão do AWG-KP, Acra, Chefe de delegação
2008	Diálogo Ministerial de El Calafate sobre Mudança do Clima, Chefe de delegação
2009	II Reunião do Diálogo Brasil - Comissão Européia sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima, Chefe de delegação
2009	Reunião de coordenação do BASIC, Chefe de delegação
2009	Reunião de coordenação do BASIC, Pequim, Chefe de delegação
2009	4ª Reunião do "Major Economies Forum on Energy and Climate", Washington, Chefe de delegação
2009	7ª Sessão do AWG-LCA e 9ª Sessão do AWG-KP, Bali, Chefe de delegação
2009	5ª Reunião do "Major Economies Forum on Energy and Climate", Londres, Chefe de delegação
2009	Conferência de Alto Nível sobre Mudança do Clima, Nova Déli, Chefe de delegação
2009	Conferência de Alto Nível sobre Mudança do Clima: Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia, Pequim, Chefe de delegação
2009	36ª Reunião do Conselho do Fundo para o Meio Ambiente Global - GEF, Washington, Chefe de delegação
2010	VIII Reunião sobre Ações Futuras na Área de Mudança do Clima, Tóquio, Chefe de delegação
2010	9ª Sessão do AWG-LCA e 11ª Sessão do AWG-KP da UNFCCC, Bonn, Chefe de delegação
2010	6ª Reunião do "Major Economies Forum on Energy and Climate", Washington, Chefe de delegação
2010	"Petersberg Climate Dialogue - building momentum for Mexico", Bonn, Chefe de delegação
2010	1ª Reunião do Comitê Preparatório para a Rio+20, Nova York, Chefe de delegação
2010	10ª Sessão do AWG-LCA e 12ª Sessão do AWG-KP da UNFCCC, Bonn, Chefe de delegação
2010	7ª Reunião do "Major Economies Forum on Energy and Climate", Roma, Chefe de delegação
2010	11ª Sessão do AWG-LCA e 13ª Sessão do AWG-KP da UNFCCC, Bonn, Chefe de delegação
2010	III Reunião do Diálogo Brasil - União Européia sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima, Bruxelas, Chefe de Delegação
2010	12ª Sessão do AWG-LCA, 14ª Sessão do AWG-KP da UNFCCC, e V Reunião Ministerial de coordenação do BASIC, Tianjin, Chefe de delegação
2010	10ª Conferência das Partes sobre a Convenção de Diversidade Biológica, Nagóia, Chefe da Delegação Negociadora
2010	Consultas Ministeriais para a 16ª Conferência das Partes da UNFCCC e 6ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto, Cancun, Chefe de delegação
2011	Primeira Reunião Intersessional da Rio+20, Nova York, Chefe de delegação

- 2011 IX Reunião sobre Ações Futuras contra Mudança do Clima, Tóquio, Chefe de delegação
2011 2ª Reunião do Comitê Preparatório das Nações Unidas para a Rio+20, Nova York, Chefe de delegação
2011 Reunião do Comitê Coordenador do Memorandum de Entendimento Brasil - EUA sobre Biocombustíveis, Washington, Chefe de delegação
2011 Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia
2011 Secretário-Executivo da Comissão Nacional da Rio+20
2011 11ª Reunião do "Major Economies Forum on Energy and Climate", Washington, Chefe de delegação

Condecorações:

- 1995 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1995 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1996 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
1998 Medalha do Pacificador, Brasil
2011 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

Publicações:

- 26/04/2000 Repairing the Regime: Preventing the Spread of Weapons of Mass Destruction, in Carnegie Endowment for International Peace, Washington



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Outubro de 2012

ÍNDICE	
ÍNDICE	2
DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
INFORMAÇÕES GERAIS	6
Processo de criação	6
Organizações internacionais que precederam a ONU	6
Escopo da Organização	8
Estados-membros	9
Principais Órgãos	10
1. Assembleia Geral (AGNU)	10
2. Conselho de Segurança (CSNU)	11
3. Conselho Econômico e Social (ECOSOC)	11
4. Corte Internacional de Justiça (CIJ)	12
5. Secretariado	13
Sistema ONU: Organismos e Programas Vinculados ao Sistema das Nações Unidas	13
Desafios enfrentados prévia e atualmente pela ONU	14
PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA ONU	18
A ONU no Brasil	17
Paz e Segurança	18
Temas econômicos e sociais	20
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	20
Direitos Humanos	21
Questões de Gênero	22
Reforma da ONU	23
Debates Gerais da 67ª AGNU	24
Contexto atual das relações bilaterais e perspectivas futuras	25
ANEXOS	27
Evolução do Número de Países-Membros	27
Cronologia da Participação do Brasil na Organização	30
Atos Internacionais	31
Participação do Brasil em Operações de Manutenção da Paz da ONU	34

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	Organização das Nações Unidas (ONU)
Ano de fundação	1945
Ano de adesão do Brasil	1945 (o Brasil é membro fundador)
Sede central	Nova York
Línguas oficiais	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Número de Estados-membros	193
Principais órgãos	Assembleia Geral (AGNU), Conselho de Segurança (CSNU), Conselho Econômico e Social (ECOSOC), Conselho de Direitos Humanos (CDH), Comissão para Construção da Paz (CCP), Corte Internacional de Justiça (CIJ), Secretariado
Principais chefias da Organização	Ban Ki-Moon (Secretário-Geral das Nações Unidas, ocupa o cargo desde 2007); Vuk Jeremic (Presidente da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, ocupa o cargo desde o início da presente Sessão da AGNU, 18/09/12)
Atual Chefe da Missão Brasileira junto à ONU	Maria Luiza Ribeiro Viotti
Coordenador Residente da ONU no Brasil	Jorge Chediek

PERFIS BIOGRÁFICOS**BAN KI-MOON**

Secretário-Geral das Nações Unidas
(mandatos 2007-2011 e 2012-2016)

Nasceu em Eumseong, Coreia do Sul, em 13 de junho de 1944. Formado em Relações Internacionais e, posteriormente, graduado e mestre em Administração Pública pela Universidade de Harvard.

Quando de sua eleição a Secretário-Geral das Nações Unidas, em 2007, Ban Ki-moon era o Ministro de Relações Exteriores e do Comércio da Coreia do Sul. Ao longo de sua carreira diplomática, serviu em Nova Délhi, Nova York, Washington e foi Embaixador em Viena. Exerceu os cargos de Assessor Internacional do Presidente da República da Coreia, Consultor Chefe de Segurança Nacional para o Presidente, Vice-Ministro para Política de Planejamento e Diretor-Geral para Assuntos Americanos.

Seu primeiro mandato (2007-2011) foi coroado por êxitos importantes, como a criação da ONU-Mulheres e do Departamento de Apoio no Terreno (*Department of Field Support-DFS*), para sustentar número crescente de operações de manutenção da paz.

Foi reeleito por aclamação, com apoio do Brasil, em 21 de junho, para servir um segundo mandato consecutivo como Secretário-Geral da Organização, no período 2012-2016. Ban Ki-Moon salientou, em seu discurso na ocasião, que daria renovada prioridade ao fortalecimento das Nações Unidas na prevenção de conflitos, nas operações de manutenção e construção da paz, na proteção de civis, no fortalecimento das capacidades de prevenção e reação a grandes desastres, na área de direitos humanos e justiça, além da continuidade em esforços de não-proliferação nuclear e desarmamento.

VUK JEREMIĆ

Presidente da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

Vuk Jeremić, Presidente da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, nasceu em 3 de julho de 1975, em Belgrado (Sérvia). Formou-se em física pura pela Universidade de Cambridge e, posteriormente, tornou-se mestre pela *Kennedy School of Government*, em Administração Pública para o Desenvolvimento. Trabalhou no Deutsche Bank, no antigo banco de investimentos Dresdner Kleinwort e na farmacêutica AstraZeneca.

Regressou à Sérvia com a revolução de 2000, que pôs fim ao regime de Slobodan Milošević. Com o novo Governo de Vojislav Koštunica, do Partido Democrata, tornou-se assessor do Ministro das Comunicações (2000-2003) e, posteriormente, do Ministro da Defesa (2003-2004).

Entre 2004 e 2007, ao término do mandato de Koštunica, e com a reforma constitucional que estabeleceu a confederação da Sérvia e Montenegro, tornou-se assessor do então Presidente da República Federada da Sérvia, Boris Tadić, para temas de política exterior. Paralelamente, ascendeu ao posto de Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Partido Democrata da Sérvia e tornou-se membro do Comitê Executivo do Partido.

Após a independência de Montenegro (decidida em referendo em 21 de maio de 2006), Jeremić tornou-se Chanceler da nova República da Sérvia, cargo que exerceu entre maio de 2007 e julho de 2012. Após a declaração unilateral de independência do Kosovo, Jeremić passou a empreender política exterior ativa, em busca de apoios à causa da integridade territorial sérvia.

Foi eleito para o cargo de Presidente da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em 8 de junho de 2012. Jeremić escolheu para o Debate Geral da 67ª AGNU o tema "Estimular o ajuste ou a solução de controvérsias ou de situações internacionais por meios pacíficos".

INFORMAÇÕES GERAIS

Processo de criação

Após a II Guerra Mundial, que devastou dezenas de países e tomou a vida de milhões de seres humanos, prevalecia na comunidade internacional sentimento generalizado de que era necessário encontrar uma forma de manter a paz entre os países.

O nome Nações Unidas foi concebido pelo Presidente dos EUA, Franklin Roosevelt e utilizado pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas, de 12 de janeiro de 1942, quando os representantes de 26 países assumiram o compromisso de que seus Governos continuariam a lutar contra as potências do Eixo.

Em agosto de 1944, na Conferência de Dumbarton Oaks entre os EUA, a URSS e o Reino Unido, foi preparado o primeiro projeto do documento constitutivo da Organização. A Carta das Nações Unidas (Carta de São Francisco) foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes à Conferência sobre a Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco, de 25 de abril a 26 de junho de 1945.

A Organização das Nações Unidas passou a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta pela maioria dos signatários.

Durante a primeira reunião da Assembleia Geral, em Londres, em 1946, ficou decidido que a sede permanente da Organização seria nos Estados Unidos. Em dezembro de 1946, o filantropo estadunidense John D. Rockefeller Jr. ofereceu cerca de oito milhões de dólares para a compra de parte dos terrenos à margem do East River, na ilha de Manhattan, em Nova York (EUA). A cidade de Nova York ofereceu o resto dos terrenos para possibilitar a construção da sede da Organização.

Além da sede central em Nova York, a ONU tem também sedes em Genebra (Suíça), Viena (Áustria) e Nairóbi (Quênia), bem como escritórios em diferentes países.

Em 24 de outubro, comemora-se o "Dia das Nações Unidas".

Organizações internacionais que precederam a ONU

No final do século XIX, os Estados começaram a criar organismos internacionais. Em 1865, foi fundada a União Telegráfica Internacional, conhecida hoje como União Internacional de Telecomunicações (UIT), e, em 1874, foi criada a União Postal Universal (UPU). Em 1899, realizou-se a primeira Conferência Internacional para a Paz, na Haia (Holanda), que

visava a elaborar instrumentos para a resolução de conflitos de maneira pacífica, prevenir as guerras e codificar as regras de guerra.

A Organização predecessora direta da ONU é a Liga das Nações (ou Sociedade das Nações), criada após a Primeira Guerra Mundial pelo Tratado de Versalhes, em 1919. Tratou-se de tentativa ambiciosa de se criar uma associação permanente de Estados, de escopo universal, destinada a preservar a paz e assegurar o cumprimento das normas de direito internacional. Representou, assim, inovadora proposta de estruturar o funcionamento do sistema internacional.

Um dos principais idealizadores da Liga foi o então Presidente norte-americano Woodrow Wilson, que, já em 1918, havia apresentado proposta de acordo de paz, cujos termos, entre outros pontos, incluíam a transparência nas relações internacionais, a abolição das barreiras econômicas entre os países e a redução dos armamentos nacionais.

O projeto wilsoniano, contudo, foi reformulado e transformou-se no Tratado de Versalhes, que exigia dos países derrotados na Primeira Guerra pesadas indenizações financeiras e lhes impunha restrições. O Tratado levou em conta primordialmente interesses econômicos, estratégicos e territoriais dos vencedores, e acabou gerando tensões nas relações internacionais.

A Liga das Nações apresentava desde suas origens problemas que a condenavam ao fracasso. Entre outros fatores, pode-se citar a ausência dos Estados Unidos entre seus membros. Embora a ideia da organização tivesse partido do Presidente Wilson, o Congresso norte-americano considerou que convinha aos Estados Unidos regressar a seu isolacionismo e não aprovou o ingresso do país na Liga.

Da mesma maneira, a União Soviética não entrou na organização, uma vez que, no início da década de 1920, logo após a implantação do socialismo, a nação tinha entre seus projetos a exportação da revolução comunista e a luta para levar o socialismo ao mundo todo. Só alguns anos mais tarde, em 1926, com as mudanças na política internacional da URSS, o país entrou na Liga das Nações, assim como a própria Alemanha — que, como outros países derrotados na Primeira Guerra, teve sua participação na Liga inicialmente vetada.

A corrida armamentista que teve início na Alemanha e no Japão na década de 1930 era a evidência de que as nações não se submetiam aos ideais da organização e, ao mesmo tempo, um prenúncio da Segunda Guerra Mundial, que eclodiu em setembro de 1939. Com a declaração de guerra, a Liga decidiu interromper suas sessões até a paz. Depois de 1939, esvaziou-se e restringiu-se a atividades como a proteção de refugiados e os estudos sobre a futura reconstrução. Em 18 de abril de 1946, teve lugar a reunião que marcou o fim da Liga das Nações. Tratava-se, porém, de mera

formalidade, pois o organismo já não funcionava na prática. Além disso, a ONU iniciara suas atividades em 24 de outubro de 1945.

Escopo da Organização

O preâmbulo da Carta das Nações Unidas expressa os ideais e os propósitos dos povos cujos Governos se uniram para constituir as Nações Unidas:

"Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade; a reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas; a estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional; a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade.

E para tais fins, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos; unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais; garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada, a não ser no interesse comum; e empregar mecanismos internacionais para promover o progresso econômico e social de todos os povos.

Resolvemos conjugar os nossos esforços para a consecução desses objetivos."

O artigo 1º da Carta define os propósitos da Organização:

Manter a paz e a segurança internacional;

Desenvolver relações amistosas entre as nações

Realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;

Ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns.

Devido ao seu caráter internacional único e aos poderes previstos em sua Carta, a Organização pode agir numa ampla gama de questões. Embora mais conhecida pelo seu trabalho no âmbito da manutenção e consolidação da paz, prevenção de conflitos e assistência humanitária, os domínios de atuação do Sistema ONU compreendem diversas questões fundamentais

como desenvolvimento econômico, social e sustentável; meio ambiente; proteção aos refugiados; combate ao terrorismo; desarmamento e não proliferação; promoção da democracia; direitos humanos; igualdade de gênero; governança; saúde; alimentação; entre outras, a fim de alcançar seus objetivos e coordenar os esforços para um mundo mais seguro para as gerações presentes e futuras.

Estados-membros

A admissão de novos membros na Organização é regulada pelo artigo 4º da Carta de São Francisco, que estabelece que a ONU está aberta a todos os Estados amantes da paz que aceitarem as obrigações contidas naquele texto e que, a juízo da Organização, estiverem aptos e dispostos a cumprir tais obrigações. A admissão de qualquer Estado será efetuada por decisão da Assembleia Geral (AGNU), mediante recomendação do Conselho de Segurança (CSNU).

As regras de procedimento do CSNU e da AGNU, artigos 58 e 134, respectivamente, estabelecem que qualquer Estado que deseje tornar-se membro da ONU deve solicitar ao Secretário-Geral sua admissão, com carta em que também afirma que aceita as obrigações advindas. O Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU), em seguida, envia cópias à AGNU e ao CSNU. O CSNU irá deliberar em sessão fechada e poderá criar Comitê para analisar o caso. O Comitê dispõe de prazo de 35 dias antes de sessão regular da AGNU, ou de 14 dias antes de sessão especial, para apresentar relatório ao CSNU. O Conselho então se reúne para considerar a solicitação, que, por ser matéria substantiva, exige 9 votos favoráveis para aprovação. Após deliberação, o Conselho aprova – ou não – resolução recomendando à AGNU que admita o Estado solitante. Na AGNU, são necessários 2/3 dos votos para admissão.

Chamam-se “membros fundadores” das Nações Unidas os países que assinaram a Declaração das Nações Unidas em 1º de janeiro de 1942, ou que participaram da Conferência de São Francisco, tendo assinado e ratificado a Carta. O Brasil é um dos membros fundadores da ONU. Houve dois períodos marcados pela grande elevação do número de membros: a década de 1960, em razão da descolonização (43 novos membros), e a década de 1990, em função do desmembramento da União Soviética (33 membros). Os últimos países a tornarem-se membros da Organização foram: Tuvalu e Sérvia em 2000; Suíça e Timor-Leste em 2002; Montenegro em 2006; e Sudão do Sul em 2011. Este se tornou o 193º membro da Organização.

Principais Órgãos:

1. Assembleia Geral (AGNU)

A Assembleia Geral das Nações Unidas é o principal órgão deliberativo das Nações Unidas e reúne todos os Estados-Membros da Organização. Na Assembleia Geral, cada Estado, independentemente de seu tamanho, poder militar ou econômico, tem direito a um voto.

Embora as Resoluções da Assembleia Geral não sejam obrigatórias e funcionem como recomendações aos Estados, refletem o grau de acordo intergovernamental, a evolução das ideias políticas e o estado da cooperação global a respeito de determinado tema. As Resoluções são adotadas por maioria simples dos presentes e votantes (97 votos, se presentes os 193 membros) ou por 2/3 (128 votos) nos casos de “assuntos importantes”: manutenção da paz e segurança internacionais, admissão, suspensão e expulsão de membros e todos os assuntos orçamentários.

As questões substantivas são tratadas no Plenário ou por uma das seis Comissões principais, nas quais todos os membros têm direito a representação. São as seguintes as Comissões da AGNU:

- Primeira Comissão (**Desarmamento e Segurança Internacional**): armas nucleares, outras armas de destruição em massa, espaço sideral (aspectos relativos a desarmamento), armas convencionais, segurança e desarmamento regional, outras medidas de desarmamento e segurança internacional e mecanismos de desarmamento.

- Segunda Comissão (**Econômica e Financeira**): política macroeconômica, atividades operacionais para o desenvolvimento, financiamento para o desenvolvimento, grupos de países em situações especiais, globalização e interdependência, erradicação da pobreza, tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento, agricultura e segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e soberania do povo palestino sobre seus recursos naturais.

- Terceira Comissão (**Social, Humanitária e Cultural**): promoção e proteção dos direitos humanos.

- Quarta Comissão (**Políticas Especiais e Descolonização**): descolonização e Oriente Médio.

- Quinta Comissão (**Administrativa e Orçamentária**): orçamento das Nações Unidas (bianual), orçamento das missões de paz (anual), questões de recursos humanos, escalas de contribuições dos Estados membros (metodologia revisada a cada 3 anos).

- Sexta Comissão (**Jurídica**): direito internacional e outras questões jurídicas relativas às Nações Unidas.

2. Conselho de Segurança (CSNU)

O Conselho de Segurança tem competência de zelar pela manutenção da paz e da segurança internacional. É formado por quinze membros: cinco permanentes, que possuem o direito de veto (Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China) e dez membros não-permanentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de dois anos.

De acordo com a Carta, todos os membros das Nações Unidas concordam em aceitar e cumprir as decisões do Conselho. As decisões do Conselho de Segurança são mandatórias.

Cada membro do Conselho tem direito a um voto. As decisões sobre procedimentos necessitam dos votos de 9 dos 15 membros. As decisões relativas a questões de fundo também necessitam de nove votos, incluídos nestes os dos cinco membros permanentes. Esta é a regra da “unanimidade das grandes potências”, também chamada de “veto”. Se um membro permanente não apoia uma decisão, mas não deseja bloqueá-la através do veto, pode abster-se de votar ou declarar que não participa da votação. A abstenção e a não participação não são consideradas vetos.

O Conselho de Segurança funciona continuamente e um representante de cada um de seus membros deve estar sempre presente nas deliberações na sede das Nações Unidas. O Conselho pode reunir-se fora da Sede, se assim julgar conveniente. Qualquer Estado-Membro da ONU, mesmo que não integre o Conselho de Segurança, pode tomar parte nos debates, sem direito a voto, se o Conselho considerar que os interesses desse Estado estão sendo especialmente afetados.

A Presidência do Conselho de Segurança é exercida por seus membros segundo esquema de rodízio alfabético, por períodos de um mês.

3. Conselho Econômico e Social (ECOSOC)

O ECOSOC é a instância de debates substantivos e de coordenação nas áreas econômica, social e humanitária do Sistema ONU. O Conselho tem relevante papel na integração dos três pilares do desenvolvimento sustentável (social, ambiental e financeiro) e na implementação da agenda de desenvolvimento, inclusive das Metas de Desenvolvimento do Milênio e do processo de elaboração da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. O Conselho tem mantido também importante diálogo com instituições financeiras e comerciais internacionais, inclusive o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional.

No documento aprovado na Rio+20 – “O Futuro que Queremos” –, foi ressaltada a importância de fortalecer as instituições internacionais existentes, notadamente a AGNU, o ECOSOC e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e torná-las mais coerentes e eficientes. Reafirmou-se, no documento “O Futuro que Queremos”, que o

ECOSOC é o principal órgão para assuntos de desenvolvimento econômico e social e de coordenação do Sistema das Nações Unidas. Da mesma forma, foi reiterado o papel do órgão em relação à implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Na Rio+20, deu-se o lançamento de processo intergovernamental para a criação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que deverão ser elaborados a partir de Relatório de Grupo de Trabalho da Assembleia Geral, a ser composto por 30 representantes. O processo contará também com insumos do Secretário-Geral da ONU e com a participação de agências do sistema, especialistas e partes interessadas relevantes da sociedade civil. O Grupo de Trabalho deverá apresentar seu relatório à 68ª Sessão da AGNU, até setembro de 2014.

De natureza global e voluntária e de aplicação universal, porém levando em conta as particularidades nacionais, os ODS deverão refletir, de maneira equilibrada, a integração entre os três pilares do desenvolvimento sustentável, com base nas áreas temáticas identificadas no documento da Rio+20. O processo deverá ser coordenado com os processos de consideração da agenda de desenvolvimento das Nações Unidas pós-2015.

4. Corte Internacional de Justiça (CIJ)

A Corte Internacional de Justiça, com sede na Haia (Países Baixos), é o principal órgão judiciário das Nações Unidas. Todos os países que fazem parte do Estatuto da Corte podem recorrer a ela sobre qualquer caso. Outros Estados poderão fazê-lo sob certas condições estipuladas pelo Conselho de Segurança, que pode encaminhar à Corte qualquer controvérsia jurídica.

Além disso, a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança podem solicitar à Corte pareceres sobre quaisquer questões jurídicas. Somente Estados — nunca indivíduos — podem ser partes perante a Corte Internacional de Justiça.

Quinze juízes integram a Corte. São eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança em escrutínios separados. Os juízes são escolhidos em função de sua notória competência, observado, contudo, o critério de que estejam representados na Corte os principais sistemas jurídicos do mundo. Não poderá haver dois juízes da mesma nacionalidade na Corte. O mandato dos juízes é de nove anos, podendo haver reeleição.

Cinco brasileiros já serviram como Juízes da CIJ: José Philadelpho de Barros e Azevedo, Levi Fernandes Carneiro, José Sette-Camara, Francisco Rezek e Antonio Augusto Cançado Trindade (eleito em 2008, atualmente em exercício).

A competência da Corte se estende a todas as questões a ela submetidas pelos Estados e a todos os assuntos previstos na Carta das Nações Unidas e nos tratados e convenções em vigor.

5. Secretariado

O Secretariado administra e executa os programas e políticas elaboradas pelos demais órgãos das Nações Unidas. Seu chefe é o Secretário-Geral (SGNU), nomeado pela Assembleia Geral, segundo recomendação do Conselho de Segurança. Cerca de 40 mil pessoas trabalham para o Secretariado.

Atualmente, há sete nacionais brasileiros em altos cargos no Secretariado. O Sr. Bráulio Ferreira de Souza Dias exerce, desde janeiro, o cargo de Secretário-Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica, em nível de Secretário-Geral Assistente. O Brasil tem envidado esforços para ampliar o número de brasileiros no Secretariado, por meio, inclusive da realização de concursos no País.

Em 2011 e em 2012, a ONU promoveu em Brasília seleção de candidatos para o Programa Jovens Profissionais do Secretariado das Nações Unidas, mecanismo de recrutamento de profissionais em início de carreira que permite a seleção de pessoal por meio de concurso anual.

Sistema ONU: Organismos e Programas Vinculados ao Sistema das Nações Unidas

As Agências Especializadas são organizações separadas, ligadas à ONU através de acordos internacionais e dotadas de estruturas intergovernamentais autônomas e de orçamentos e funcionários internacionais próprios. Algumas delas são anteriores à criação da ONU, como por exemplo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que existe desde 1919, ou a União Postal Internacional (UPU), criada em 1875. Outros exemplos de Agências Especializadas são a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); a Organização Mundial da Saúde (OMS); a Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO); a União Internacional de Telecomunicações (ITU); e a Organização Marítima Internacional (IMO), entre outras.

Além dos organismos intergovernamentais especializados, que integram o Sistema das Nações Unidas, existe uma série de outros Programas e Fundos, financiados por contribuições voluntárias dos Estados membros e criados pela ONU com propósitos específicos, de caráter econômico, social, humanitário, e outros.

São exemplos de Programas e Fundos da ONU: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); o Fundo das Nações

Unidas para a Infância (UNICEF); o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT); o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), entre outros.

Além das Agências Especializadas e dos Programas e Fundos, as Nações Unidas contam com outro tipo de instituições, que não se enquadram nas definições acima. São elas as Comissões Funcionais e as Comissões Regionais, os Tribunais Criminais Internacionais específicos (como por exemplo, o que julga os crimes de guerra em Ruanda), e os Institutos de Pesquisa e Treinamento, além da Universidade das Nações Unidas (UNU).

Desafios enfrentados prévia e atualmente pela ONU

A ONU é a única entidade política de participação universal e democrática à disposição da humanidade e é nessa qualidade que lida, de forma integrada, com os desafios da paz e segurança internacionais e do desenvolvimento socioeconômico, direitos humanos e preservação do meio ambiente.

Profundas mudanças alteraram o cenário internacional desde a sua criação. A ONU foi criada por 51 Estados, que representavam a quase totalidade dos países independentes à época. O acelerado processo de descolonização dos anos 1960 e 1970 e a fragmentação de certos Estados após o fim da Guerra Fria (entre os quais a antiga União Soviética e a Iugoslávia) elevaram o número de Estados soberanos, acarretando profundas modificações no panorama parlamentar das Nações Unidas. Hoje, a ONU possui 193 membros – a grande maioria, países em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a agenda internacional evoluiu e ampliou-se. Temas de caráter principalmente econômico e social, com foco no desenvolvimento, ganharam importância na agenda multilateral. Discutem-se, hoje, no âmbito da Organização, assuntos tão diversos como meio ambiente, tecnologias da informação, direitos humanos e o combate à fome e à pobreza. Questões como a manutenção da paz e da segurança internacionais adquiriram novos contornos, seja pela natureza interna de alguns conflitos, seja pelo envolvimento de atores não estatais.

O sentimento de que a ONU precisa se adaptar a novos tempos e novas realidades geopolíticas ganhou impulso no início do século XXI, quando a correlação de forças que se estabelecera provisoriamente ao fim da Guerra Fria começou a modificar-se. Os atentados terroristas de 11 de

setembro de 2011 abriram nova fase na problemática internacional, com imediatas repercussões nas Nações Unidas. A incapacidade do Conselho de Segurança de se manifestar e sua marginalização do processo de tomada das decisões que conduziram à ação militar contra o Iraque, em 2003, tornaram mais nítida a percepção de um desequilíbrio entre a estrutura do Conselho e as funções que deve desempenhar, expondo assim suas limitações em responder aos desafios do mundo atual.

Recentemente, complexos processos de transição política têm deixado ainda mais evidentes as limitações do Conselho de Segurança para lidar com as ameaças e desafios relacionados à paz e segurança internacional. Além do agravamento da crise na Síria, o desfecho da intervenção na Líbia e suas consequências, as incertezas em relação à questão iraniana, a persistência de problemas políticos, de segurança e humanitários na África, na Ásia e no Oriente Médio constituem desafios para a comunidade internacional e o multilateralismo.

Conforme afirmou a Presidenta Dilma Rousseff em seu discurso na abertura do Debate Geral da AGNU em setembro de 2012, "a comunidade internacional tem dificuldade crescente para lidar com o acirramento dos conflitos regionais. Isto fica visível nos impasses do Conselho de Segurança. Esse é um dos mais graves problemas que enfrentamos. As guerras e conflitos regionais cada vez mais intensos, as trágicas perdas de vidas humanas e os imensos prejuízos materiais para os povos envolvidos demonstram a imperiosa urgência da reforma institucional da ONU e em especial do seu Conselho de Segurança. O uso da força sem autorização do Conselho, uma ilegalidade, vem ganhando ares de opção aceitável. Mas, definitivamente, não é. O recurso fácil a esse tipo de ação é produto desse impasse que imobiliza o Conselho. Por isso, ele precisa, urgentemente, ser reformado".

Outro importante desafio atual da Organização é a questão do desarmamento nuclear. Passados quarenta anos da entrada em vigência do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), um efetivo "déficit de cumprimento" continua a existir por parte dos Estados nuclearmente armados no tocante à eliminação de seus arsenais nucleares. Para o Brasil, esses arsenais, além de ameaçarem toda a humanidade, agravam tensões e prejudicam esforços de paz. Muito se tem falado da ameaça representada pela proliferação nuclear, mas pouca atenção se dá à necessidade de obter progressos concretos e irreversíveis na seara do desarmamento, inclusive como contribuição à causa da segurança nuclear. Existem hoje cerca de 19 mil ogivas nucleares (sendo cinco mil em estado operacional). Os gastos despendidos pelas potências nucleares para manter esse arsenal e, em alguns casos, para modernizá-lo, alcançam mais de US\$ 100 bilhões anuais.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA ONU

O Brasil sempre foi membro atuante das Nações Unidas, desde a fundação da Organização, tanto em seus órgãos principais quanto nas Agências do sistema ONU.

Em agosto de 1944, durante a Conferência de Dumbarton Oaks que preparou o primeiro projeto da Carta de São Francisco, a delegação dos EUA, por instrução do Presidente Roosevelt, propôs o acréscimo de um sexto assento permanente no Conselho de Segurança para o Brasil, devido a seu “tamanho, recursos e participação ativa na Guerra”. A proposta não foi em frente, mas a diplomacia brasileira acompanhou as discussões e, na Conferência de São Francisco, defendeu o fortalecimento das cláusulas de revisão e emenda da Carta.

A participação do Brasil na fundação da ONU também se fez sentir em outros temas: dando início ao processo que levaria à fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948, defendeu a preservação do papel dos organismos regionais; defendeu, igualmente, o fortalecimento do papel do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), para que atendesse às preocupações dos países “subdesenvolvidos”, e não se limitasse ao apoio à reconstrução da Europa; e questionou o direito de veto no Conselho de Segurança.

Era natural, assim, que o Brasil viesse a ocupar um assento não permanente no Conselho de Segurança, logo em 1946-47. No exercício desse mandato, a delegação brasileira pôde participar ativamente das discussões no momento em que a ONU começava a ser moldada pela realidade da nascente Guerra Fria.

O papel do Brasil nos primeiros anos da ONU também se refletiu na Presidência, exercida por Oswaldo Aranha, da II Sessão Regular da Assembleia Geral das Nações Unidas (1947) e da I Sessão Especial (abril de 1947), que decidiu a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel.

A partir das primeiras sessões regulares da Assembleia Geral, com base em entendimento alcançado à época, firmou-se o costume de conceder ao Brasil o primeiro lugar entre os países no Debate Geral que se realiza a cada abertura de sessão. Essa prática passou a simbolizar, para a opinião pública brasileira, o vínculo especial entre o Brasil e a ONU e reflete a imagem positiva de que o país desfruta na Organização.

O Brasil compartilha plenamente os princípios e propósitos das Nações Unidas. A autodeterminação, a não-intervenção e a solução pacífica de controvérsias são princípios inscritos na própria Constituição brasileira, assim como fazem parte da nossa Constituição o compromisso com a paz e

com a promoção do desenvolvimento, a defesa dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente. O País tem procurado, em sua atuação nas Nações Unidas, contribuir ativamente para o avanço dos principais pilares que sustentam as atividades da Organização: a manutenção da paz e da segurança internacionais, a promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente.

A ONU no Brasil

No Brasil, o Sistema das Nações Unidas está representado por diversas Agências, Fundos, Programas e outros Escritórios da Organização, que desenvolvem suas atividades de forma coordenada através do Grupo de Representantes dos Escritórios da ONU no Brasil (conhecido pela sigla UNCT, do inglês *United Nations Country Team*).

O UNCT é presidido pelo Coordenador Residente, posto normalmente ocupado pelo Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e tem, entre suas principais funções, a missão de definir estratégias, coordenar o trabalho do Grupo e compartilhar informações entre todos seus participantes. Atualmente a função é exercida por Senhor Jorge Chediek, nacional sérvio. A elaboração de iniciativas conjuntas entre os diversos escritórios, avaliação do trabalho da ONU no País e coordenação das ações dos diversos grupos interagenciais como, por exemplo, o grupo de trabalho sobre HIV/Aids ou o grupo de comunicação – fazem também parte de sua missão. Seu principal objetivo é a coordenação dos trabalhos, para que o Sistema ONU possa proporcionar uma resposta coletiva, coerente e integrada às prioridades e necessidades nacionais, no marco dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e dos demais compromissos internacionais.

Funcionam atualmente no Brasil os seguintes Programas e Fundos da ONU: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT); Programa Mundial de Alimentos (PMA); Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM); Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC).

A ONU também está presente no Brasil por meio de representações de suas Agências Especializadas e outras entidades da Organização. No momento, têm escritórios no País: a Organização Internacional do Trabalho (OIT); a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a

Agricultura (FAO); a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); a Organização Mundial da Saúde (OMS), por meio da Organização Panamericana da Saúde (OPAS); o Banco Mundial; o Fundo Monetário Internacional (FMI); a Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO); a União Internacional de Telecomunicações (UIT); a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO); e a ONU-Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres).

Além dos programas e agências já mencionados, outros escritórios das Nações Unidas têm representação no Brasil, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD); e o Centro de Informação da ONU para o Brasil (UNIC Rio).

Como importante símbolo da parceria Brasil-ONU, deverá ser inaugurado, em novembro de 2012, o primeiro módulo da Casa da ONU em Brasília (complexo a ser nomeado "Sérgio Vieira de Mello"). A nova sede da ONU deverá abrigar todas as Agências, Fundos e Programas das Nações Unidas em Brasília. Poderá servir ainda de polo importante para reuniões e eventos da ONU na América do Sul.

Merece destaque também a iniciativa de se criar na Bahia uma Universidade sobre segurança pública e desenvolvimento social, vinculada às Nações Unidas. A Universidade teria como foco a produção de estudos e pesquisas atualizados, com base científica, sobre o fenômeno da criminalidade e sua relação com as políticas de inclusão social.

Paz e Segurança

No que diz respeito à manutenção da paz e da segurança internacionais, o Brasil pauta sua atuação pela defesa do direito internacional, o respeito à Carta da ONU e a busca de soluções pacíficas e negociadas para as crises de que se ocupa o Conselho de Segurança.

Juntamente com o Japão, o Brasil é o país que mais vezes esteve representado no Conselho de Segurança como membro não-permanente. No biênio 2010-2011, o Brasil ocupou pela décima vez um assento não-permanente no órgão.

O Brasil participa também tradicionalmente de operações de manutenção da paz, uma das atividades mais visíveis e importantes das Nações Unidas. Desde a primeira participação do Brasil, na missão em Suez, iniciada em 1956, e que ajudou a conter o conflito entre Israel e Egito, o País participou de mais de 30 missões de paz, tendo enviado um total de 17 mil homens e mulheres. Atualmente, mais de 2.200 militares e

policiais brasileiros participam de nove operações de manutenção de paz da ONU.

No Haiti, oficiais-generais brasileiros têm exercido o comando do componente militar da missão de paz das Nações Unidas, a MINUSTAH (“Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti”). A Missão é, atualmente, a 4ª maior operação de manutenção da paz da ONU, com cerca de 11.000 militares e policiais. O Brasil mantém-se como o maior contribuinte de tropas (cerca de 1.900 militares).

O Brasil também tem tido papel ativo no âmbito da Comissão de Consolidação da Paz (CCP). Mediante proposta de que o Brasil foi co-patrocinador, o órgão foi criado em 2005, com o objetivo de fortalecer a atuação das Nações Unidas no apoio a países recém-egressos de conflitos armados. Sua criação atendeu à necessidade de se estabelecer mecanismo institucional capaz de coordenar os esforços internacionais no enfrentamento de desafios interdependentes nos campos da segurança e do desenvolvimento após o fim de conflitos armados, de modo a consolidar as bases para uma paz sustentável e evitar um retorno da violência.

O Brasil é membro do Comitê Organizacional (CO) da CCP desde o início de suas atividades. O órgão estabelece as diretrizes de atuação da Comissão e é integrado por 31 Estados-membros com mandato de 2 anos.

A CCP reúne-se também em Configurações que tratam das situações de países específicos. Há, hoje, seis Configurações Específicas: Burundi, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, República Centro-Africana e Serra Leoa. O Brasil preside, desde sua criação em 2007, a Configuração Específica Guiné-Bissau da CCP, sendo o único país em desenvolvimento a ocupar a Presidência de uma Configuração Específica.

A frente dessa Configuração, o Brasil tem concentrado seus esforços em três áreas principais: política; socioeconômica; e diplomática. Na primeira, a presidência brasileira buscou, nos últimos anos, contribuir para a estabilidade político-institucional daquele país africano por meio da interlocução com atores políticos internos e da mobilização de recursos para a realização de eleições. No que concerne ao desenvolvimento socioeconômico, a Configuração Específica empreendeu, quando necessário, esforços para obter o apoio financeiro da comunidade internacional, em especial do Fundo de Consolidação da Paz, para iniciativas de geração de emprego e renda e revitalização econômica e do Banco Mundial para a redução da dívida externa da Guiné-Bissau. Por fim, na área diplomática, o Brasil tem procurado manter o interesse dos Estados-membros da ONU na situação na Guiné-Bissau.

Temas econômicos e sociais

O Brasil também tem contribuído ativamente para os trabalhos das Nações Unidas na área econômica e social. O País esteve presente no Conselho Econômico e Social em 1948-50, 1956-58, 1960-62 e, a partir de 1970, de forma praticamente contínua, com exceção de apenas três anos (1988, 2004 e 2011).

Entre os anos 1950 e 1970, o Brasil participou ativamente da fundação das Agências Especializadas, Fundos e Programas das Nações Unidas na área econômica e social. Sobretudo a partir dos anos 1960, a diplomacia brasileira fez da questão do desenvolvimento um tema central de sua atuação multilateral: o Brasil apoiou de forma importante a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Comércio (UNCTAD), em 1964, e do Grupo dos 77 (G-77), que articula o conjunto de países em desenvolvimento na ONU.

O papel em favor de promoção do desenvolvimento econômico e social tomou novo impulso nos anos 1990, com a série de grandes conferências das Nações Unidas sobre temas econômicos e sociais (meio ambiente, direitos humanos, situação da mulher, população, desenvolvimento social, assentamentos humanos, financiamento do desenvolvimento).

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

O Brasil ocupou posição de particular importância nas discussões sobre meio ambiente desde o primeiro momento.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) trouxe elementos enriquecedores ao debate em torno do meio ambiente, inclusive a discussão aprofundada do conceito de desenvolvimento sustentável, objetivo que exige equilíbrio entre “três pilares”: as dimensões econômica, social e ambiental. A Rio-92 contribuiu para a conscientização de que os danos ao meio ambiente eram majoritariamente de responsabilidade dos países desenvolvidos. Reconheceu-se, ao mesmo tempo, a necessidade de os países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico para avançarem na direção do desenvolvimento sustentável. Naquele momento, a posição dos países em desenvolvimento tornou-se mais bem estruturada e o ambiente político internacional favoreceu a aceitação pelos países desenvolvidos de princípios como o das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada de 13 a 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, contou com participação de 105 representantes em nível de Chefe de Estado ou de Governo (57 Chefes de Estado, 31 Chefes de Governo, 8

Vice-Presidentes e 9 Vice-Primeiros-Ministros), bem como de 487 Ministros. Foi, segundo a ONU, a maior e mais participativa conferência da história da ONU, com quase 50 mil participantes.

Tratou de dois temas principais: "economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza" e "estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável". O Brasil teve papel fundamental nas negociações sobre o documento "O Futuro que Queremos", afinal adotado por consenso na Rio+20. De caráter abrangente e operativo, o texto final da Conferência representou a revitalização dos processos multilaterais e constitui ponto de partida conceitual e político para o estabelecimento de uma agenda global de desenvolvimento sustentável, centrada na erradicação da pobreza, na promoção de padrões sustentáveis de produção e de consumo e no uso sustentável dos recursos naturais.

Direitos Humanos

A participação do Brasil no Sistema Internacional de Direitos Humanos é compatível com o valor outorgado à promoção dos direitos humanos e à defesa do Estado democrático de direito a partir do processo de redemocratização do país.

Já em 1990, o Brasil ratificava a Convenção dos Direitos da Criança; em 1991, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes; em 1992, os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, bem como a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos. Em 1998, o Brasil reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em 2001, estendeu convite permanente a todos os relatores especiais do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas para que visitem o país. Em 2002, ratificou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e seu Protocolo Facultativo, bem como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais; em 2007, o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura; em 2008, a Convenção da ONU sobre os Direitos de Pessoas com Deficiências e seu Protocolo Opcional; e em 2009, os dois Protocolos Opcionais ao Pacto de Direitos Civis e Políticos, os quais reconhecem a competência do Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas para receber comunicações sobre violações de direitos previstos no Pacto, e articulam compromissos visando à abolição da pena de morte.

Em dezembro de 2010, foi depositado pelo Brasil o instrumento de ratificação da Convenção para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados, assinada pelo país em 7 de fevereiro de 2007.

O Brasil foi o 21º país a ratificar a referida Convenção, a qual, a partir da 20ª ratificação, passou a entrar em vigor para cada um de seus signatários. Também em dezembro de 2010, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Exposição de Motivos que elevou à consideração do Congresso Nacional a adesão do Brasil à Convenção Internacional sobre os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias.

Ao aderir a esses instrumentos, o Brasil assumiu, perante os seus cidadãos, a responsabilidade objetiva de zelar pelo cumprimento dos direitos neles previstos, facultando-lhes, ainda, a possibilidade de valerem-se dos meios postos à disposição por esses instrumentos a fim de aprimorar a realização dos direitos humanos no plano interno.

O País também participou ativamente na elaboração dos principais instrumentos de proteção aos direitos humanos no âmbito das Nações Unidas. É parte de quase todos esses instrumentos e tem mantido importante diálogo com os Comitês de tratados respectivos mediante o envio e a apresentação dos relatórios periódicos de implementação. Tivemos, por exemplo, papel essencial na redação da Declaração e Programa de Ação da Conferência de Viena de 1993, que consagrou a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos e seu relacionamento com a paz e o desenvolvimento.

O Brasil também tem estado presente nos esforços conduzidos pela ONU nesse campo desde os primeiros momentos e tem mantido participação ativa e construtiva nos foros de promoção e proteção dos direitos humanos, apoiando as discussões e propostas voltadas ao fortalecimento e à plena implementação do sistema de direitos humanos das Nações Unidas.

Eleito para a primeira composição do Conselho de Direitos Humanos com a maior votação entre os países da América Latina e Caribe, o Brasil manteve postura mediadora e construtiva. Esse papel foi, desde o início, reconhecido pelas demais delegações. Em 2008, o país foi reconduzido ao órgão, novamente com votação expressiva. Atualmente, é candidato nas eleições que deverão ocorrer em novembro de 2012 (mandato 2013-2015).

Questões de Gênero

O Governo brasileiro tem mantido estreito contato com a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres), em funcionamento desde 1º de janeiro de 2011, e cuja criação foi passo fundamental para a plena inserção dos temas de gênero e de direitos das mulheres no Sistema ONU e para dar maior visibilidade ao tema em todo o mundo.

Em dezembro de 2011, a Diretora Executiva da ONU-Mulheres, Michelle Bachelet, ex-Presidenta do Chile, realizou visita ao Brasil, e teve

encontros com a Presidenta Dilma Rousseff, além de Ministros e Ministras de Estado (Secretaria de Política para as Mulheres, Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial, Ministério da Defesa), entre outras autoridades governamentais e parlamentares.

Em 19 de junho de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff participou de evento organizado pelo ONU-Mulheres à margem da Conferência Rio+20, intitulado "Fórum de Mulheres Líderes sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres para um Desenvolvimento Sustentável". No documento "O Futuro que as Mulheres Quêrem", as líderes presentes reafirmaram a importância da temática de gênero para a plena realização do desenvolvimento sustentável.

Na Declaração da Rio+20, o Brasil esforçou-se para manter a linguagem da Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Conferência do Cairo, 1994). Apesar de a referência a "direitos reprodutivos" não constar no documento, este reafirma o compromisso dos Estados com os princípios estabelecidos no Cairo, não tendo havido retrocessos em relação ao documento de 1994.

Reforma da ONU

O Governo brasileiro defende ser preciso reformar as instituições de governança política global de modo a refletir as atuais realidades e a dotar essas instituições da capacidade de lidar com os desafios complexos da atual conjuntura. O Brasil considera essencial fortalecer o multilateralismo, com vistas à consecução de objetivos comuns nas áreas de desenvolvimento, direitos humanos e segurança.

Na primeira década deste século, foram retomadas com renovado ímpeto as discussões acerca de uma reforma abrangente das Nações Unidas. No contexto daquelas discussões, o Brasil apoiou a criação da Comissão de Consolidação da Paz (CCP), em 2005. Ao mesmo tempo, participou de modo intenso do processo de criação do Conselho de Direitos Humanos. Advogou ser necessário aprimorar o tratamento do tema pela ONU, evitando seletividades e politizações.

Apesar desses dois importantes avanços no sentido de aprimorar a Organização, o Brasil acredita que nenhuma reforma da ONU estará completa sem a reforma do Conselho de Segurança.

Sobre o tema, o Brasil tem defendido a necessidade de um Conselho renovado, que reflita a emergência de países em desenvolvimento como atores globais. A percepção do Brasil é de que, tal como hoje composto, sobretudo em razão do desequilíbrio no seu núcleo decisório – os membros permanentes –, o Conselho está em descompasso com a conformação de uma ordem internacional verdadeiramente inclusiva. O Brasil está

convencido de que somente a ampliação do número de assentos em ambas as categorias – permanentes e não-permanentes – poderá sanar o déficit de representatividade do Conselho. Além disso, consideramos a inclusão de países em desenvolvimento como membros permanentes fundamental para o reforço da legitimidade de suas resoluções.

Desde 2009, o debate sobre a reforma do Conselho de Segurança está sendo conduzido, sobretudo, no Plenário da Assembleia Geral, por meio de negociações intergovernamentais. Trata-se de questão complexa e que exigirá renovada atenção. O Brasil tem procurado trabalhar com Alemanha, Índia e Japão, e em constante diálogo com países em desenvolvimento, em particular os africanos, para que o processo de consultas possa avançar no sentido que desejamos.

Os esforços dos últimos anos contribuíram para consolidar a aspiração brasileira, embora não se tenha ainda chegado ao objetivo almejado. Por um lado, logrou-se construir ampla base de apoio ao pleito brasileiro por um assento permanente em um Conselho reformado. Por outro, houve evolução de percepções sobre o tema da reforma do órgão. Nos últimos oito anos, desde a criação do “G4” (“Grupo dos Quatro”, composto por Brasil, Alemanha, Índia e Japão), firmou-se a convicção de que a reforma é necessária e de que o órgão está desatualizado e precisa ser mais representativo e legítimo. Após quase vinte anos de debates, embora ainda existam diferenças significativas de opiniões e interesses quanto ao processo de reforma, nenhuma proposta reúne base de apoio tão expressiva quanto a do G4, uma vez que está evidente que a maioria esmagadora dos países apoia a ampliação do número de assentos em ambas as categorias. Vale lembrar que a atuação de países como o Brasil e a Índia, ainda nos anos 1990, foi decisiva para que se inviabilizasse o chamado “*quick fix*”, o “conserto rápido” que contemplaria a adição, como membros permanentes, apenas de Alemanha e Japão.

Na última Reunião Ministerial do G4, realizada em setembro do corrente, à margem da abertura do Debate Geral da 67ª Sessão da AGNU, os Ministros dos quatro países destacaram que o CSNU tem sido incapaz de lidar com as ameaças e desafios relacionados à paz e segurança internacional no mundo de hoje. Nesse contexto, expressaram sua determinação de atuar para injetar maior dinamismo político no processo de reforma. A reunião possibilitou reafirmar a unidade e o empenho do grupo com vistas a avançar o processo de reforma do Conselho, após período de dificuldades nos últimos anos.

Debate Geral da 67ª AGNU

Em 25 de setembro de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff abriu, pela segunda vez, a Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Na

ocasião, ante um cenário de persistente e grave crise econômica mundial, defendeu com ênfase a construção de um amplo pacto pela retomada coordenada do crescimento econômico global, capaz de "impedir a desesperança provocada pelo desemprego e pela falta de oportunidades".

Quanto ao Oriente Médio e ao Norte da África, a Presidenta afirmou que "importantes movimentos sociais, com distintos signos políticos, varreram regimes despóticos e desencadearam processos de transição cujo sentido e direção ainda não podem ser hoje claramente estabelecidos. Mas não é difícil identificar em quase todos esses movimentos um grito de revolta contra a pobreza, o desemprego, a falta de oportunidades e de liberdades civis, impostas por Governos autoritários a amplos setores dessas sociedades, sobretudo aos jovens. Não é difícil, igualmente, encontrar nesses acontecimentos as marcas de ressentimentos históricos, provocados por décadas de políticas coloniais ou neocoloniais levadas a cabo em nome de uma ação supostamente civilizatória".

A Presidenta Dilma Rousseff também defendeu a reforma do Conselho de Segurança, de forma a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz. Indicou não ser possível permitir que o Conselho seja substituído, como vem ocorrendo, por coalizões que se formam à sua revelia, fora de seu controle e à margem do direito internacional.

Sobre a Rio+20, a Presidenta da República salientou que o documento final aprovado por consenso constitui ponto de partida para uma agenda de desenvolvimento sustentável para o século XXI, com foco na erradicação da pobreza, no uso consciente dos recursos naturais e nos padrões sustentáveis de produção e consumo.

A margem do debate geral, autoridades brasileiras participaram de intensa agenda de encontros bilaterais e multilaterais. Realizaram-se reuniões ministeriais do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão); do BRICS (Brasil, Índia, Rússia, China e África do Sul); do Grupo dos 77 e China (países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil); da CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos); do Grupo "Política Externa e Saúde Global" (Brasil, França, Indonésia, Noruega, Senegal e Tailândia); entre outros. Houve ainda reuniões de altos funcionários da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e do Foro IBAS (Brasil, África do Sul e Índia).

Contexto atual e perspectivas futuras

O Brasil tem assumido responsabilidades crescentes na ONU, como demonstram nossa atuação à frente da Missão de Estabilização do Haiti e nosso papel crescente em cooperação humanitária.

O Secretário-Geral Ban Ki-moon realizou visita ao Brasil em junho de 2011. Recebido pela Presidenta Dilma Rousseff, o SGNU transmitiu seu

interesse em realçar o papel brasileiro em temas e iniciativas relacionadas a desenvolvimento e a negociações de questões globais, como mudança do clima, segurança alimentar e segurança energética. Deixou evidente, então, considerar o Brasil um país cada vez mais relevante. Reconheceu abertamente o que chamou de "expansão muito exitosa do horizonte diplomático brasileiro" e o papel de liderança que o Brasil desempenha não só na região, mas também em diversos agrupamentos internacionais, como BRICS e G-20 (Grupo dos 20). Buscou também ressaltar a coincidência de propósitos entre os elementos centrais da política externa brasileira (convivência pacífica com os vizinhos, ênfase na negociação e na solução diplomática dos conflitos, apoio ao multilateralismo) e os princípios que devem nortear a ONU. Ressaltou ademais o peso crescente do Brasil como potência econômica com inclusão social e respeito às liberdades políticas. Tocou muito especialmente em tema que lhe é caro – o empoderamento das mulheres – e saudou os avanços realizados pelo Brasil nessa área.

Em novo encontro com o SGNU, à margem da Assembleia Geral de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff cumprimentou a ONU pelo lançamento da Década de Ação pela Segurança no Trânsito. Assinalou que o Brasil estabeleceu parceria com a Federação Internacional de Automobilismo, em conjunto com o Instituto Emerson Fittipaldi, para promover a segurança nas estradas brasileiras. Destacou que a campanha brasileira "Pacto pela Redução de Acidentes de Trânsito" ("Pacto pela Vida") seguiria as diretrizes do programa adotado nas Nações Unidas. Reiterou que o Brasil está pronto para cooperar com a iniciativa da ONU.

No mesmo encontro, o SGNU agradeceu a importante contribuição brasileira para a estabilização e a reconstrução do Haiti. A Presidenta Dilma Rousseff frisou que o Brasil é favorável à progressiva transferência de responsabilidades para as autoridades haitianas e reiterou o compromisso brasileiro em seguir cooperando com a ONU no Haiti.

Outra importante manifestação do reconhecimento do SGNU em relação à contribuição do Brasil para os trabalhos da ONU foi o fato de Ban Ki-moon ter incluído, em seu mais recente relatório anual sobre "responsabilidade de proteger", referências positivas à iniciativa brasileira de promover uma discussão sobre a "Responsabilidade ao Proteger", conceito que foi introduzido pela Presidenta Dilma Rousseff no discurso de abertura do Debate Geral da AGNU em setembro de 2011. No referido relatório, o SGNU dedicou um capítulo inteiro sobre "Responsabilidade ao Proteger". Recordou que se tratava de iniciativa apresentada pela Presidenta da República por ocasião de seu primeiro discurso de abertura da AGNU e manifestou apreço pelo papel do Governo brasileiro em facilitar discussão abrangente e construtiva entre os Estados-membros a esse respeito.

ANEXOS

Evolução do Número de Países-Membros:

Ano	Total de países-membros da ONU	Novos integrantes
1945	51	África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bélgica, Bielorrússia (hoje Belarus), Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, República Dominicana, Equador, Egito, El Salvador, Estados Unidos, Etiópia, Filipinas, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Honduras, Índia, Iugoslávia, Irã, Iraque, Líbano, Libéria, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Reino Unido, Síria, Tchecoslováquia, Turquia, Ucrânia, União Soviética (substituída pela Rússia), Uruguai, Venezuela
1946	55	Afeganistão, Islândia, Sião (hoje Tailândia), Suécia
1947	57	Paquistão, Iêmen
1948	58	Birmânia (hoje Mianmar)
1949	59	Israel
1950	60	Indonésia
1955	76	Albânia, Áustria, Bulgária, Camboja, Ceilão (hoje Sri Lanka), Finlândia, Hungria, Irlanda, Itália, Jordânia, Laos, Líbia, Nepal, Portugal, Romênia, Espanha
1956	80	Japão, Marrocos, Sudão, Tunísia
1957	82	Gana, Malásia
1958	82	Guiné
1960	99	República do Congo, Camarões (hoje Cameroun), Chade, Chipre, Costa do Marfim (hoje Côte d'Ivoire), Daomé (hoje Benin), Gabão, Leopoldville (hoje República Democrática do Congo), Mali,

		Níger, Nigéria, República Centro-Africana, Madagascar, Senegal, Somália, Togo, Alto Volta (hoje Burkina Faso)
1961	104	Mauritânia, Mongólia, Serra Leoa, Tanzânia
1962	110	Argélia, Burundi, Jamaica, Ruanda, Trinidad e Tobago, Uganda
1963	113	Kuaite, Quênia, Zanzibar (hoje Tanzânia)
1964	115	Maláui, Malta, Zâmbia
1965	117	Gâmbia, Maldivas, Cingapura
1966	122	Barbados, Botsuana, Guiana, Lesoto
1967	123	Yêmen
1968	126	Guiné Equatorial, Ilhas Maurício, Suazilândia
1970	127	Ilhas Fiji
1971	132	Barein, Butão, Catar, Emirados Árabes Unidos, Omã
1973	135	Bahamas, República Democrática da Alemanha (extinta), República Federal da Alemanha
1974	138	Bangladesh, Granada, Guiné-Bissau
1975	144	Cabo Verde, Comores, Moçambique, Papua Nova Guiné, São Tomé e Príncipe, Suriname
1976	147	Angola, Samoa, Seicheles
1977	149	Djibuti, Vietnã
1978	151	Dominica, Ilhas Salomão
1979	152	Santa Lúcia
1980	154	São Vicente e Granadinas, Zimbábue
1981	157	Antígua e Barbuda, Belize, Vanuatu
1983	158	São Cristóvão e Névis
1984	159	Brunei
1990	159	Liechtenstein, Namíbia
1991	166	Estônia, Letônia, Lituânia, Ilhas Marshall, Micronésia, República da Coreia, República Democrática da Coreia
1992	179	Armênia, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Cazaquistão, Croácia, Eslovênia, Geórgia, Moldova, República Quirguiz, San Marino, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão
1993	184	Andorra, Eritreia, Eslováquia, Macedônia, Mônaco, República Tcheca
1994	185	Palau
1999	188	Kiribati, Nauru, Tonga
2000	189	Iugoslávia (substituída pela Sérvia), Tuvalu
2002	191	Suíça, Timor-Leste
2006	192	Montenegro
2011	193	Sudão do Sul

Cronologia da Participação do Brasil na Organização

1945	Brasil assina a Carta da Organização das Nações Unidas (São Francisco, EUA).
1946-1947	Primeiro mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
1947	Presidência, exercida por Oswaldo Aranha, da II Sessão Regular da AGNU.
1947	Presidência, exercida por Oswaldo Aranha, da I Sessão Especial da AGNU, na qual se decidiu a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel.
1951-1952	Segundo mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
1954-1955	Terceiro mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
1963-1964	Quarto mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
1967-1968	Quinto mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
1986	AGNU adota Resolução 41/11, de iniciativa brasileira, criando a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).
1988-1989	Sexto mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ("Rio-92") é realizada no Rio de Janeiro.
1994-1995	Sétimo mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
1998-1999	Oitavo mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
2002	O Brasil ratifica o Protocolo de Quioto.
2004	O Brasil sedia a XI Conferência Geral das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento.
2004-2005	Nono mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
2004	Brasil ratifica o Estatuto de Roma, contribuindo para a criação do Tribunal Penal Internacional.
2010-2011	Décimo mandato do Brasil no Conselho de Segurança.
Set/2011	Discurso proferido pela Presidenta Dilma Rousseff na Assembleia Geral da ONU. Primeira vez em que uma mulher abre o Debate Geral. Presidenta introduz o conceito de "Responsabilidade ao Proteger".
Jan/2012	Indicação pelo SGNU do Sr. Bráulio Ferreira de Souza Dias para o cargo de Secretário-Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica, em nível de Secretário-Geral Assistente.
Jul/2012	A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável ("Rio+20") é realizada no Rio de Janeiro.
Set/2012	Presidenta Dilma Rousseff abre a 67ª Assembleia Geral da ONU.

Atos Internacionais

Título	Data de Celebração	Data de Promulgação	Data de Publicação (D.O.U)
Carta das Nações Unidas (da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça)	26/06/1945	22/10/1945	05/11/1945
Constituição da Organização Internacional do Trabalho	09/10/1946	20/10/1948	24/11/1948
Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio	09/12/1948	06/05/1952	09/05/1952
Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados	28/07/1951	28/01/1961	30/01/1961
Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher	31/03/1953	12/09/1963	17/09/1963
Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica	26/10/1956	27/08/1957	03/09/1957
Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras	10/06/1958	23/07/2002	24/07/2002
Tratado da Antártida	01/12/1959	11/07/1975	14/07/1975
Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas	18/04/1961	08/06/1965	11/06/1965
Convenção de Viena sobre Relações Consulares	24/04/1963	26/07/1967	28/07/1967

Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares	21/05/1963	03/09/1993	06/09/1993
Tratado de Proscrição das Experiências com Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e sob a Água	05/08/1963	26/04/1966	29/04/1966
Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial	21/12/1965	08/12/1969	10/12/1969
Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	16/12/1966	06/07/1992	07/07/1992
Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	19/12/1966	06/07/1992	07/07/1992
Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, Inclusive a Lua e Demais Corpos Celestes	27/01/1967	17/04/1969	22/04/1969
Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares	01/07/1968	07/12/1998	08/12/1998
Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados	23/05/1969	14/12/2009	15/12/2009
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	18/12/1979	13/09/2002	16/09/2002
Convenção das Nações	10/12/1982	12/03/1990	14/03/1990

Unidas sobre Direito do Mar			
Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	10/12/1984	15/02/1991	18/02/1991
Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	20/12/1988	26/06/1991	27/06/1991
Convenção sobre os Direitos da Criança	20/11/1989	21/11/1990	22/11/1990
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	09/05/1992	01/07/1998	02/07/1998
Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no Mundo (CPAQ)	13/01/1993	01/03/1999	02/03/1999
Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	14/12/1997	12/05/2005	13/05/2005
Estatuto do Tribunal Penal Internacional	17/07/1998	25/09/2002	26/09/2002
Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas	12/08/1998	25/09/2002	27/09/2002
Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional	15/11/2000	12/03/2004	15/03/2004

Participação do Brasil em Operações de Manutenção da Paz da ONU

As operações de manutenção da paz (OMPs) constituem um dos principais instrumentos do sistema de segurança coletiva estabelecido pela Carta das Nações Unidas.

A natureza das OMPs evoluiu de modo significativo nas últimas décadas, tendo passado de meras forças de interposição/observação para operações complexas ou multidimensionais dotadas de mandatos em áreas tão diversas como direitos humanos, proteção de civis, assistência eleitoral e apoio ao desenvolvimento.

Alguns números também ilustram a evolução da importância que o instrumento adquiriu no sistema de segurança coletiva, especialmente após o fim da Guerra Fria: enquanto o orçamento da ONU para OMPs foi de US\$ 230 milhões em 1988, os dispêndios com as missões de paz somaram, no ano fiscal 2011-12, cerca de US\$ 7,2 bilhões.

Hoje, a ONU opera 15 OMPs, assim como uma Missão Política Especial (no Afeganistão). Tais missões mobilizam cerca de 120 mil homens e mulheres, incluindo militares, policiais e civis.

Desde 1948, o Brasil participou de mais de 30 Operações de Manutenção da Paz (OMPs), tendo enviado um total de mais de 32.000 militares e policiais. Atualmente, o Brasil é o 11º maior contribuinte de tropas e participa de 9 operações de manutenção da paz.

Operações de Manutenção da Paz da ONU (set/2012)

MISSÃO – Local	Contingente (militar e policial)
UNAMID – Darfur/Sudão	21.510
MONUSCO – R.D. Congo	19.109
UNIFIL – Líbano	11.528
UNOCI – Côte d'Ivoire	10.967
MINUSTAH – Haiti	10.105
UNMIL – Libéria	8.981
UNMISS – Sudão do Sul	7.070
UNISFA – Sudão	3.964
UNMIT – Timor-Leste	1.159

UNDOF – Gôlã/Síria	1.032
UNFICYP – Chipre	916
MINURSO – Saara Ocidental	233
UNTSO – Palestina	149
UNMOGIP – Índia-Paquistão	40
UNAMA – Afeganistão	17
UNMIK – Kossovo	14
TOTAL	96.764

15 Maiores Contribuintes de Tropas para OMPs (set/2012)

	PAÍS	TOTAL (militar e policial)
1º	Paquistão	9.149
2º	Bangladesh	9.068
3º	Índia	7.889
4º	Etiópia	5.882
5º	Nigéria	5.596
6º	Nepal	4.651
7º	Ruanda	4.505
8º	Egito	4.031
9º	Jordânia	3.627
10º	Gana	2.806
11º	Brasil	2.226
12º	Uruguai	2.173
13º	Senegal	2.140
14º	África do Sul	2.105
15º	Indonésia	1.992

Aviso nº 958 - C. Civil.

Em 5 de novembro de 2012.

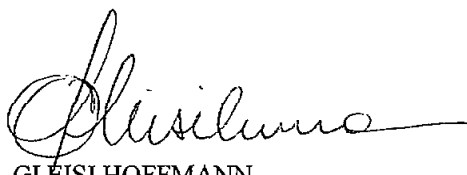
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 7/11/2012.

4

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2012 (PDC nº 555, de 2012, na Câmara dos Deputados), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que *aprova o texto do Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006.*

RELATOR: Senador **CIDINHO SANTOS**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 525, de 21 de novembro de 2011, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo Adicional que altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006.

O Acordo foi apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo decorrente da mensagem presidencial, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após exame, também, pelas Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 22 de novembro de 2011 e o projeto de decreto legislativo derivado recebeu a aprovação daquela Casa em 19 de setembro de 2012.

No Senado Federal, a proposição em epígrafe foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 2 de outubro de 2012, onde cumpriu prazo regimental para recebimento de emendas, após o qual foi designado o relator signatário, sem que tenha sido objeto de propostas de alterações.

Cuida-se de um protocolo adicional ao Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social assinado entre os mesmos países em 7 de maio de 1991. O presente protocolo altera os artigos 1º ao 7º, 9º, 13º e 26º do Acordo original.

II – ANÁLISE

Por meio do ato internacional de 1991, referido anteriormente, os países signatários estabelecem normas que regulamentam suas relações em matéria de previdência social, aplicando-se a todas as pessoas que estiverem ou tenham estado sujeitas à legislação de cada uma ou de ambas as partes contratantes, bem como a seus dependentes legais. Ele permite que os trabalhadores não percam o tempo de contribuição realizado em outro país, possibilitando somar os períodos de trabalho em dois sistemas, desde que não tenham sido simultâneos, para a obtenção de aposentadorias e outros benefícios previdenciários. Cada sistema deve pagar ao beneficiário montante em sua própria moeda equivalente ao período de contribuição efetuado no respectivo país (*pro rata tempore*)

O objetivo principal do Acordo Adicional que ora se aprecia é ampliar o universo dos trabalhadores com direito à proteção do sistema de previdência local, estendendo suas disposições aos regimes próprios de previdência, que servem, principalmente no Brasil, aos trabalhadores do setor público.

O pacto é composto por três artigos. O primeiro traz o conteúdo material do acordo, alterando nove dos 27 artigos que compõem o texto original. Dentre esses, o mais importante é a nova redação dada ao artigo 9º, que trata da totalização dos períodos de contribuição, passando a ficar compatível com todos os acordos de Previdência celebrados até hoje pelo Brasil: não se recorrerá à totalização caso as condições de concessão do

benefício estejam satisfeitas pela legislação de um dos dois países.

O artigo 2º do Acordo Adicional em apreço trata dos direitos anteriores, consignando que os países convenientes decidem que o instrumento não retroagirá e não servirá para a concessão de qualquer prestação ou benefício anterior à sua entrada em vigor. De outra parte, qualquer período de seguro cumprido nos termos da legislação de um Estado Contratante antes da entrada em vigor do pacto em análise, é tido em conta para a determinação de direito a prestações, em conformidade com o disposto no Acordo.

Finalmente, o artigo 3º contém a cláusula de vigência do Acordo, que deverá ser interpretada conforme todos os requisitos para entrada em vigor de tratados no ordenamento pátrio.

A reciprocidade de sistemas previdenciários é fundamental para garantir o acesso a direitos básicos da seguridade social, especialmente em situações de risco involuntário, como o seguro-doença e o seguro-acidentário. O Brasil já mantém acordos bilaterais semelhantes com diversos países, vários outros estão em tramitação no Congresso Nacional.

A Convenção Multilateral Ibero-americana de Seguridade Social garante a soma de contribuição dos períodos trabalhados na Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Espanha, Paraguai e Uruguai. Há também um Acordo do Mercosul sobre Seguridade Social no mesmo sentido.

É indubitável que o entendimento bilateral consubstanciado nesse Acordo valoriza as especiais relações de amizade entre o Brasil e Portugal, traduzidas no volume de trocas comerciais, no fluxo migratório e nas afinidades sócio-culturais.

Portanto, reitera-se, do ponto de vista da oportunidade em razão da valorização das relações bilaterais e do regime internacional de proteção à pessoa humana, o Acordo em tela é digno de mérito.

III - VOTO

Com base no exposto, considerando ser apropriado e

juridicamente adequado o acordo em exame, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2012.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 523, DE 2012
(nº 555/2012, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO ADICIONAL QUE ALTERA O ACORDO DE SEGURIDADE SOCIAL OU
SEGURANÇA SOCIAL ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E A REPÚBLICA PORTUGUESA

A República Federativa do Brasil

e

A República Portuguesa

Tendo em consideração o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, assinado em 7 de maio de 1991 (adiante designado por “Acordo”);

Desejando alargar o âmbito de aplicação material daquele instrumento à legislação relativa à proteção social dos funcionários públicos e ao sistema não-contributivo de assistência social brasileiro e ao regime não contributivo português, bem como reconhecendo a necessidade de rever algumas das suas disposições,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1º

Alteração ao Acordo

1. Ficam alterados os Artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 9º, 13º e 26º do Acordo, os quais passam a ter a seguinte redação:

“ARTIGO 1º

1 – ...:

a) ...;

b) “trabalhador” designa todos os trabalhadores abrangidos pelos regimes de segurança social ou seguridade social referidos no parágrafo 1º do Artigo 2º do presente Acordo;

c) ...;

- d) ...;
- e) “autoridade competente” designa, em relação a cada Estado Contratante, o membro ou membros do governo ou qualquer outra autoridade correspondente, responsável pelas matérias referidas no Artigo 2º do presente Acordo;
- f) ...;
- g) “período de seguro” designa qualquer período considerado como tal pela legislação à qual a pessoa está ou esteve subordinada em cada um dos Estados Contratantes; e
- h)

2 –”

“ARTIGO 2º

1 –:

I – Em Portugal, à legislação relativa:

- i) aos regimes de segurança social aplicáveis à generalidade dos trabalhadores por conta de outrem e aos trabalhadores independentes, bem como aos regimes de inscrição facultativa do subsistema previdencial do sistema de segurança social, no que respeita às prestações nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adoção, doenças profissionais, invalidez, velhice e morte;
- ii) ao regime não contributivo do subsistema de solidariedade do sistema público de segurança social, no que respeita as prestações nas eventualidades de invalidez, velhice e morte;
- iii) ao regime aplicável às prestações por encargos familiares do subsistema de proteção familiar do sistema de segurança social;
- iv) ao regime de proteção social dos funcionários públicos, com exceção da proteção na eventualidade desemprego;
- v) ao regime de reparação dos danos emergentes dos acidentes de trabalho; e
- vi) ao regime do Serviço Nacional de Saúde.

II – No Brasil:

- i) à legislação do Regime Geral de Previdência Social, sem prejuízo do disposto no parágrafo 3º do a Artigo 9º, no que se refere às seguintes contingências:
 - a) invalidez;
 - b) velhice;
 - c) morte;
 - d) doença;
 - e) maternidade;
 - f) encargos familiares;
 - g) acidentes de trabalho e doenças profissionais; e
 - h) tempo de contribuição;
- ii) à legislação do Sistema Único de Saúde; e
- iii) ao sistema não contributivo abrangido pela Lei Orgânica de Assistência Social.

2 – ...;

3 – Aplicar-se-á, também, à legislação que estenda os regimes existentes a novas categorias profissionais, ou que estabeleça novos regimes de Seguridade Social ou Segurança Social, se o Estado Contratante interessado não se opuser a essa aplicação, no prazo de três meses contados da data do recebimento da comunicação da publicação oficial dessa legislação.”

“ARTIGO 3º

1 – O presente Acordo aplica-se aos nacionais de cada um dos Estados Contratantes e, sem prejuízo do disposto no Artigo 12-A, a qualquer outra pessoa que esteja ou tenha estado sujeita à legislação referida no Artigo 2º, bem como aos seus familiares e sobreviventes.

2 –”

“ARTIGO 4º

1 – ...

2 – ...:

a) ...;

b) o trabalhador que exerce uma atividade independente, para efeitos de aplicação da legislação portuguesa, ou que seja contribuinte individual, para efeitos de aplicação da legislação brasileira, no território de um Estado Contratante e que efetue uma prestação de serviços por sua própria conta no território do outro Estado Contratante e desde que essa atividade tenha uma relação direta com a que habitualmente exerce, fica sujeito à legislação do primeiro Estado, desde que essa prestação de serviços não exceda vinte e quatro meses;

c) o pessoal de vôo das empresas de transporte aéreo continuará exclusivamente sujeito à legislação vigente no Estado em cujo território a empresa estiver situada;

d) os membros da tripulação de navio sob bandeira de um dos Estados Contratantes estarão sujeitos às disposições vigentes no respectivo Estado. Qualquer outro pessoal que o navio empregue em tarefas de carga e descarga, conserto e vigilância, quando no porto, estará sujeito à legislação do Estado sob cujo âmbito jurisdicional se encontre o navio; e

e) os funcionários públicos e os trabalhadores ao serviço do Estado que sejam enviados de um Estado Contratante para o outro continuam sujeitos à legislação do primeiro Estado, desde que remunerados exclusivamente por este.

3 – O disposto na alínea “a” do parágrafo 2º não prejudica a aplicabilidade da legislação do Estado Contratante, onde o trabalhador se encontra destacado, no caso de exercício de atividade remunerada por conta de empresa situada neste Estado, ainda que se trate da empresa destinatária ou tomadora de serviços, que são prestados pelo mesmo trabalhador enquanto ao serviço da empresa destacante.

4 – Sem prejuízo do parágrafo 5º do presente Artigo, a isenção de sujeição a legislação do Estado Contratante onde foram prestados serviços, no enquadramento, respectivamente, das alíneas “a” ou “b”, pelo período máximo nelas previsto, não será suscetível de aplicação no quadro de novo destacamento ou de nova prestação de serviços por conta própria, pelo trabalhador em causa, a não ser no caso de já ter decorrido pelo menos um ano a contar da data do término do anterior destacamento ou da prestação de serviço.

5 – As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão, de comum acordo, ampliar ou modificar, em casos particulares ou relativamente a determinadas categorias profissionais, as exceções enumeradas no parágrafo 2º.”

“ARTIGO 6º

1 – Uma pessoa que faça jus em um Estado Contratante ao direito a uma prestação prevista na legislação referida no Artigo 2º conservá-lo-á, sem qualquer limitação, perante a entidade gestora desse Estado, quando se transferir para o território do outro Estado Contratante, com exceção das prestações previstas no Artigo 12-A deste Acordo. Em caso de transferência para um terceiro Estado, a conservação do referido direito estará sujeita às condições determinadas pelo Estado que outorga a prestação aos seus nacionais residentes naquele terceiro Estado.

2 –”

“ARTIGO 7º

1 – Uma pessoa vinculada à Seguridade Social ou Segurança Social de um Estado Contratante, incluindo o titular de uma pensão ou renda devida exclusivamente ao abrigo da legislação de um Estado Contratante, conservará o direito aos cuidados de saúde, quando se encontrar temporariamente no território do outro Estado. Terão o mesmo direito os seus dependentes.

2 – Os dependentes da pessoa referida no parágrafo precedente, enquanto se mantiver a vinculação desta à Seguridade Social ou Segurança Social de um Estado Contratante, terão direito aos cuidados de saúde no outro Estado em que residem.

3 – O titular de uma pensão ou renda devida exclusivamente ao abrigo da legislação de um Estado Contratante, bem como os seus dependentes, conservarão o direito aos cuidados de saúde quando transferirem a sua residência para o território do outro Estado.

4 – A extensão e as modalidades dos cuidados de saúde prestados pela entidade gestora do Estado que concede as prestações, nos termos dos parágrafos anteriores, serão determinadas em conformidade com a legislação deste Estado.

5 – As despesas relativas aos cuidados de saúde de que trata este Artigo ficarão por conta da entidade gestora a cujo regime esteja vinculado o interessado. A forma de indenizar essas despesas e de determinar o seu custo será fixada de comum acordo entre as

autoridades competentes conforme o estipulado em Ajuste Administrativo ao presente Acordo. As autoridades competentes poderão, igualmente, renunciar, no todo ou em parte, ao reembolso das referidas despesas.”

“ARTIGO 9º

1 – Uma pessoa que haja cumprido períodos de seguro sob a égide das legislações de ambos os Estados Contratantes terá esses períodos totalizados para concessão das prestações decorrentes de invalidez, velhice e morte, exceto quando estiverem satisfeitas as condições estabelecidas por aquela legislação, sem que haja necessidade de recorrer à totalização.

2 – No que se refere à concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, os períodos de tempo de contribuição verificados no Brasil serão igualmente totalizados com os períodos de seguro cumpridos sob a égide da legislação portuguesa, desde que esses períodos correspondam ao exercício efetivo de uma atividade profissional em Portugal.

3 – O tempo de contribuição do trabalhador para os regimes próprios de previdência dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, existentes no Brasil, será assumido pela Instituição Competente, para todos os efeitos, e certificado à outra Parte como tempo de contribuição do regime previdenciário de que trata este Acordo, sendo de responsabilidade do Brasil os ajustes normativos e compensatórios internos entre os diferentes regimes.”

“ARTIGO 13º

Para efeitos da concessão das prestações familiares previstas nas legislações brasileira e portuguesa, cada Estado Contratante terá em conta, na medida do necessário, os períodos de seguro cumpridos no outro Estado Contratante.”

“ARTIGO 26º

1 – ...

2 – Em caso de denúncia, as disposições do presente Acordo, do Ajuste Administrativo e Normas de Procedimento que o regulamentem continuarão em vigor com respeito aos direitos adquiridos.”

2. Fica acrescentado ao Acordo o Artigo 12º-A, com a seguinte redação:

“ARTIGO 12º-A

1 – As pessoas de nacionalidade portuguesa, abrangidas pelo âmbito de aplicação do presente Acordo, que residam legalmente em território brasileiro, podem ter acesso aos benefícios assistenciais previstos na Lei Orgânica de Assistência Social brasileira, desde que satisfaçam as condições para sua concessão, enquanto residirem no território brasileiro.

2 – As pessoas de nacionalidade brasileira, abrangidas pelo âmbito de aplicação do presente Acordo que residam legalmente em território português, podem ter acesso às prestações nas eventualidades de invalidez, velhice, viuvez e orfandade, previstas na legislação portuguesa relativa ao regime não contributivo do subsistema de solidariedade, desde que satisfaçam as condições exigidas por essa legislação para a concessão das mesmas prestações, as quais são apenas concedidas enquanto o interessado residir no território português.”

ARTIGO 2º

Disposições Transitórias

1 – O presente Acordo Adicional não confere qualquer direito a uma prestação em relação a um período anterior à data da sua entrada em vigor.

2 – Qualquer período de seguro cumprido nos termos da legislação de um Estado Contratante, antes da entrada em vigor do presente Acordo Adicional, é tido em conta para a determinação do direito a prestações, em conformidade com o disposto no Acordo.

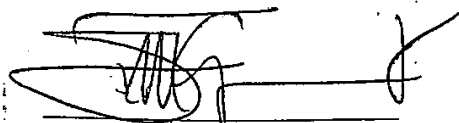
ARTIGO 3º

Entrada em Vigor

O presente Acordo Adicional entra em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte à data de recepção da última notificação, por via diplomática, de que foram cumpridos todos os formalismos constitucionais e legais exigíveis, para o efeito, em ambos os Estados Contratantes.

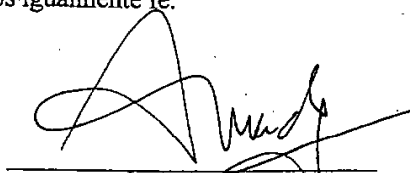
EM FÉ DO QUE os abaixo assinados, devidamente autorizados para este efeito, assinaram o presente Acordo Adicional.

Feito em Brasília, em 9 de agosto de 2006, em dois exemplares redigidos na língua portuguesa, fazendo ambos igualmente fé.



PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES
Ministro de Estado, Interino, das Relações
Exteriores



PELA REPÚBLICA PORTUGUESA

LUIZ FELIPE MARQUES AMADO
Ministro de Estado e dos Negócios
Estrangeiros

Mensagem nº 525, de 2011.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, interino, da Previdência Social, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, interino, e da Saúde, o texto do Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006.

Brasília, 21 de novembro de 2011.

EMI Nº 00163 MRE/MPS/MDS/MS

Brasília, 12 de abril de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006, pelo então Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, e pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luiz Felipe Marques Amado.

2. No contexto do crescente fluxo internacional de trabalhadores e da transformação do Brasil de país de destino em país de origem de imigrantes, tornam-se ainda mais relevantes as iniciativas destinadas a proteger os trabalhadores brasileiros no exterior e a oferecer essa mesma proteção aos estrangeiros radicados em nosso País.

3. O objetivo principal do Acordo Adicional que ora encaminhamos é justamente ampliar o universo dos trabalhadores de cada país radicados no território do outro com direito à proteção do sistema de Previdência local. Além das classes de trabalhadores incluídas no escopo do Acordo de Segurança ou Seguridade Social, de 7 de maio de 1991, o presente instrumento estende suas disposições aos regimes próprios de Previdência, que servem principalmente, no Brasil, aos trabalhadores do setor público.

4. O acordo original foi firmado com o objetivo principal de permitir aos trabalhadores que contribuíram com os dois sistemas somarem os períodos de contribuição para o fim de atingirem o tempo mínimo necessário à obtenção de aposentadorias e demais benefícios previdenciários. Cada sistema deve pagar ao beneficiário, pelos dispositivos do acordo, montante em sua própria moeda equivalente ao período de contribuição efetuado no respectivo país (pro rata tempore).

5. Trata-se, portanto, de instrumento que objetiva corrigir flagrantes distorções - quais sejam, a pura e simples perda dos recursos investidos em um dos sistemas e o acréscimo, em anos, do tempo mínimo de contribuição necessário à obtenção da aposentadoria.

6. A nova redação dada ao art. 9 - que trata da totalização dos períodos de contribuição e que constitui, portanto, o cerne do Acordo - reformula princípio que já constava do instrumento original e que rege a totalidade dos acordos de Previdência celebrados até hoje pelo Brasil: não se recorrerá à totalização caso as condições de concessão do benefício estejam satisfeitas pela legislação de um dos dois países.

7. Ao passo que o primeiro parágrafo desse artigo trata de princípio comum às duas legislações, os parágrafos 2 e 3 tratam de particularidades do sistema previdenciário brasileiro - respectivamente a aposentadoria por tempo de contribuição e a certificação pelo INSS, para fins do acordo, dos tempos de contribuição cumpridos sob os diversos regimes próprios de previdência dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios existentes no Brasil.

8. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos à Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo Adicional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira, Garibaldi Alves Filho, Romulo Paes de Sousa, Alexandre Rocha Santos Padilha

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 03/10/2012.

5



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2012

*Requer, autorização para integrar a
Delegação que irá representar o
Brasil na Conferência Mundial de
Telecomunicações Internacionais
(WCIT)*

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para integrar a Delegação que irá representar o Brasil na Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT), promovida pela União Internacional de Telecomunicações (ITU/UNO), à realizar-se no período de 3 a 14 de dezembro de 2012, em Dubai, nos Emirados Árabes.

JUSTIFICAÇÃO

A Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT) promovida pela União Internacional das Telecomunicações (ITU), organismo integrante da ONU, ocorrerá de 3 a 14 de dezembro de 2012, em Dubai, nos Emirados Árabes. O objetivo principal da conferência é debater os Regulamentos Internacionais de Telecomunicações

2

(ITRs), vigentes desde 1988, promovendo-se a apresentação de novos paradigmas legais e regulatórios.

As propostas das organizações e Estados membros da UIT para a CMTI abordarão temas como: direito humano de acesso às comunicações; segurança no uso de TICs; cobrança, qualidade do serviço e convergência; dentre outros, igualmente importantes.

A Conferência Mundial de Telecomunicações desperta grande interesse, não apenas pela relevância e centralidade dos temas implicados, mas também porque algumas das propostas apresentadas pelos países-membros resultam em ampliação das atribuições da UIT, sobretudo na direção de temas que, ampliando o tradicional escopo das discussões relativas à infraestrutura de telecomunicações, tratarão também de questões centrais relativas às camadas regulatórias de funcionamento da Internet

Sala da Comissão

Senador **WALTER PINHEIRO**
(PT/BA)

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 8/11/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF
OS: 15335/2012

6



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 934, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 39 combinado com o 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da Conferência Mundial de Telecomunicação Internacionais (WCIT), promovida pela União Internacional de Telecomunicações (ITU/UNO), como representante desta casa, a realizar-se no período de 3 a 14 de dezembro de 2012, em Dubai, nos Emirados Árabes.

JUSTIFICAÇÃO

A Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT) promovida pela União Internacional das Telecomunicações (ITU), organismo integrante da ONU, ocorrerá de 3 a 14 de dezembro de 2012, em Dubai, nos Emirados Árabes. O Objetivo principal dessa conferência é debater os Regulamentos Internacionais de Telecomunicações (ITRs), vigentes desde 1988, promovendo-se a apresentação de novos paradigmas legais e regulatórios.

As propostas das organizações e Estados membros da UTI para a CMTI abordarão temas como: direito humano de acesso às comunicações; dentre outros, igualmente importantes.

2

A Conferência Mundial de Telecomunicações desperta grande interesse, não apenas pela relevância e centralidade dos temas implicados, mas também porque algumas das propostas apresentadas pelos países-membros resultam ampliando o tradicional escopo das discussões relativas à infraestrutura de telecomunicações tratará também de questões centrais relativas às camadas regulatórias de funcionamento da Internet.

Sala da Comissão,

Senador **CÍCERO LUCENA**
PSDB/PB

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 8/11/2012.

7



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 939, DE 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa, no período de 29 de novembro a 09 de dezembro do corrente ano, quando participarei como Relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas da COP 18 - Décima oitava sessão da Conferência das Nações Unidas para o Clima, que acontecerá no período de 26 de novembro a 07 de novembro de 2012, em Doha, Qatar.

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estarei ausente do país no período de 29 de novembro a 09 de dezembro deste ano.

Sala das Sessões,

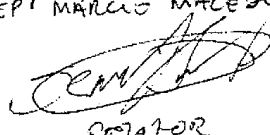
Assinatura manuscrita de Sérgio Souza.

Senador **SÉRGIO SOUZA**

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2012- CMMC

Requeiro, nos termos regimentais, a participação dos membros desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, na 18ª Conferência das Nações Unidas para o Clima (COP 18), que ocorrerá em Doha, no Qatar, entre os dias 26 de novembro a 7 de dezembro do corrente ano, e terá a presença de representantes de 190 países.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2012.

Márcio Macedo
Pimentão
DEP. MÁRCIO MACEDO

RELATOR
SEN. SÉRGIO SOUZA

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 08/11/2012.

8



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 942, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa, no período de 29 de novembro a 07 de dezembro do corrente ano, com vistas a participar, como membro da delegação oficial da CMA do Senado Federal, da COP 18 – décima oitava sessão da Conferência das Partes da Convenção–Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), no Qatar, com ônus para o Senado Federal, conforme requerimento aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em anexo.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período acima citado.

Sala das Sessões,

Assinatura manuscrita de Jorge Viana.

Senador JORGE VIANA

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 08/11/2012.

9



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requieiro a Vossa Excelência autorização para ausentar-me do País, com ônus para esta Casa, no período de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2012 para participar, na qualidade de membro do Grupo Brasileiro do Parlatino e atendendo a convite (em anexo) do Presidente do Parlamento Latino-Americano Deputado Elías Castilho, da XXVIII Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, que se realizará na sede da entidade, na cidade do Panamá, República do Panamá.

Sala das Sessões,
Senador **CÍCERO LUCENA**

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 09/11/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF
OS:15401/2012

10



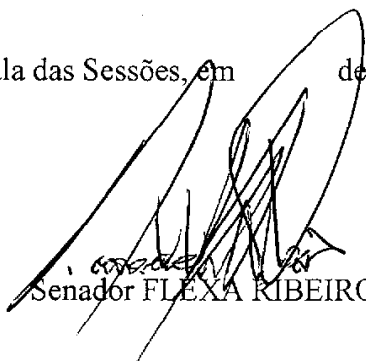
SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 944, DE 2012

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência autorização para ausentar-me do País, no período de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2012, para participar, com ônus para esta Casa no período de 29 de novembro a 01 de dezembro, na qualidade de Presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e atendendo a convite (em anexo) do Presidente do Parlamento Latino-americano Deputado Elías Castilho, da XXVIII Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-americano, que se realizará na sede da entidade, na cidade do Panamá/ República do Panamá.

Sala das Sessões, em _____ de 2012


Senador FLEXA RIBEIRO

*Presidencia
Parlamento Latinoamericano*

Ciudad de Panamá, 15 de octubre de 2012

*Excmo. Señor
Sen. José Sarney
Presidente del Senado Federal de Brasil
Brasil*

Señor Presidente:

*Tengo el agrado de dirigirme a Usted, en oportunidad de convocarlo e invitarle a participar de la **XXVIII Asamblea Ordinaria del Parlamento Latinoamericano**, que se realizará en la ciudad de Panamá, República de Panamá, el viernes 30 de noviembre y el 1 de diciembre del año en curso, fecha esta aprobada por la Junta Directiva del Organismo.*

Como es de su conocimiento, la Asamblea es el órgano supremo del Organismo que se reúne anualmente y se integra con las delegaciones nacionales acreditadas por los parlamentos miembros.

Conforme lo establece nuestro Estatuto, las delegaciones nacionales a la Asamblea estarán compuestas, con derecho a voto, por un máximo de 12 parlamentarios o un mínimo de 3, pudiendo en este caso acumular cada uno cuatro votos, delegados éstos que representarán proporcionalmente a los partidos políticos actuantes en su seno. El voto será intransferible.

De conformidad con el artículo 14 del Estatuto, la delegación de su Parlamento debe contar con no más del 70% de miembros de un mismo género.

Le agradecemos al Señor Presidente designar la delegación que concurrirá por el H. Senado Federal de Brasil a esta importante reunión, delegación de la cual debe formar parte el Vicepresidente ante el Parlatino, y Presidente del Grupo Brasileño del Parlatino, Senador Flexa Ribeiro, quién además será convocado a la reunión de Junta Directiva que se realizará el jueves 29 de noviembre, en la tarde. En la mañana de ese mismo día, se reúne la Mesa Directiva y el Consejo Consultivo del Organismo.

Igualmente le informo que el miércoles 28 se reúnen las directivas de las Comisiones Permanentes, de conformidad con el artículo 36 del Reglamento.

Por razones presupuestales y para facilitar y asegurar la asistencia de los miembros de su Parlamento, a la XXVIII Asamblea Ordinaria, podrían designarse, como delegados, los ó algunos de los directivos de las Comisiones que sean acreditados para la reunión de Directivas del día 28, así como también los parlamentarios que asistan a las reuniones de Comisiones previstas para los días 26 y 27 de noviembre, objeto de convocatoria por separado.

Adjunto le hacemos llegar el proyecto de agenda-programa y el formulario de acreditación.

Hago propicia la ocasión para expresarle las seguridades de mi más alta consideración y estima.

Atentamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'E.A. G.' with a stylized flourish above the letters.

ELIAS A. CASTILLO G.
Presidente
Parlamento Latinoamericano

Parlamento Latinoamericano
Secretaría Ejecutiva

Panamá, 15 de octubre de 2012.

Señor
Sen. Flexa Ribeiro
Presidente del Grupo Brasileño del Parlatino
Vicepresidente del Parlamento Latinoamericano
BRASIL

De mi mayor consideración:

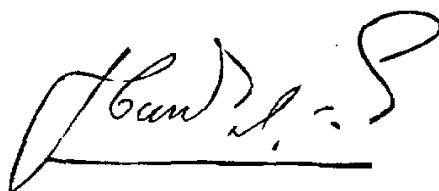
Tengo el agrado de dirigirme a usted, por instrucciones del Presidente del Parlamento Latinoamericano, Diputado Elías A. Castillo G., a fin de convocarlo a la reunión de Junta Directiva que tendrá lugar en Panamá, República de Panamá, el jueves 29 de noviembre del presente año, a partir de las 15h00.

Le adjunto el proyecto de agenda de dicha reunión.

Al día siguiente, viernes, 30 de noviembre, se llevará a cabo la XXVIII Asamblea Ordinaria del Parlamento Latinoamericano, para lo cual también se le convoca.

A la espera de su confirmación, aprovecho la ocasión para reiterarle las seguridades de mi mayor consideración y estima personal.

Atentamente,



HUMBERTO PELÁEZ GUTIÉRREZ
Secretario Ejecutivo
Parlamento Latinoamericano

Panamá, 15 de octubre de 2012.

Señor
Sen. Flexa Ribeiro
Presidente del Grupo Brasileño del Parlatino
Vicepresidente del Parlamento Latinoamericano
BRASIL

De mi mayor consideración:

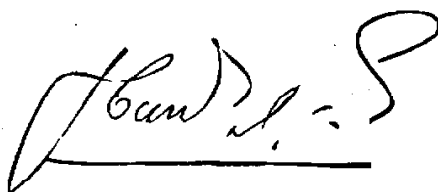
Tengo el agrado de dirigirme a usted, por instrucciones del Presidente del Parlamento Latinoamericano, Diputado Elías A. Castillo G., a fin de convocarlo a la reunión de Junta Directiva que tendrá lugar en Panamá, República de Panamá, el jueves 29 de noviembre del presente año, a partir de las 15h00.

Le adjunto el proyecto de agenda de dicha reunión.

Al día siguiente, viernes, 30 de noviembre, se llevará a cabo la XXVIII Asamblea Ordinaria del Parlamento Latinoamericano, para lo cual también se le convoca.

A la espera de su confirmación, aprovecho la ocasión para reiterarle las seguridades de mi mayor consideración y estima personal.

Atentamente,



HUMBERTO PELÁEZ GUTIÉRREZ
Secretario Ejecutivo
Parlamento Latinoamericano

PARLAMENTO LATINOAMERICANO
REUNIÓN DE JUNTA DIRECTIVA
Ciudad de Panamá, Panamá, 29 de noviembre de 2012.
Sede Permanente del Parlatino. Av. Principal de Amador, Edif. 1113, 2do. Piso.

PROYECTO DE AGENDA

- 1.- Verificación del Quórum.*
- 2.- Revisión de la Agenda y programa de la XXVIII Asamblea Ordinaria del Parlatino.*
- 3.-Revisión de las acreditaciones a invitados especiales y observadores.*
- 4.-Constitución de la Comisión de Poderes (Art. 18 del Reglamento).*
- 5.-Distribución, para conocimiento de sus miembros, del informe que presentará a la Asamblea el Presidente, Dip. Elías Castillo, sobre los órganos del Parlamento Latinoamericano,*
- 6.-Informes de actividades de los demás miembros de la Mesa Directiva.*
- 7.-Aprobación de la ejecución presupuestaria del año 2012 y proyecto de presupuesto para el año 2013.*
- 8.-Informe del Secretario Ejecutivo sobre la Sede Permanente, en cuanto a su parte administrativa, financiera, cumplimiento de los Congresos con sus cuotas anuales y sobre los avances de la construcción del edificio de la Sede.*
Receso: Visita al edificio en construcción donde se ofrecerá un Coffee break.
- 9.-Aprobación de resoluciones y proyectos de Leyes Marco sobre temas tratados por las comisiones. Decidir cuales pasan a la XXVIII Asamblea Ordinaria del Parlatino.*
- 10.-Proposiciones y varios.*

XXVIII ASAMBLEA ORDINARIA DEL PARLAMENTO LATINOAMERICANO

Panamá, 30 Noviembre 1 de diciembre de 2012

Gran Salón del Hotel Sheraton Convention Center

Programa y Agenda

Miércoles 28 y Jueves 29 de Noviembre

Arribo de las delegaciones e invitados especiales.

Miércoles 28 de Noviembre

- | | |
|-------|---|
| 09h00 | Traslado de los Hoteles a la Sede Permanente del Parlatino |
| 09h30 | Reunión de Directivas de las Comisiones Permanentes del Parlatino.
Informe de actividades y proyección para el año 2011
Sede Permanente del Parlatino
Av. Principal de Amador Edif. 1113. 2do Piso. |

Jueves 29 de diciembre

- | | |
|-------|--|
| 10h00 | Reunión de la Mesa Directiva del Parlatino
Sede Permanente del Parlatino
Av. Principal de Amador Edif. 1113. 2do Piso. |
| 11h00 | Reunión del Consejo Consultivo del Parlatino
Av. Principal de Amador Edif. 1113. Primer Piso |
| 15h00 | Reunión de la Junta Directiva
Agenda especial
Sede Permanente del Parlatino
Av. Principal de Amador Edif. 1113. 2do Piso |

Viernes 30 de Noviembre

08h00 -- 09h00

Acreditaciones
Hotel Sheraton & Convention Center

09h00:

**Instalación de la XXVIII Asamblea Ordinaria
del Parlamento Latinoamericano.**

Lugar: *Gran Salón*

- a) Informe de la Comisión de Poderes sobre acreditaciones de delegados.
- b) Informe de la Secretaría General sobre el quórum.

Himno del Parlamento Latinoamericano

Apertura de la Sesión por parte del Presidente del
Parlamento Latinoamericano, *Excmo. Dip. Elías
Castillo*

Intervención de las siguientes Autoridades:

.....
.....

- Informe del Presidente del Parlatino sobre las actividades de los Órganos de la Institución y distribución de informes de labores de los demás miembros de la Mesa Directiva.

- Informe del Secretario Ejecutivo sobre la construcción del edificio de la Sede del organismo en Panamá.

- Ratificación del Informe sobre ejecución presupuestaria aprobado por la Junta Directiva y aprobación del proyecto de presupuesto para el año 2013.

- *Respuesta de los países latinoamericanos al estado crítico de la economía mundial.*

Conferencistas: por confirmar.

Debate: Los delegados dispondrán de hasta diez minutos, para que informen sobre la situación, estrategias y medidas tomadas, en cada uno de sus países.

- 13h00: Almuerzo ofrecido por la Mesa Directiva del Parlatino en honor de las delegaciones parlamentarias e invitados especiales.
- Lugar: *Salón Contadora*
Hotel Sheraton & Convention Center
- 14h30: **Continuación de la Agenda de la XXVIII Asamblea Ordinaria del Parlamento Latinoamericano.**
- ALADI en el papel de la integración y en relación con la CELAC.***
Conferencista: Dr. Carlo Álvarez, Secretario General de la ALADI.
Debate.
- El papel del medio Legislativo en la lucha contra el hambre y la inseguridad alimentaria en América Latina.***
Conferencista: por confirmar
Debate.
- Suspensión o no del Congreso de Paraguay, de formar parte y/o participar en los Órganos del Parlatino, por supuestamente haber violado el debido proceso en la destitución del Presidente Constitucional de su país, Fernando Armino Lugo.

Sábado 1 de diciembre

- 09:30 hrs. **Continuación de la Agenda de la XXVIII Asamblea Ordinaria del Parlamento Latinoamericano.**
- Elección de los miembros de la Mesa Directiva del Parlamento Latinoamericano.
- Toma de posesión de las nuevas autoridades.
- Elección de los miembros del Consejo Consultivo.

	Propuestas formuladas por la Junta Directiva para decisión de la Asamblea. Aprobación de Resoluciones.
	Proposiciones y varios.
13:00 hrs.	Clausura
	Lugar: <i>Gran Salón</i> Hotel Sheraton & Convention Center
13:30 hrs.	Almuerzo ofrecido por la Mesa Directiva del Parlatino en honor de las delegaciones parlamentarias e invitados especiales.
	Lugar: <i>Salón Contadora</i> Hotel Sheraton & Convention Center
Domingo 2 de diciembre:	Regreso de las Delegaciones

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 9/11/2012.

11